

LUÍS VIANA FILHO

O GOVERNO CASTELO BRANCO



COLEÇÃO
DOCUMENTOS BRASILEIROS



LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA

CAPÍTULO V

A PRORROGAÇÃO DO MANDATO

PARA CASTELO, a Presidência tornara ainda mais pungente a ausência da esposa. Carta a um amigo: *"Aqui, em Brasília, a pena que eu tenho da minha Argentina ter falecido é enorme. Não por não a ver no protocolo e no meio oficial. Ai ela seria, sem dúvida, uma grande Senhora, sem afetação, nem orgulho. Mas, por não ter a inspiração de todos os meus dias e o amparo afetivo para a grande luta a que me entrego."*¹ O trabalho amenizaria possivelmente as tristezas. Num breve artigo pouco depois da posse de Castelo, Dinah Silveira de Queiroz também lembraria aquela ausência: "A ausente estará conosco, quase visivelmente. Será a mediadora, e mais do que nenhuma mulher participará do governo desta República, porque estará nele próprio, no Presidente." Certamente, a julgar pelos laços que os unira, seria assim. O general Vernon Walters, que conheceu o casal após a guerra, compôs estas recordações: "Dona Argentina Castelo Branco era uma bela e culta mulher. Ela e o marido, muito unidos, dividiam a vida um com o outro de maneira pouco comum. Enquanto Castelo era às vezes distante e formal, ela era calorosa e acolhedora. Entre eles não havia apenas amor e afeição, mas uma verdadeira identidade." Impossível esquecê-la.

A primeira reunião do Ministério, em 23 de abril, coincidiu com o aniversário de morte da "grande Senhora". Antes da viagem a Brasília, houve missa na igreja de Nossa Senhora da Paz, em Ipanema. Regressariamos no dia seguinte, encetando interminável vaivém entre a velha e a nova capital, ambas indispensáveis ao exercício do governo.

À reunião de estréia, raros estavam à vontade, pois, havendo ministros que mal se conheciam, só o tempo se encarregaria de criar os vínculos do trabalho comum. Poucos sabiam, sequer, os seus lugares na extensa mesa da sala do Ministério, no terceiro andar do

¹ Carta de Castelo Branco a Hélio Ibiapina, em 4-5-1964, in Arq. C.B.

Planalto, onde, minutos antes da reunião, receberam, com a nota de "reservado", um documento de trabalho, súmula da exposição que faria o ministro Roberto Campos sobre o diagnóstico e os remédios para a caótica situação econômica e financeira.

Campos não foi, porém, o primeiro a falar. Anunciados os objetivos da convocação pelo Presidente, o chanceler Leitão da Cunha, que trazia, nas mãos trêmulas, algumas notas soltas, fez breve análise da situação internacional. Falou do intercâmbio com a área socialista, tendo o problema de Cuba ficado para depois. Esta, bem como o México, o Uruguai e a Venezuela ainda não haviam reconhecido o novo governo. A última inclinava-se à chamada "doutrina Betancourt", que vedava o reconhecimento de governos surgidos de um golpe de força. Doutrina que, ao parecer do venerando chanceler Raul Fernandes, constituiria pecado original, de que poucos países sul-americanos se poderiam expungir. Desde o dia 2 fôramos reconhecidos pelos Estados Unidos, e a rotina começava a tomar o seu lugar.

Mostrou-se o chanceler satisfeito, mas Roberto Campos depressa apagou em todos essa ponta de otimismo. Com o sotaque peculiar de Mato Grosso, por vezes dando a impressão de querer apressar-se na leitura, entre tímido e receoso de ser enfadonho àquele grupo talvez mal iniciado na religião da economia, pintou um panorama que, sobre verdadeiro, era negro. Começara pelo diagnóstico. Depois discorreu sobre a acelerada inflação, o acentuado recuo do desenvolvimento e a crise cambial que, mesmo com os altos preços do café, a prorrogação dos *swaps*, e a venda de algum ouro, não nos permitiria pagar, no biênio em curso, cerca de 4,2 bilhões de dólares. A cifra foi repetida, para não restar sombra de dúvida no seu montante.

O Governo Goulart agravara as enfermidades. A inquietação política, as sortidas do fantasma comunista, usadas demagogicamente, bem como a alardeada estatização de empresas, haviam inibido os investidores, ainda mais desorientados com o abandono do Plano Trienal, imaginado pelo economista Celso Furtado, plano que mesmo não sendo bom, servia como ponto de referência. Era a chamada "crise de motivação". Como tomar iniciativas, se todos temiam o amanhã? Essa situação, definiu-a o ministro numa frase: "Ficamos entre um capitalismo sem incentivos e um socialismo sem convicção." Na realidade era o caminho do caos.

A inflação galopante ameaçava ultrapassar a casa dos 100% anuais. O artificialismo do sistema de preços impedia o crescimento de inúmeros setores, como a energia elétrica, a construção civil, as comunicações e os transportes. A renda *per capita* declinava desde 1963. A desordem salarial imperava sob o comando de greves e reivindicações operárias inconciliáveis com o crescimento

econômico. Os investimentos públicos atrofiavam-se. E o setor privado, inquieto, se retraía ante as ameaças que o rondavam. No exterior marchávamos para a insolvência.

Do período que antecedeu à Revolução, fez Mário Simonsen este resumo:

“Ao terminar o seu mandato em princípio de 1961, o Governo Kubitschek deixava uma herança difícil de inflação reprimida e de problemas no balanço de pagamentos. Os seus sucessores a complicaram ainda mais. Em seu período meteórico, o Governo Jânio Quadros tentou restabelecer o realismo cambial e a representatividade do sistema de preços, mas a falta de medidas complementares serviu apenas para transformar em aberta uma inflação que antes vinha reprimida. O Governo Goulart institucionalizou entre nós análise antieconômica, com o fortalecimento da inflação, com o endividamento externo desordenado (em 1963 cogitava-se, orgulhosamente, de uma moratória internacional), com a excitação das greves e da subversão, com o apavoramento dos investidores nacionais e estrangeiros diante das incessantes ameaças de confisco.”²

Ao vencer a Revolução eram crescentes as dificuldades. Pagava-se alto preço pela imoderada industrialização do governo Kubitschek, que nos proporcionara boas taxas de crescimento, e criara um clima de desenvolvimento com a construção de Brasília e outras obras de porte. Entre 1957 e 1961 o produto real do país expandira-se à taxa média anual de 8,3%, enquanto o setor industrial aumentara de 10,7%. Em compensação, o crescimento a curto prazo fora financiado com a transferência de encargos para o futuro, que arcaria com o ônus de uma inflação acelerada, mas reprimida pelo artificial controle de preços, e o sistemático atraso do reajuste da taxa cambial, dos aluguéis e dos serviços de utilidade pública. Os sucessivos deficits do balanço de pagamentos eram cobertos por precárias manobras de swaps e endividamento a curto prazo.

Lamentavelmente, nem o Governo Jânio Quadros, e ainda menos o Governo Goulart se propuseram a sanear a herança recebida, pois, se adotadas três anos antes, as medidas aplicadas, a partir de abril de 1964, o teriam sido com menores agruras de adaptação. Faltarlhes espírito de sacrifício, se não mais do que isso, para evitar que o Brasil padecesse um triênio de desmandos até à deflagração revolucionária.

De modo geral, Quadros e Goulart amplificaram os defeitos do Governo Kubitschek, sem lhe imitarem nenhuma das virtudes. O ímpeto desenvolvimentista quebrara-se rapidamente diante da pseudo-austeridade do Governo Quadros e da moldura esquerdistista com que se iniciara o período Goulart, ao mesmo tempo em que a

² Mário Henrique Simonsen, *Brasil 2002*, p. 37.

inflação, o artificialismo de preços, a desordem salarial e o endividamento externo continuavam desenfreados. O índice geral de preços, que em 1960 aumentara de 30,5%, subiu a 47,7% em 1961. E tudo piorara sob Goulart. Os controles fiscais, monetários e salariais, que jamais haviam sido levados em grande conta, desapareceram. E o deficit da União passou de 2,8% do Produto Interno Bruto em 1960, para 4,2% em 1962, enquanto o desprestígio dos títulos da dívida pública forçava o governo a recorrer às emissões de dinheiro. Os meios de pagamento inflaram-se de uma taxa de 38,2% em 1960, para 64% em 1963. Os sindicatos reivindicavam tais reajustes salariais que a elevação do salário mínimo em 100%, em 1964, a ninguém surpreendeu.

A inflação tornara-se incontida. E os preços subiram de 47,7% em 1961, para 81,3% em 1963, tendo alcançado, no primeiro trimestre de 1964, 25%, que correspondiam a uma inflação anual de 144%. Inflação ao lado da qual ainda corria outra reprimida, mais grave, e representada inclusive por taxas de câmbio múltiplas, irrealistas, subsidiando importações e desestimulando as exportações.

Diante do caos, Goulart embrenhara-se na busca de responsáveis pela crise em que o país afundava, apontando à execração pública os capitais estrangeiros espoliadores, a estrutura latifundiária da propriedade agrícola, a especulação empresarial, principalmente das poderosas companhias estrangeiras de serviços públicos. Conseqüentemente, ameaçou-se o país com uma reforma agrária confiscatória, escorraçou-se o capital estrangeiro com uma lei de remessa de lucros, anunciou-se a expropriação de empresas norte-americanas, e decretou-se um demagógico tabelamento de aluguéis. Na realidade, a desordem econômica tomara conta do país, pois breves momentos de lucidez, como o Plano Trienal de Celso Furtado e os esforços de San Tiago Dantas, no Ministério da Fazenda, haviam sido rapidamente esmagados pelos íntimos de Goulart que, no meado de 1963, propugnavam orgulhosamente por uma moratória unilateral ao tempo em que blasonavam defenderem uma posição de independência internacional. Amarrado aos credores externos, necessitando importar para sobreviver, nunca o Brasil fora tão humilhanamente dependente do exterior.

De fato, devorava-se a galinha dos ovos de ouro. A política salarial prometia o impossível, preparando o desespero futuro dos trabalhadores. E a renda *per capita*, em 1963, desmoronou, retrocedendo de 1,3%. Chegara-se a um ponto em que a subversão política e o caos econômico pareciam alimentar-se reciprocamente, fechando todos os caminhos racionais. Certamente, Castelo podia ter-se como síndico de massa falida.

Depois de expor as enfermidades, Roberto Campos passara para os remédios, que não seriam miraculosos, mas amargos.

O primeiro deles era o combate à inflação, para o qual se exigia, como óbvio, a diminuição dos gastos e a criação de receitas. A terapêutica era antiga, não somente lembrando Campos Sales, mas também o Presidente Epitácio, que, defrontando iguais contingências no seu governo, escrevera que “os sacrificados são sempre os que tomam sobre os ombros a dura, mas patriótica tarefa.” Para Castelo seria um dever impostergável a recomposição, e ele tinha a perfeita consciência dos problemas inerentes a uma fase desinflacionária, a começar pela recessão industrial temporária, a elevação dos preços graças ao reajustamento de preços defasados como os aluguéis ou subsidiados, como a gasolina, o trigo e o papel de imprensa. E, para atenuar tais feitos, enquanto a economia não retornasse à normalidade, sugeria Roberto Campos uma clara enunciação dos propósitos do governo, no tocante ao amparo da iniciativa privada, inclusive em relação aos investidores na agricultura. Estes precisavam ser tranqüilizados quanto à reforma agrária, e assegurados em relação aos preços dos seus produtos, há muito desestimulados pelos tabelamentos. Imensas filas de consumidores testemunhavam o desânimo dos homens do campo, que deixavam de abastecer as cidades. Quanto ao desemprego proveniente da recessão industrial, deveria ser atenuado pelo plano habitacional que se destinava a minorar a escassez de habitações agravada pelo congelamento demagógico dos aluguéis. Esperava-se também, através do aumento de exportações propiciado por taxas cambiais realistas, aproveitar a capacidade ociosa da indústria. É dessa época o *slogan* “exportar é a solução”, que gradualmente promoveu o desenvolvimento de uma mentalidade exportadora no país.

Entre as opções oferecidas ao governo, para firmar os novos rumos, estava a da sua posição, diante do capital estrangeiro, especialmente o chamado “capital de risco”, sem o qual, embora ampliada a poupança nacional, dificilmente o desenvolvimento deixaria de andar a passo lento. Precisávamos de dinheiro e de tecnologia estrangeira.

Obtê-los, entretanto, não seria fácil. Vivêramos anos em clima de exacerbada xenofobia econômica, que alastrara pelo país *slogans* difamatórios, atirados por sobre os não simpatizantes do comunismo, e demonstramos, com vários atos governamentais, viva hostilidade ao capital estrangeiro. De tal modo que, há muito, o Banco Mundial e a AID não admitiam operar com o Brasil. Por sua vez a Aliança para o Progresso e o Fundo Alemão de Desenvolvimento praticamente nos ignoravam. Tudo em decorrência das chamadas “áreas de atrito” que, gradativa e insistentemente, haviam afugentado os empréstimos e investimentos do exterior. Eliminá-las seria o primeiro passo para reconquistarmos a boa vontade e a confiança de recursos, imprescindíveis à retomada do desenvolvimento.

Roberto Campos desenvolveu-se em ampla exposição sobre o assun-

to, poisurgia uma definição política, especialmente sobre os casos da American & Foreign Power Company (Amforp), da Mineração Novalimense (Hanna), Brazilian Traction, Companhia Telefônica Brasileira, Contencioso Francês, e a Lei de Remessa de Lucros. Não se tratava de problema ideológico, e sim eminentemente prático, pois mantidas as “áreas de atrito”, não se alcançariam os meios indispensáveis àquele desenvolvimento do país. Estava o governo disposto a pagar o preço da impopularidade, eliminando fato tão prejudicial como a xenofobia? Quanto a isso, não houve dúvida no âmbito ministerial. Apenas o ministro Costa e Silva, sensível às primeiras impressões, advertira não se dever esquecer o custo de vida. Pleno de humanidade, vendo as coisas afetivamente, ele outras vezes voltaria à carga, preocupado com a elevação dos preços.

Da solução do caso da Amforp, sobre que já havia um memorando baseado em entendimentos entre os Presidentes Kennedy e Goulart, pedia a conclusão da Usina de Peixoto, que muito aliviaria a crise de energia na região centro-sul, e a inaplicabilidade da “emenda Hickenlooper”, que vedava auxílio a países expropriadores de bens norte-americanos sem adequado pagamento. Também ficaríamos em condições de pleitear 17 milhões de dólares para as linhas de transmissão de Furnas, 53 milhões para a Usina de Estreito, e 12 milhões para a Usina de Chavantes, no Paranapanema. Deveríamos, ao contrário do inicialmente encaminhado, abandonar a “fórmula mexicana”, que estabelecia um preço teto relativamente firme, e pleitearmos a “fórmula colombiana”, mais flexível, segundo a qual o preço, embora não podendo ultrapassar o estabelecido (no caso 135 milhões de dólares), baixaria de acordo com a avaliação por empresa idônea e especializada.

Quanto à Brazilian Traction (Rio Light e São Paulo Light), cuja compra fora objeto de entendimentos na oportunidade em que se tratara da Amforp, não havia por que prosseguir nas negociações, uma vez que seriam elas altamente dispendiosas e a empresa se não apresentava com idênticas dificuldades. Em seguida, examinou-se a questão conhecida como o “Contencioso franco-brasileiro”, no qual se reuniam o resgate de títulos em mãos de inquietos portadores franceses das Companhias São Paulo—Rio Grande e Vitória—Minas, nacionalizadas em 1940 e 1942, e a indenização devida à Companhia “Port of Pará”, com sede no Maine, nos Estados Unidos, e excluída por essa circunstância das negociações depois realizadas em Paris. A Novalimense seria incluída na legislação geral sobre minérios. Restou a lei sobre remessa de lucros, considerada, afinal, a pedra de toque dos propósitos da Revolução relativamente aos capitais de risco, que a Lei 4.131, de 1962, tratara de modo hostil.

A decisão do Presidente, com o apoio do ministério, foi de estenderem-se as mãos à colaboração estrangeira, que, disciplinada com

justiça, ajudaria um lídimo nacionalismo. Em resumo, devíamos substituir um nacionalismo demagógico, que nos levara a reiteradas humilhações, por um nacionalismo que nos permitisse enriquecer para poder falar com altivez.

Por último, vinha o elenco das reformas. Estas seriam a paixão do Presidente, que acreditava, através delas, mudar e melhorar o país. Acertou, então, para breve prazo, a reforma habitacional, que absorveria a mão-de-obra desempregada pela recessão temporária; a reforma fiscal, que seria efetuada em duas etapas; a reforma bancária; a reforma agrária; e, mais dilatadamente, a reforma administrativa. Não se tratou da reforma política.

Quando o Presidente, depois de agradecer aos presentes, encerrou a reunião, metade do caminho da Revolução estava traçado. Poderia haver pequenos desvios. Mas as grandes linhas seriam aquelas.

E os ministros já se retiravam, quando, no tom de quem se descarta de futuras responsabilidades, Costa e Silva disse ao Presidente, entre sério e irônico: "Você não quis ser ditador..." Era como se acentuasse que tudo seria mais fácil sob uma ditadura. Nisso, aliás, Castelo jamais transigiria. Além das convicções pessoais, ele estava certo de necessitar da confiança de uma área internacional, que se retiraria ante a perspectiva de uma ditadura.

No fundo, era o debate sobre o fechamento do Congresso, que muitos — especialmente os que vinham das frustrações de 1945 e 1954 — teriam considerado necessário. Não apenas os que almejavam uma ditadura, mas os que pretendiam nova consulta às urnas. O ministro José Américo, por exemplo, diria mais tarde, embora reconhecendo haver Castelo Branco implantado a revolução "no seu período mais difícil e conturbado", que ele deveria ter fechado o Congresso "sem hesitações". O Presidente, entretanto, mesmo nas horas piores, sempre considerou que a solução adotada fora a melhor.

As reformas estimulavam o Presidente e conquistariam muitos dos que pensavam deter a Revolução. Por esse tempo, Odílio Costa, filho, fez este comentário: "O Presidente Castelo Branco, ao propor as reformas, terá assim, desde logo, de enfrentar não só os que estão sonhando com o retorno ao passado, esquecidos de que a história é irreversível..." A outra frente era a dos impacientes. Estes acusavam a Revolução de imobilismo. O *Jornal do Brasil*, contestando-os, escreveu que imaginar-se que a "Revolução tinha no bolso do colete um programa de governo seria revelar incompreensão do próprio caráter do movimento." Tanto mais quanto este surgira como uma contra-revolução.

Portanto, salvo o caso da reforma bancária, já no Congresso, e para a qual bastou apresentar-se emenda substitutiva, havia que esperar. Mas, enquanto se aguardava, muita água correria. Por vezes águas límpidas, agradáveis, como a visita do Presidente Luebke, da

Alemanha, primeiro Chefe de Estado que nos testemunhou a sua confiança após a Revolução. Acompanhava-o a Senhora Wilhelmine Luebke, ambos afáveis e simpáticos, já vergados aos anos pelos muitos serviços à pátria. Os cabelos inteiramente alvos, frágeis, as mãos ligeiramente trêmulas, irradiavam perfeita consciência da dignidade e da grandeza do papel que representavam naquela nova capital, que lhes devia parecer extraordinariamente singular. A Senhora Luebke celebrizara-se pela Ação de Solidariedade, fundada para amparo aos velhos solitários, e amava a música.

Ao final da visita, ponteada de boa vontade e esperanças, os dois Presidentes assinaram o habitual comunicado. O Presidente Luebke, aliás, dois ou três dias depois de chegado, esmaecidas as linhas do formalismo, dissera ao Presidente Castelo, numa expansão não se sabe se de surpresa ou de malícia, que o Brasil, embora não havido por um país rico, amava o luxo. Era arguto o observador. A agudeza lembrava-me a do ministro Bulhões que, ao se organizarem programas para acolher importantes credores, costumava advertir com finura: "Não exagerem, pois do contrário, não acreditam em nossa pobreza."

A visita fora um interlúdio. Depois se retomou a rotina que, na ocasião, era principalmente votada aos processos de cassação, chegados de todo o país. Assoberbavam o secretário do Conselho de Segurança Nacional, incumbido de os examinar e organizar, para submetê-los ao Presidente. Este desejava reduzir ao mínimo possível as punições, cingindo-se apenas aos casos imperiosos: evitava transformar a Revolução em instrumento de vinganças ou perseguições, deixando nitido esse pensamento num breve discurso na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. A Revolução não poderia entregar-se a "uma ação desvairada". Aliás, na derradeira mensagem ao Congresso, Castelo repisaria a suspensão dos direitos políticos: "Estes decretos, repito, constituem atos políticos da Revolução. Não os inspirou uma veleidade simplista de punir. Ao contrário, observou-se em cada caso rigorosa apuração de responsabilidades. É mister relembrar que todo processo revolucionário pressupõe, no seu contexto, medidas de natureza repressiva. Em muito poucos, entretanto, agiu-se com a justeza e moderação do movimento de março de 1964." Coubera-lhe ser o ponto de equilíbrio.

Em resumo, sem renunciar aos deveres impostos pelo Ato Institucional, Castelo não abusaria dele. Fora assim desde os primeiros dias. Conta Armando Falcão que, pouco depois da Revolução, alguns correligionários consideraram indispensáveis certas mudanças do arcabouço jurídico, e o incumbiram de elaborar uma nota que apresentou ao Presidente. Este não gostou das sugestões, embora as recebesse para posterior exame. Falcão, entretanto, insistiu na premissa das modificações, ao que Castelo, preempatório, retrucou:

“Se vocês querem isso, então façam outra Revolução.”³ A dele não tomariam tais caminhos.

Por temer injustiças, e sem falar nos casos que o obrigaram a atingir amigos e companheiros, as cassações foram a agonia do Presidente. Com propriedade, lembrou o senador José Sarney que se poderia aplicar a ele o que o Presidente Lincoln dissera de si próprio: “Nunca enfiei, por meu desejo, espinho algum no peito de alguém.” Quantos, entretanto, o dever o obrigaria a ferir?

O tempo, aliás, mostrou claramente a formação de duas correntes na área revolucionária. Uma radical, ortodoxa, violenta, convicta de que o êxito da Revolução seria correspondente à amplitude e energia das punições. Outra, liberal, generosa, tinha as punições como um meio, nunca como objetivo da Revolução. Milton Campos, cuja linguagem é tranqüila, distinguiu uns dos outros, chamando-os, respectivamente, de “fervorosos” e “moderados”. O conflito era flagrante. E grave. Pedro Aleixo, em declaração ao *Jornal do Brasil*, referiu-se aos ortodoxos: “A outra tendência, radical, subsiste em setores ponderáveis dos comandos militares e das próprias correntes civis que apoiaram o movimento em todo o seu curso. Nesses setores continua-se a estimular uma ação drástica do Governo.”⁴ Formavam estes, na linguagem popular, “a linha dura”.

O Presidente tentava afanosamente um ponto de equilíbrio. O então coronel Meira Matos, seu colaborador, faria estas observações: *“Ele representou um baluarte invencível contra todos os radicalismos e exageros dos grupos revolucionários. Compreendia ele a Revolução institucionalizada nos Atos Institucionais, nas Constituições e nas leis. Não admitia soluções fora das regras do jogo legal. Contra isso se insurgiram alguns grupos, mas foram sempre derrotados pela firmeza da posição presidencial. A disputa entre o radicalismo e a moderação faz parte da história de todas as revoluções que o mundo já conheceu e não podia faltar à nossa. Encarnando as origens e os compromissos democráticos de nossa Revolução, buscou o Presidente a autenticidade revolucionária na luta pela preservação dessas origens e compromissos. A sua luta foi tremenda na busca da conciliação dos dois princípios que nenhum outro seria capaz de conciliar: democracia e revolução. As mais difíceis e agudas crises da Revolução, no seu primeiro ano, resultaram da convicção missionária do Presidente Castelo Branco de que era necessário encontrar sempre o caminho dessa conciliação. Isso irritava os radicais.”*

Antes de tudo o Presidente se empenhava em evitar cassações precipitadas, embora prosseguisse no trabalho de “limpeza”, para o

³ Comunicado ao Autor por Armando Falcão.

⁴ In *Jornal do Brasil*, 15-5-1964.

qual Costa e Silva almejava tempo suficiente, antes de eleito um presidente. Nada se fazia, porém, de afogadilho, sem exame cuidadoso.

A Amazônia, por exemplo, era das áreas apontadas como corroidas pela corrupção, tanto mais fácil e generalizada quanto mais pobre a terra. Já maio terminava, quando o Presidente incluiu na comitiva do ministro da Aeronáutica, de viagem para Belém, o coronel Meira Matos, que, instruído pelo Chefe da Casa Militar, examinaria a procedência dos Inquéritos e Sindicâncias ali realizados. Quase ao embarcar, o Presidente tivera o cuidado de dizer-lhe: "*Não se deixe impressionar pelos radicais, nem mesmo pelos adversários do Governador. Faça uma verificação isenta.*"⁵ À margem o nome do general Bandeira Coelho, em meados de junho elegeu-se governador do Pará o coronel Jarbas Passarinho.

Bem mais complicado seria o problema do Amazonas, onde não havia muitas dúvidas sobre a procedência das acusações, mas cuja Constituição, se cassado o governador, exigia substituto por eleição direta, o que era quase impraticável. Ainda dessa feita coube a Meira Matos deslocar-se para Manaus. Contudo, não o fez sem antes pousar em Belém, onde o avião presidencial tomou o general Bizarria Mamede, comandante da 8.^a Região Militar. Mamede tornara-se famoso pelo discurso no enterro do general Canrobert, o qual lhe custara alguns dias de prisão por ordem do ministro Lott, e poucos militares haviam granjeado, no seio da tropa, igual posição de respeito, admiração e confiança. O destino parecia prepará-lo para mais alta missão, ao passo que ele buscava esconder-se cada vez mais, como se preferisse ser esquecido. Seria desses raros homens que logram vencer os fados. Possuía, inclusive, apreciável habilidade política, permitindo-lhe isso convencer a Assembléia do Amazonas a reformar a sua Constituição, para ela própria eleger o novo governador. Meira Matos, previdentemente, trouxera dois nomes: Alberto Rocha, um "daspiano" conforme a gíria burocrática, e Artur César Ferreira Reis, erudito apaixonado pela Amazônia, a quem caberia a vitória. Como sempre, de acordo com as exigências do Presidente, tudo obedecera rigorosamente aos textos legais. Talvez um paradoxo, mas a Revolução, como ele a concebia, teria de ser irredutivelmente legal, e, por isso, cheia de obstáculos.

Das cassações a mais rumorosa seria a do ex-Presidente Juscelino Kubitschek. Nunca apoiara ostensivamente a subversão de Goulart, acolitado por Brizola, pois aspirava a eleger-se sucessor daquele, e figurara entre os que tinham votado em Castelo. Também nunca dera uma palavra ostensiva contra a agitação comunista.

Inicialmente, não entrara nas cogitações de cassações. Mas, candidato às eleições presidenciais de 1965, foi inevitável ressurgirem

⁵ Comunicado ao Autor pelo general Meira Matos.

as acusações que o acompanhavam havia algum tempo. Sopravam-nas, inclusive, correligionários de Lacerda, declarado já aspirante à Presidência. Aliás, o Comandante do IV Exército, general Justino Alves Bastos, foi dos primeiros a manifestar-se contra qualquer eleição em 1965. E o tempo continuou a cavar a sepultura política de Juscelino. Guardei a impressão de que o dia "D" da cassação do ex-presidente foi 26 de maio, quando o Presidente visitou São Paulo, donde seguiu para Brasília. Podia ter-se São Paulo como o centro da "linha dura", não se conformando jamais com a sobrevivência de Juscelino e do governador Azeimar de Barros. Sem meios para pressionar o Presidente, a "linha dura" voltara-se para Costa e Silva, que parecia admitir que ela o cortejasse. Nesse dia, no aeroporto, em São Paulo, ele transmitiu ao Presidente a necessidade da cassação do ex-presidente, pleiteada pelos radicais paulistas, identificados bastante com Lacerda. Imagino que o Presidente recebeu a notícia contrafeito, principalmente pela inoportunidade com que foi transmitida. Limitou-se, no entanto, a dizer que, pelo Ato Institucional, cabia aos ministros proporem cassações. Começou aí a fatal bola de neve.

Conhecedores da posição do ministro da Guerra, os amigos de Juscelino não mais tiveram ilusões sobre o perigo. Carlos Murilo, deputado, a ele vinculado, propôs tentar-se uma fórmula para a retirada da candidatura, ao tempo em que a cúpula do PSD — Mazzilli, Amaral Peixoto, Tancredo Neves, Alkmin e Martins Rodrigues — buscavam um expediente político, capaz de evitar a cassação. As bolas de neve não param no meio da encosta. Tudo em vão. O pedido de cassação, formulado por Costa e Silva, tem a data de 3 de junho. Fundava-se "no interesse da Revolução, e, particularmente, no dever que incumbia aos chefes do movimento revolucionário de prevenir futuras manobras políticas já suficientemente delineadas, no sentido de interromper o processo de restauração, na órbita do governo nacional, dos princípios morais e políticos." E prosseguia adiante a justificação: "Está em causa o destino da Revolução, e entre os seus atos exemplares, que já atingiram tantas figuras secundárias, não se justifica a injustiça de excluir da sua sanção política figuras de capital importância e de notória responsabilidade no processo de deterioração do nosso sistema de governo e dos altos padrões de moralidade observados durante decênios de regime monárquico e republicano." Acompanhavam a solicitação, entre outros documentos, um relatório do coronel Osvaldo Ferraro de Carvalho sobre lotes de terreno na Pampulha e a denúncia do procurador Alcino Salazar.

Durante alguns dias o processo correu os trâmites legais. O PSD fazia as últimas tentativas para salvar o ex-presidente, que, num lance dramático, ocupou a tribuna do Senado, buscando sensibilizar

o país. Anunciava-se que escreveria um livro de memórias, *Minha Vida Pela Minha Pátria*. Precisamente no período entre 26 de maio e 10 de junho, são várias as indicações, no "Diário" de Paulo Sarate, de conversas, inclusive com o Presidente, sobre a sorte de Juscelino. Acredito que sobretudo preocupava a Castelo alegar-se que a cassação visava a afastar da sucessão um notório concorrente. Aliás, o próprio Lacerda, então em Nova Iorque, perguntado sobre a cassação, a considerara um "ato de coragem política, um ato de visão", mas ressaltara que teria preferido "batê-lo nas urnas." Divulgado a 10 de junho, o decreto teve extraordinária repercussão. Solidário com o seu candidato, o PSD imediatamente se retirou do bloco parlamentar, recentemente formado para apoiar a Revolução, e o Presidente buscou minimizar os efeitos no Congresso, como indispensável às reformas. No dia seguinte, tendo ido ao Planalto o ex-governador Etelvino Lins pediu-lhe transmitir a Amaral Peixoto, presidente do PSD, e ao deputado Martins Rodrigues, líder desse partido na Câmara, as razões que o haviam levado a assinar a cassação. E fez questão de frisar: "a cassação não teve, de modo algum, o objetivo de beneficiar qualquer outro candidato à presidência da República."

O episódio não amainou os "duros". Quanto mais próximo o termo do prazo das cassações, tanto mais os pedidos de punição chegavam aos borbotões. O general Geisel, por exemplo, precisara ir a Porto Alegre arrefecer o governador Meneghetti, cuja lista, organizada, segundo corrente, pelo secretário Poti Medeiros, pareceu excessiva. De Belo Horizonte, o governador Magalhães Pinto, por intermédio do dr. Osvaldo Pieruccetti, enviara o que se chamou no Laranjeiras um "listão", contendo inúmeros nomes, sem indicação do delito, e o Presidente, certo de ser historicamente responsável pelas decisões, solicitou os motivos alegados, para ao menos os conhecer. Pedidos, estes não vieram, e as cassações também não se fizeram. Noutras ocasiões os processos chegavam malfeitos ou incompletos ao Conselho de Segurança, acabando por tudo desabar sobre o Presidente. Que havia de mais fácil do que o apontar como o responsável pela complacência nas cassações de algumas centenas de indiciados?

O escrúpulo tornara o trabalho fatigante, especialmente para o general Geisel e para o coronel Moraes Rego, que mais de perto o ajudava. E, até ao fim, o Presidente se recusou a aprovar qualquer cassação sem a examinar atentamente. Algumas atingiam velhos amigos, camaradas, levando-o ao sofrimento que o abalava visivelmente. Era-lhe doloroso. Mas, pondo de lado o coração, jamais admitiu eximir-se ao dever.

Sem essa predeterminação, possivelmente as punições teriam alcançado milhares e milhares. A 15 de junho não chegavam a quatro centenas. E, em cada processo, de próprio punho, o Presidente escre-

vera a sua decisão, por vezes extensa, quando assim julgava necessário. Parecia preocupar-se com a História, embora não temesse os que buscavam ganhar prosélitos, acusando-o de tolerante. Ao processo instaurado contra Afonso Arinos, por exemplo, lançou apenas esse despacho: "*Sou absolutamente contrário. Não.*" Também pouparia San Tiago Dantas, embora o tivesse como "*grande responsável pela institucionalização de Goulart.*" "*Julgo, no entanto, imprópria a cassação*", concluiu. Do mesmo modo, os ministros Hermes Lima e Evandro Lins tiveram indeferidos os processos de cassação. Por igual ainda aconteceu com o jornalista Carlos Heitor Coni, em relação ao qual escreveu estas considerações: "*Não vejo razões para cassar-lhe o mandato [sic]. É, às vezes, insolente e, quase sempre, mentiroso. Tem atacado desabridamente o ministro da Guerra e enuncia idéias desrespeitosas às Forças Armadas. Contra mim, formula insultos: o Presidente é um "pau-mandado" na mão de seus subordinados. Em vez de retirar-lhe os direitos políticos, o que muito o valorizaria, prefiro deixá-lo com os seus artigos. A Revolução sairá ganhando. Em 11 de junho de 64. Castelo.*"

Dentre os revolucionários muitos não compreendiam tal orientação. Como explicar a cada qual as razões e objetivos das decisões, que a "linha dura" almejava implacáveis, independente de requisitos legais? Bastante atento, o Presidente sabia o que era sussurrado. Ameaçavam-no? Talvez. E, preferindo deixar as coisas claras, ao falar, no começo de julho, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, pôs o dedo na ferida. "Quanto ao expurgo — dizia — ele segue inexoravelmente prazos e condições que são exigidos para que tudo se processe em ambiente de seriedade. O expurgo não pode entregar-se a uma ação desvairada e deve dar à nação a impressão de que a justiça se faz obedecendo à lei e a todos os processos que esta impõe." Era a lei. E, cumprindo-a, ele se sentia forte e seguro pois ao Exército cumpria sustentar as instituições.

Era, aliás, a mesma tese sustentada por ocasião do episódio da "espada de ouro", a qual resolveu explicar com clareza para os jovens oficiais:

"Agora, parece que me é permitido vos falar e mesmo de vos perguntar qual é a vossa posição. Será a de solidariedade ao Governo? Não. Porque o Exército não é um partido político para apresentar solidariedade ao Governo ou a quem quer que seja. Quem tem o direito de apresentar solidariedade tem o direito de apresentar também desaprovação. O Governo espera vosso apoio? Não. O Exército Nacional não é uma associação para manifestar, aqui, ali e acolá, o seu apoio a este ou àquele elemento porque também terá o direito de desaprovar. Acho que a vossa posição será aquela que ides encontrar no dever militar. Daqui a pouco estareis na tropa, com outros oficiais, com os soldados vossos comandados. E, então, desempe-

nhando as vossas funções de comandantes, tereis, sem dúvida, realizado aquilo que o Governo preconiza e vos lembra, mas que o Brasil espera: a garantia da segurança nacional."

Um oportunista poderia mudar, conforme as circunstâncias. Castelo, entretanto, jamais acompanharia o vento das conveniências. E concluíra com a habitual firmeza: *"Infeliz o Exército que deve estar em suas posições de combate para dar apoio ou solidariedade aos governantes ou à oposição. Desgraçado do Governo que esteja à espera dessa solidariedade e desse apoio."* Ele, certamente, não o aguardava, e muito menos o requestaria.

Em meio da tormenta das paixões deflagradas pelas cassações, Castelo alcançara difícil ponto de equilíbrio pois, se a sua atitude irritava os ortodoxos, conquistava a confiança de outras áreas. O *Correio da Manhã*, por exemplo, em geral severo com o Governo, não se absteve de escrever sobre o Presidente na semana anterior ao prazo das cassações: *"sua resistência passiva e bastante heróica — nós sabemos — à cassação de mandatos e decretos políticos, sem provas positivas e convincentes, o eleva acima da mediocridade que o cerca. Tem-se defendido com altruísmo e discrição, defendendo assim o próprio Brasil. Hoje, portanto, se inicia uma semana definitiva que não pode ser de timidez, paciência, cautela e resistência passiva, porque o prazo determinado por ele mesmo se esgota, e também porque uma nação não pode sobreviver no clima que lhe é imposto presentemente. Nos próximos dias, o destino do Brasil se definirá, como também o do presidente Castelo Branco."* E acrescentava: *"A deposição ou renúncia do Presidente Castelo Branco seria uma desgraça para o Brasil."*⁶

A justiça não diminuía as queixas. De Recife, um camarada, a quem votava antigo apreço e amizade, o coronel Hélio Ibiapina, que se distinguiria como dos mais intransigentes da "linha dura" no Nordeste, não lhe escondera as decepções, face às exiguas cassações. Alistava-se assim entre os que entendiam desnecessária a moderação na hora do triunfo. Radical, incompreensivo, Ibiapina tornar-se-ia conhecido como dos mais acirrados partidários da "linha dura" no Nordeste. Castelo lhe abria o coração, deixando entrever quanto o magoavam as incompreensões. Em extensa carta ele se alargou em explicações:

"Cassação. Procurei corresponder ao meu mandato. Chamei a mim toda a responsabilidade. Todas as denúncias apresentadas pelos ministros militares foram por mim sancionadas, salvo a referente ao jornalista Coni. Nem o Secretário do Conselho de Segurança, nem a Comissão Central de Inquérito entregaram qualquer denúncia vindo de Pernambuco. Estranhei, sobretudo, por saber dos numerosos

⁶ In *Correio da Manhã*, 7-6-1964.

inquêritos que aí foram instaurados. Você diz que não esperava que 'as queixas fossem tão grandes'. Se não houve pernambucanos cassados, que se queixem de outros que não de mim. O caso de José Ermírio chegou a mim muito mal instrumentado, não me dando base idônea para encaminhá-lo... Não desejo abrir nenhuma revisão de cassação de mandato ou de privação de direitos políticos. Não aceitei imposições, muito menos intimidação. Vi forças contrárias quanto ao assunto de cassação: uns dizendo que a Revolução só sabia fazer expurgo e outros querendo que a Revolução só cuidasse de expurgo. Se nós mergulharmos exclusivamente na operação limpeza, o Brasil será entregue ao comunismo." Não apenas o desejo de punições mais amplas inquietava a área dos militares. Também os preços, em ascensão, angustiavam. E a carta a Ibiapina continuava:

"Você, com razão, ataca o grave problema dos preços. Vi nas suas frases uma verdadeira revolta contra a ganância e contra a ineficiência governamental. Eu estou submetido a uma verdadeira angústia. O problema é por demais complexo e o meio muito viciado. As providências são em parte neutralizadas pelas chamadas classes conservadoras. Enfrentamos uma luta tremenda, correndo os maiores riscos. Por que Pernambuco não embarcou o açúcar para o Rio? Esperamos, com sacrifício do povo, aliviar, para breve, as aperturas dos consumidores. Você fala também no 'aumento dos subsídios dos nababos do Legislativo'. Você quer uma intervenção no Congresso? Será muito pior. Quanto à inflação, tenhamos mais um pouco de paciência. Nós perseveraremos nas medidas de seu controle e iremos, se Deus quiser, até o fim. Recebemos uma administração devastada. Não é possível, creia você, arranjar melhoria este ano. Se os revolucionários perturbarem os trabalhos do Governo, não sei para onde iremos. Você recomenda que se meta a chibata na gente açambarcadora. A Nação não suportará essa reprimenda."

A conclusão, longe de ser otimista, era melancólica:

"A minha jornada também não é pequena. Começa cedo e vara a noite. Já velho, procuro, no entanto, recompor forças. Tenho uma vida particular muito retirada. O isolamento é para mim uma consequência de uma existência já partida... Vou terminar. Não tenho coisas alegres ou coisas já conseguidas na administração para lhe contar. A tarefa é dura. Não se pode, porém, desfalecer. Fui ao Ceará e lá finquei os pés no chão, à procura de mais ânimo. Talvez já se possam vislumbrar, num futuro não muito distante, algumas barras de uma manhã menos pesada. Ao mesmo tempo não desconheço que alguns 'militares inconformados' juntos com uma direita reacionária possam vir a criar uma situação mais difícil. Você me conhece e, assim, sabe que eu procurarei cumprir minha missão.

Já são 22,30. Vou terminar para pegar o último trabalho da jornada. Muito obrigado pela oportunidade que você me deu para

conversarmos como se estivéssemos na sala de meu comando, aí em Recife. Muito obrigado a você. Obrigado também à minha estenógrafa e ao Costa Cavalcanti, que vai levar esta carta... Um apertado abraço do seu velho camarada muito amigo Castelo."⁷

Infenso ao comunismo, Castelo também temia ser o país dominado por uma ditadura da direita. Os extremismos repugnavam-no. E, durante o governo, ele pagaria alto preço para preservar o equilíbrio, evitando que os radicalismos mais dividissem a nação. Repassada de pungente nota de angústia, em carta bastante clara, desvendava seu espírito amargurado e corajoso. Dela ressalta a grandeza que lhe forrava todas as atitudes. A grandeza de nem esquivar as responsabilidades, nem transigir com o mesquinho. Alceu Amoroso Lima, líder católico tão infenso à Revolução, dele traçou este breve perfil: "Foi um homem de bem a toda a prova, um patriota exemplar e, dentro do seu ponto de vista, procurou acertar. Deve ser julgado pela posteridade, muito menos pelo bem que fez, do que pelo mal que procurou evitar." Dificilmente, entretanto, saber-se-á algum dia em toda a extensão o que sofreu e lutou para diminuir as dores alheias.

Apesar da "vida particular muito retirada", uma curiosidade malsã rondava a viuvez de Castelo, amargurando-o profundamente. Dir-se-ia o sensacionalismo a farejá-lo. Um repórter social de Recife, inexplicavelmente, dias após a posse, noticiou um fantasioso noivado de Castelo, obrigando-o, logo que informado, a apressar-se em escrever a Ibiapina: "*Desculpe ainda um desabafo. Uma pessoa amiga me mandou um recorte de jornal com a notícia por Alex de um extravagante noivado. Foi chocante para mim, pelo inesperado e pela grosseira inverdade. Senti ainda mais por saber que este repórter sempre foi correto para comigo e que ele escreveu o mais bonito elogio da Argentina em colunas sociais. Tenho até receio do ridículo e das explorações. Eu lhe pediria uma providência, dependente, sem dúvida, das condições locais, a serem verificadas por você. Um desmentido? Talvez seja aumentar o sensacionalismo. Tenho a impressão que o próprio Alex poderia, sem destaque, dizer que uma notícia dada a meu respeito não tem o menor fundamento, etc. Se você achar conveniente faça assim e, caso queira, mostre-lhe mesmo esta carta.*"

A celebridade tinha o seu preço. E, em meio de tantos problemas e preocupações, Castelo via juntar-se mais esse dissabor, que receava roçar pela zombaria. Em verdade, o fato tanto o magoara, que, convidado para ir a Recife, não se sentiu com ânimo para atender ao convite. Castelo a Ibiapina, em 14 de maio de 64: "*Já estou*

⁷ Carta de Castelo Branco a Hélio Ibiapina, em 25-6-1964.

convidado para ir ao Recife. Mas, a tal notícia me atravessa de tal maneira o coração que eu não me animo tão cedo.”⁸ Contudo, em julho, ele reveria a capital de Pernambuco.

Entre o seu exíguo mandato e a imensidade das reformas necessárias para se “mudar a face” do país, a disparidade era enorme, tornando tudo ainda mais difícil e premente: o tempo valia ouro. Uma semana após a primeira reunião do Ministério, realizou-se a segunda, em Brasília. Era um desdobramento das decisões econômicas e financeiras iniciais, das quais, de fato, dependeria o futuro da Revolução. Num livro bastante apreciável, *Brasil: de Getúlio a Castelo*, o historiador Thomas Skidmore, observou que “depois da queda de Goulart todos os problemas essenciais do Brasil continuavam à espera de ser atacados: o problema imediato da estabilização econômica; reforma social na agricultura e na educação; e, mais importante que tudo, racionalização da economia para promover ulterior crescimento.” Era com visão bastante lúcida, que ele assim concluía: “Em suma, o Brasil não conseguira encontrar um novo método para financiar seu desenvolvimento depois de ter atingido um nível de débito que orçava pelo máximo de tolerância de seus credores estrangeiros.”⁹

De fato usara-se e abusara-se da irresponsabilidade, que dera apenas ganhos aparentes. A orgia dos empréstimos, para cujo pagamento não tínhamos divisas, a das emissões, acarretando vertiginosa elevação dos preços, e a gradativa estagnação do desenvolvimento, deixaram a nu os erros e a imprudência cometidos. Agora, restava saber se o Brasil conseguiria reabilitar-se.

Nessa segunda reunião, Roberto Campos, com o apoio do ministro Bulhões, ofereceu um programa de medidas imediatas, e de outras mais remotas. Entre as primeiras estava a contenção de 30% nas despesas previstas; reexame da proposta orçamentária para 1965, com radical mudança do sistema de formulação e execução do orçamento; reestruturação fiscal; e breve programa de governo para 1964/65. Também se olhava mais longe. Cuidou-se então de uma estratégia de desenvolvimento para o próximo decênio, com a indicação das metas por alcançar, pensando-se num plano quinquenal para o próximo governo. Tratou-se ainda da reforma habitacional, do substitutivo que se devia oferecer ao projeto de reforma bancária, e da reforma fiscal de emergência. Nada era agradável ou popular. Mas, se se desejava nova imagem para o país, tal era o que só devia preocupar.

Tudo reclamava o apoio do Congresso, especialmente as emendas constitucionais indispensáveis à reforma política e à reforma agrária.

⁸ Idem, idem, 4-5-1964.

⁹ Thomas Skidmore, *Brasil: De Getúlio a Castelo*, p. 379, 2.ª ed.

Articulou-as o próprio Presidente que, paciente, tenaz, sem transigir, mas também sem ameaçar, mais convencendo do que pedindo, logrou ampla base parlamentar para o seu programa de governo. Nada menos de dez partidos — PSD, UDN, PSP, PDC, MTR, PL, PTN, PST, PRP e PRT — aceitaram, na Câmara, a liderança de Pedro Aleixo, escolhido pelo Presidente. Praticamente, apenas o PTB ficara de fora, embora a adesão de alguns dos seus representantes, logo conhecidos como os “bigorrilhos”, apelido que não fez menores seus serviços à Revolução. Também, no Senado, sólida maioria congregara-se em torno do líder Filinto Müller, do PSD.

Seria a larga estrada para as “reformas legais”, tal como as imaginava e a elas aspirara o Presidente. Inopinadamente, porém, tudo ruiu com a cassação de Juscelino. A solidariedade dos companheiros, que oscilavam entre atônitos, irritados e decepcionados, dissolveu o bloco que reunira mais de 250 deputados. Pacientemente, recompondo um vaso partido, o Presidente recomençaria o trabalho, juntando peça por peça, certo de que a Revolução era irreversível, mas ele a desejava presa à âncora da lei. “A Revolução — dirá mais tarde — é definitiva, e, como os cursos d’água, abrirá o seu caminho inelutavelmente.”

O esfacelamento parlamentar tornou evidente a exigüidade do mandato de Castelo Branco. Como reformar o país em menos de dois anos? Como fazê-lo em meio das graves dificuldades que arrostava com o Legislativo?

Realmente, a idéia não era de todo nova. Inicialmente, não se pensara na prorrogação do mandato do Presidente. Temia-se, entretanto, pelo destino da Revolução depois de 1965. Que viria após prazo tão exíguo? No dia 6 de maio, na granja do Riacho Fundo, onde se instalaram provisoriamente o genro e a filha do Presidente, Salvador e Nieta Diniz, houve um jantar de que, além do Presidente e do Ajudante-de-Ordens, o major Murilo Santos, participaram os deputados Costa Cavalcanti e Paulo Sarasate. O tema principal da conversa foram as hipóteses que preservariam a Revolução depois de 1965. Espírito naturalmente inquieto, Sarasate não dormiu mais no assunto, sobre o qual, já no dia seguinte, começou, juntamente com Bilac, a catequizar Pedro Aleixo, que se manifestou contrário à sugestão. Para ele, Castelo deveria cumprir apenas o mandato para o qual fora eleito. Era preciso, porém, evitar o malogro em 1965, e Sarasate telefonou para o marechal Ademar de Queirós, que se encontrava no Rio. Não seria a dilatação do mandato presidencial fórmula adequada? O *Jornal do Brasil* também entrou em campo: “Eleições sim. Eleições diretas e pelo voto universal. Mas, eleições na data certa. Em outubro de 1966.” E dias depois, em 20 de maio, voltava a insistir: “Não queiramos perder a Revolução pela incapacidade de consolidá-la. A matéria-prima

dessa consolidação chama-se tempo... Se quisermos ser suficientemente realistas e sensatos, transferindo o pleito para 3 de outubro de 1966, obteremos muito mais do que a coincidência dos mandatos." A idéia estava no ar.

Na verdade, houve um intervalo. Na primeira quinzena de junho, contudo, o Presidente solicitara de Milton Campos a redação das reformas políticas, que compreendiam as questões da maioria absoluta e do voto do analfabeto. A primeira, era velha aspiração da UDN, e a segunda, reiterada bandeira da demagogia das esquerdas. A emenda seria o estopim da prorrogação, e em torno dela se uniriam os favoráveis à eleição presidencial, em 1966, e os receosos da vitória de Carlos Lacerda, cuja oposição fortaleceu a prorrogação, quando esta parecia fadada ao insucesso.

A história, entretanto, não se fizera tão curta. Pelo São João, Castelo fora ao Ceará, em viagem sentimental, com o fito de rever amigos, lugares familiares e as festas folclóricas, que lhe haviam proporcionado tantas alegrias. Cuidadosamente, preparara a comitiva, que, além de poucos políticos, compreendia não só irmãos e pessoas a que desejara distinguir, como o editor José Olympio e o escritor Peregrino Júnior, senão também antigos camaradas, como o general Amarante e o coronel Menescal Vilar. Depois, com o zelo peculiar às menores coisas, mandara telegrafar ao cunhado, incumbido da hospedagem: "*Presidente lembra somente terem direito a hospedagem congressistas, ministros, membros da Academia e editor J. Olympio.*" Era a maneira de poupar os cofres do Estado.

Na sua ausência, veio a emenda da prorrogação. Por motivos táticos, foram duas. Havia poucos dias que Anah Melo Franco, sempre atenta e interessada nas atividades do marido, adoecera, contribuindo esse fato para amiudar as visitas dos colegas do Senado a Afonso Arinos. Numa delas, encontraram-se os senadores João Agripino e Daniel Krieger, que, por mais de uma vez, aventara a prorrogação, que voltou à baila. Afonso Arinos, acrememente afastado de Lacerda, não via com bons olhos a possibilidade de uma vitória deste; João Agripino trazia recordações dos episódios que antecederam à renúncia de Jânio Quadros; e Krieger acreditava que Lacerda, presidente, se tornaria ditador. Nisso, aliás, todos pareciam de acordo. Por que não protelar por um ano o mandato do Presidente, dando-lhe mais tempo às reformas, além de se adiar a eleição presidencial? Em um ano muitas coisas ocorreriam. E ali mesmo, entre os livros de Afonso Arinos, se redigiram as duas emendas, uma assinada por Arinos, outra por João Agripino, que, afinal, seria a adotada. Também Afonso Camargo Neto, do Paraná, entregou a Rondon Pacheco emenda no mesmo sentido.

A prorrogação correu grave risco quando, estando o Presidente no Ceará, se lhe atribuiu haver declarado que, se aprovada, renun-

ciaria. Exagero, certamente. A verdade, porém, é que ele relutou longamente antes de se conformar com a decisão do Congresso. Paulo Sarasate, que tinha fácil acesso a Castelo, não perdia oportunidade para conceber, reformar e adaptar emendas aceitáveis pelo Presidente. A 30 de junho, viajando para Brasília com o Presidente, conversara longamente com este e Bilac sobre a maioria absoluta, a coincidência dos mandatos e a extensão do mandato presidencial. Como sempre, não lograra êxito. Entretanto, tal como ocorreu num jantar a 2 de julho, na residência do deputado Nilo Coelho — cujas recepções ficariam famosas pela fidalguia dos anfitriões, Nilo e Maria Teresa, que levavam à solidão de Brasília um toque de brasões do Recife — muitos amigos do Presidente continuavam a insistir pela sua concordância. Certa vez, Cordeiro de Farias, já desanimado, pedira-lhe que, pelo menos, calasse. Nota no “Diário” de Sarasate, em 5 de julho: “9hs. Embarque do Presidente. Insiste em não admitir prorrogação e diz que falará à tarde com P. Aleixo e Krieger.”

Realmente, falaria com ambos. E a Pedro Aleixo, rebatendo os que costumavam tê-lo como insubstituível, observara: “Doutor Aleixo, os cemitérios estão cheios de insubstituíveis.” E, aos mais íntimos, reafirmava que a 31 de janeiro de 1966 queria “reformatar-se totalmente”. A verdade, porém, é que a idéia crescia. Ainda no dia 4 de julho, o Governador Magalhães Pinto, falando em Belo Horizonte aos Estagiários da Escola Superior de Guerra, afirmara não haver clima para eleição em 1965, e, dias depois, Costa e Silva, também em Belo Horizonte, emitia igual juízo.

Assim, premido pelos amigos, Castelo buscava uma fórmula de recusa, que não ferisse os companheiros. Chegou a conceber um plano: para não molestar o senador Krieger, que lançara a sua liderança no resultado, sugeriria ficar a questão aberta, ao tempo em que Pedro Aleixo, como líder, externaria todo o pensamento presidencial. Tinha o inconveniente essa solução de quebrar a unidade parlamentar do Governo.

Nova pedra ia entrar no jogo. Justamente por esse tempo, Carlos Lacerda retornara da rumorosa viagem a título de explicar a Revolução. Dele se dizia ser indiferente ou infiel às amizades, as quais imolava constantemente. A tal ponto que o número dos seus ex-amigos seria tão grande quanto a coorte de admiradores, sempre a cercá-lo e a aplaudi-lo. Parecia necessitar desse impulso externo para a constante agitação, ora escrevendo, ora discursando, ora viajando às carreiras de um lado para outro. Concomitantemente, uma límpida fonte de inteligência lhe jorrava incessante, conquistando os que dele se acercavam. Mas, como se temesse acontecer-lhe o que padecera a mulher de Lot, ele não olhava para trás. Falta irreparável e que lhe impediu oportuna autocrítica, certamente indispen-

sável para a justa medida das coisas: a paciência na ambição e o equilíbrio nos julgamentos. Para atingir algum objetivo, parecia não conhecer obstáculos nem limitações de qualquer ordem, investindo como força selvagem e avassaladora. Muitos o temiam. Mas, com facilidade igual à do ataque, reconciliava-se, colocando-se acima do bem ou do mal, como se incapaz de distinguir um do outro.

Ao aceitar a provocação de jornalistas franceses, no aeroporto de Orly, Lacerda iniciara a missão com o pé esquerdo, e não mais acertara o passo.

Abreu Sodré, que o acompanhou com Almeida Braga na célebre missão, cujas dificuldades começaram com a apressada eleição de Rafael de Almeida Magalhães para Vice-Governador, dada a casação de Elói Dutra, não esqueceu a impaciência com que, em Milão, sob os efeitos dos episódios de Orly, Lacerda encetou a troca de ásperos telegramas com o ministro Leitão da Cunha. Talvez pela fadiga, Lacerda via em tudo uma conspiração contra as suas pretensões à Presidência da República, não podendo mesmo acreditar na hipótese de aberta hostilidade do Presidente De Gaulle em o receber. Aliás, agravava a situação a ausência do nosso embaixador em Paris, substituído na ocasião pelo ministro De Vicenzi que, notoriamente pouco simpático a Lacerda, fora, pelo encarregado dos negócios franceses para a América Latina, M. Jungerssen, informado da intransigente posição do Quai D'Orsay. E, de Atenas, surdo às advertências, Lacerda voou para Paris, onde o mundo oficial da França o ignorou totalmente, enquanto ele atirava sobre o Itamarati a responsabilidade das dificuldades e insucessos. Acima de todos culpava De Vicenzi.

Afinal, em julho, Lacerda regressou exaltadíssimo contra a maioria absoluta e a prorrogação, pois as considerava pedras postas no caminho da sua ascensão à Presidência. Há, porém, um episódio que dificilmente será conhecido algum dia inteiramente. Apresentadas as emendas da prorrogação, com integral apoio do senador Krieger, Sandra Cavalcanti, cujas vinculações com Lacerda eram sabidas, foi ao Senado, donde, numa ligação telefônica internacional, lhe explicou o que se passava. Dele obtivera — segundo ela disse na ocasião — o apoio à prorrogação, o qual João Agripino se incumbiu de transmitir a Rafael de Almeida Magalhães, que assumira interinamente o governo da Guanabara. Lacerda, no entanto, ao regressar deu como inverídico quanto Sandra informara a Agripino, e, no dia 8, fez longa e apaixonada exposição contra as emendas. Lembre-se, porém, um pormenor. Na véspera de Lacerda reassumir, os serviços de informação forneceram ao Presidente ampla estimativa da situação. Era um documento conciso, redigido em quatro itens, nos quais se analisava o possível comportamento de

Lacerda, em face das suas declarações sobre a maioria absoluta e a prorrogação do mandato presidencial.

Após algumas considerações vinha a previsão: "Dentro dessa situação o sr. Carlos Lacerda romperá em curto prazo (3 a 4 meses) com o governo federal porque: precisa de uma bandeira, e a bandeira oposicionista, de ataque, que é a que mais lhe convém, só poderá ser a da *pureza revolucionária* contra supostos desvios ou incapacidade do Governo Castelo Branco." Seria essa a maneira, ao parecer dos serviços de informação, de capitalizar setores que lutavam por privilégios — proprietários rurais e grupos econômicos — e desvincular-se da impopularidade que o austero programa antiinflacionário traria inevitavelmente para o Governo. Prosseguindo, esboçavam-se as perspectivas sobre as dificuldades, quer no setor político, quer no administrativo, e especialmente no econômico-financeiro, gravemente atingido pela agitação de uma campanha eleitoral. Afinal, concluía: "O Governo não terá mais, pois, grande probabilidade de levar a cabo seu programa de restauração financeira, de normalização da vida nacional e de implantação de reformas profundas."

Para o Presidente, que fremia pelas reformas, o fim era melancólico. Ele próprio lançou esta observação: "*Perspectivas sombrias, expressas no item 4, e sem alternativas. Dessa maneira, também não temos alternativas. Resta-nos somente: um esforço unido e inabalável do Governo de fazer uma administração pelo bem público; enérgico face à desordem; procurar honrar o meio militar, etc., etc.*" Certamente, era o melhor modo de cumprir a missão que o país lhe outorgara.

De qualquer modo, Castelo jamais iniciaria as hostilidades, que não desejava. Sinceramente, ele admirava Lacerda. Paulo Sarasate, ao anotar no "Diário" o jantar no Alvorada, em 9 de julho de 1964, deixou esta observação sobre o Presidente: "*31 de janeiro 66, [Castelo] quer 'reformar-se' totalmente. Elogiou Carlos [Lacerda] rebatendo ligeira restrição de ...*" E, no dia seguinte, depois de avistar-se com o Presidente, escreveu no "Diário": "*Prestigiár candidato da Revolução — mesmo sendo Carlos [Lacerda] — replicou [o Presidente] a L. Viana.*" Realmente, para aplacar as queixas do governador, um dos primeiros cuidados de Castelo, quando aquele regressou, foi convidá-lo para um almoço, em que o cercou de provas de estima e apreço, que produziram bom efeito. Conta-se que, nessa oportunidade, lhe dissera Lacerda: "*Presidente, para evitar explorações, trouxe-lhe uma coleção dos discursos que pronunciei no estrangeiro.*" — "*Tenho a gravação de todos eles, governador*", retrucara Castelo. — "*Por que tanto interesse por eles, Presidente?*" — "*Primeiro, pela admiração que lhe devoto; segundo, porque sou seu aluno, em política; e terceiro, governador, por uma questão de*

defesa pessoal.” A verdade é que, ao se retirar do Laranjeiras, Lacerda expressara-se de maneira que talvez não fosse a mais adequada na ocasião: “*Não vim para discutir o problema da minha candidatura com o Presidente Castelo Branco: ele é um simples eleitor. Não o procuro na condição de herdeiro presuntivo do trono.*” O dia, no entanto, terminou menos tenso, à conta de Miss Universo, que jantou com o Presidente, fazendo-lhe Nieta Diniz, sua filha, as honras da casa.

Nada, entretanto, acalmaria Lacerda, que, ao reassumir o governo, discursou contra a prorrogação. Algumas frases dão idéia do seu fremente estado de espírito: “Afirmo que o adiamento das eleições, por si só, impopulariza a Revolução e consagra seus inimigos... uma parte do Congresso que votou no Presidente Castelo Branco por medo dos tanques agora pretende prorrogar-lhe o mandato por medo do povo...” Por fim, após falar duas horas naquele tom, parecia buscar uma conciliação: “Confio no Presidente Castelo Branco. A Revolução em suas mãos será popular desde já. Serei seu amigo e seu colaborador e, se o povo o quiser, a 7 de outubro de 1965, o seu sucessor.” Dificilmente o fosso não se alargaria passo a passo. Lacerda continuou a sua marcha. Queria libertar-se da impopularidade dos atos do governo? Hermano Alves escreveu no *Correio da Manhã*: “Lacerda sempre foi um político audacioso e rebelde, que não gosta de pegar na alça do caixão alheio.”¹⁰ Aos poucos a prorrogação aparecia como arma contra Lacerda, reunindo muitos dos que o combatiam. San Tiago Dantas, por exemplo, embora já mortalmente enfermo, veio a campo para a aplaudir. Na realidade, ela se tornara um caleidoscópio político. Alguns a viam como a vitória de Magalhães Pinto contra Lacerda, que, irritado, mandou a Bilac Pinto, presidente da UDN, mal-humorada carta, cheia de impertinentes alusões, solicitava-lhe antecipar-se a convenção, para ilidir as “manobras contra-revolucionárias”, reafirmava-se candidato e desfraldava a bandeira “da fidelidade ao povo e ao seu direito de tomar as decisões finais.” Pensava assim em atirar o povo contra o Congresso. E dizia, em tom de ameaça: “Fique certo de que já vim daí empunhando essa bandeira, e a levarei de volta a Brasília para fincá-la a 31 de janeiro de 1966 no Palácio do Planalto.”¹¹

Bastante áspera, a carta deixava extravasar amargura e impaciência. O *Jornal* chamou-a “o lamento de um candidato”, podendo ter como epígrafe este verso do *Paraíso Perdido*: “Melhor reinar no Inferno do que servir no Céu.”

¹⁰ In *Correio da Manhã*, 16-7-1964.

¹¹ Carta in *O Estado de S. Paulo*, 10-7-1964.

Difícil demovê-lo. No dia 15, Lacerda partiu para Belo Horizonte, onde voltou a discursar: "Uma revolução que teme o povo é uma contra-revolução. Uma revolução que se esconde do povo é quarte-lada." Era a réplica a Magalhães Pinto e a Costa e Silva, que, na véspera, ali mesmo, haviam reafirmado a necessidade da prorrogação. Enquanto Lacerda dividia, Magalhães Pinto buscava congrega-ção os revolucionários. Dissera com bom humor: "Estou perigosamente desambicioso." Não seria tanto assim, provavelmente. Entretanto, ao noticiar as articulações promovidas pelo governador de Minas, entre civis e militares, nos dias próximos, o *Jornal do Brasil* procurou reu-nir os fatos, refletindo-lhe o pensamento:

"A maneira como o Presidente Castelo pretendeu encaminhar as reformas — aquelas mesmas que o governo deposto não quis ou não soube realizar — ameaça levar a revolução de abril a se con-verter numa nova e perigosíssima fonte de amarguras e desilusões para o povo. O Marechal Castelo Branco colocou-se em face de uma questão de ética, que somente a ele afeta, e não deve, portanto, inibir o Governo como um todo, nem as Forças Armadas, nem os partidos isoladamente, nem o Congresso no seu conjunto, sob pena de estarmos caminhando conscientemente para o caos. A primeira das reformas, segundo o sr. Magalhães Pinto, há de ser aquela que afaste da atmosfera nacional o espantelho da agitação eleitoral, que consumirá este resto de mandato sem que a Revolução se tenha completado e levando o povo ao pior dos desesperos que é o deses-pero causado pela falta de perspectiva.

Em síntese, o Governo revolucionário precisará de um pouco mais de tempo para cumprir a sua tarefa e garantir, na oportunidade própria, a realização de eleições que não venham significar a contra-revolução pelo voto. Somente a prorrogação do mandato presiden-cial atenderá a esse imperativo revolucionário."

Sem dúvida, o pior era a divisão dos revolucionários. O deputado Raimundo Padilha, dos mais irritados contra Lacerda, exigia dura resposta de Bilac. Outro deputado, Guilherme Machado, tido como homem de fórmulas conciliatórias, a quem Lacerda reclamara a "falta de cobertura", não vacilara na resposta: "Como dar cobertura a você, se a sua metralhadora gira?" Diante dele ninguém se sentia seguro.

A resposta de Bilac revelou inquietação e agastamento. Não es-tava disposto a se deixar dirigir. Fazendo breve histórico da emenda da "maioria absoluta", que o Presidente Castelo esposara, não apenas convicto de que poderia "concorrer para a estabilidade das instituições republicanas e a eficiência dos governos", mas também persuadido da pregação do brigadeiro Eduardo Gomes, Prado Kelly, Aliomar Baleeiro, e do próprio Lacerda, mostrava as posições anta-gônicas dos líderes Pedro Aleixo, que exprimia o pensamento do

Presidente contra a prorrogação, e senador Krieger, que se inclinava pela solução da extensão do atual período presidencial, e concluía, assinalando quanto injustas as acusações de Lacerda. Fazia-lhe também uma advertência:

“Todos reconhecemos em Vossa Excelência um líder de habilidades excepcionais. Sabemos, por igual, que Vossa Excelência exerce extraordinária influência nas bases do nosso partido.

Cumpre-nos, entretanto, ponderar-lhe que os processos dialéticos destrutivos que costuma empregar contra os adversários não devem ser adotados, como fez no seu telegrama, contra nossos próprios companheiros, pois isso nos levaria fatalmente à divisão.

A UDN é um partido cujos quadros são constituídos de homens dignos, dentre eles figurando nomes ilustres, de respeitável tradição política, que nem se intimidam nem se submetem a um tipo de liderança carismática que procure afirmar-se à custa de ataques injustos à sua conduta política.

*Ninguém, nem mesmo Vossa Excelência, com seu fulgurante talento, será capaz de liderar o nosso partido e captar o seu apoio mediante táticas terroristas.”*¹²

A roda da prorrogação continuava o seu giro, independentemente da ação de Lacerda e da vontade do Presidente. Este, para deixar claro o seu pensamento, mandou, no dia 13, uma carta pontilhosa ao senador Daniel Krieger. Breve, discreta, objetiva, era desses documentos sem subterfúgios nem meias-palavras:

“Peço a sua atenção para o assunto desta carta e do objetivo principal nela contido, o de bem ficarem caracterizadas a posição de Vossa Excelência e a minha, na montagem e encaminhamento da última emenda constitucional.

Na apreciação, por parte do Congresso, da maioria absoluta, surgiu uma subemenda, não de iniciativa do Governo, nem de Vossa Excelência, mas de um membro do Congresso, propondo a prorrogação do mandato do atual presidente da República.

Essa proposição é da autoria do eminente senador João Agripino, cujo nome é garantia de que a mesma não saiu de um conluio governamental.

A minha posição é de contrário a tal iniciativa; e a de Vossa Excelência de apoio à mesma. Ai Vossa Excelência não age como líder do Governo, e, sim, na sua condição legítima e exclusiva de membro do Congresso, igual à do senador paraibano. Assinolo que Vossa Excelência, de maneira inconfundível, tem sabido separar uma conduta da outra.

¹² Carta de 14-7-1964 lida na Câmara pelo Deputado Lourival Batista.

Tenho conhecimento de que o seu ponto de vista está assentado na percepção que Vossa Excelência tem de que tal medida atende, com oportunidade e alcance, ao interesse do Brasil.

Sou contra a prorrogação do mandato do atual presidente da República por entender que não ajuda o aperfeiçoamento das instituições políticas brasileiras e, ao mesmo tempo, pelo resguardo pessoal que devo ter em relação ao assunto. A vocação de continuísmo é um fator de perturbação política. Vejo também o fundamento que tanto robustece a autoridade do Presidente, qual seja o de um mandato que, além de legal, deva ter também a legitimidade da origem ou de condições políticas já consagradas. Creio que esse aspecto é muito discutível na prorrogação sugerida. Desconfio, finalmente, que poderá trazer uma repercussão internacional de suspensão de um próximo desdobramento de ilegalidade.

Apresento, assim, a Vossa Excelência, as razões de ordem política e pessoal que ditam a minha atitude. Estamos, portanto, com pontos de vista opostos, Vossa Excelência nobremente e eu sinceramente. Estou informado de que Vossa Excelência está preocupado com o futuro da Nação. Eu, talvez, mais com as lições do passado. De qualquer maneira, não estamos movidos por um interesse de ocasião.

Desejo que tudo isso fique bem claro, não só para se respeitar a autenticidade de sua atitude, como também o decoro e acerto da minha posição.

Renovo a Vossa Excelência a minha confiança na sua alta e invulgar qualidade de líder do Governo no Senado Federal."

A carta legitimava o que, na véspera, escrevera o *Jornal do Brasil*: "É inatacável a posição moral do Marechal Castelo Branco, no episódio da prorrogação do seu mandato." Não endossaria o jornal a escusa, tanto que, em artigo intitulado "Prorrogação ou Agitação", mostrou, logo no dia seguinte à carta, a necessidade daquela providência na reforma política: "Por isso, nunca entendemos a atitude do Presidente Castelo Branco, que, no fundo, mistura o seu dever de chefe de uma revolução com os seus escrúpulos de cidadão, colocando-se contra a prorrogação ou coincidência de mandatos."

Era difícil separar as duas faces. Talvez por isso houve momento em que se teve a impressão de que, dividida a UDN, as reformas não sobreviveriam aos ataques de Lacerda. Carlos Castelo Branco, geralmente bom avaliador das situações, deixou-se impressionar por esse prisma, ao escrever categórico: "O veto do Sr. Carlos Lacerda às reformas teve efeito decisivo, na medida em que quebrou o equilíbrio entre as correntes que disputavam a preferência da maioria. Em todos os partidos há divisões, estando, assim, fragmentada a opinião parlamentar, e incontrolável a manifestação dos partidos.

Com o pronunciamento do sr. Lacerda a UDN, por sua maioria esmagadora, pendeu para um lado de tal forma que se tornou extremamente improvável a aprovação de qualquer das emendas que preconizam modificações na estrutura política." A desordem enleara a todos. A confusão explica o equívoco. Lacerda, entretanto, não se enganou nas suas previsões. O telegrama a Bilac Pinto, dias antes da votação, mostra, pela violência da linguagem, como esperava a derrota. Era o despacho telegráfico dessas peças de agressividade que tornaram Lacerda justamente famoso, admirado por uns, odiado, temido por outros. Eis alguns trechos do amargo telegrama:

"Na véspera do trágico erro que mais uma vez uma superada liderança política vai cometer e por cujas conseqüências vocês um dia serão afinal responsabilizados, não desejo comentar os termos de sua carta em resposta ao meu apelo. Creio que o Presidente Castelo continua pessimamente assessorado politicamente quando é levado a afirmar que o povo sofre menos no seu governo.

Não chega a ser traição a atitude da liderança udenista porque ela sequer tem consciência disso, movida por seus motivos que compreendo e deploro. Mas com isto, penso, ao menos o povo lucrará um resultado: o fim de falsas lideranças políticas cuja crônica incapacidade, cuja falta de previsão e cuja mediocridade já causou tantas derrotas e acaba de derrotar mais uma revolução.

Prorrogação de mandatos e maioria absoluta nesta conjuntura, juntas ou separadas, constituem a destruição de uma revolução que vocês não entendem porque dela não participam senão para desfigurá-la. Espero que mostre este telegrama a quantos terão lido sua carta e para evitar contratempos rogo-lhe o cuidado de divulgá-lo você mesmo. Não tenho mais o que fazer em Brasília de onde vim com a certeza de que mais uma vez a habilidade iria destruir o resultado do nosso sacrifício. Desta vez com requintes de hipocrisia e com uma alegre inconsistência e leviandade que chega a ser pitoresca. O libelo infamatório que vocês estão promovendo, não por palavras mas materializado em atos, constitui a vergonha de uma nação."

E concluía, dramático e teatral:

"Você está presidindo a liquidação da UDN e isto não é tão grave. Gravíssimo é que vocês estão liquidando o que existia de democracia no Brasil ao colaborar para a prorrogação dos mandatos e a maioria do Congresso e não à maioria absoluta que serve à maioria do povo. Adeus."¹⁸

Mas não se deteve aí. Por intermédio do deputado Raul Brunini e como "apelo ao bom senso", enviou uma carta a Bilac, no dia 21. Era menos áspera e considerava a prorrogação um "passaporte para

¹⁸ Telegrama de 16-7-1964. Original do ministro Bilac Pinto.

o desconhecido". "Na verdade — dizia — se se tratasse de preservar uma obra revolucionária, o que se devia fazer era encurtar e não prorrogar o mandato do Presidente Castelo Branco." Afirmando marcharmos para o "nasserismo" de uma ditadura militar, continuava: "Confesso minha impaciência, mais que a minha revolta. Estou farto, meu caro amigo, e um pouco cansado de ver antes, dando a impressão de ver demais. O que se está preparando é, na realidade, a volta dos decaídos ao poder." A carta, cheia de maus presságios, dizia, quase ao terminar: "Bilac, numa palavra, votada a prorrogação, não haverá eleições nem em 66, nem tão cedo. Isto é o 10 de novembro com a aprovação do Congresso." A paixão cegava-o.

Afinal, tudo girava em torno da sua candidatura à Presidência. Dos meus apontamentos, retiro esta nota, de 15 de julho:

"Na presença do general Geisel, o Presidente refere a conversa tida há pouco com o deputado Armando Falcão, virtual representante do governador Carlos Lacerda, a cuja candidatura se diz vinculado. Dizendo desejar trazer o governador Lacerda para a órbita presidencial, procura explicar os motivos de divergência do Governador, e pergunta ou diz ao Presidente que este, segundo pensa Lacerda, prepara a candidatura do general Cordeiro. O Presidente contesta, e ele faz nova pergunta sobre a candidatura Juraci Magalhães. Nova contestação do Presidente, que acrescenta dever a Revolução ter "um candidato que some". Será o Lacerda um candidato "somatório?" perguntara o Presidente a Falcão. Respondera este negativamente, embora o reconhecendo um autêntico candidato revolucionário. Aliás, havia dias que o Presidente me dissera considerar como solução revolucionária o achar-se "um candidato que empunhe a bandeira da revolução."

No dia seguinte, insensível aos argumentos do líder Pedro Aleixo, o Congresso, numa sessão movimentada, aprovou a prorrogação, em primeira discussão, por 205 votos contra 96. Era o mínimo necessário à emenda constitucional. A votação fizera-se à noite, e, à tarde, o Presidente recebera o embaixador da Rússia, tendo, em seguida, querido ditar um memorando dirigido ao general Golberi, então de viagem para uma reunião da OEA. O Presidente considerou entrevista importante, e estaria satisfeito, se não fosse o noticiário que, baseado "em fonte oficial", assegurara aceitar o Presidente, caso aprovada, a prorrogação. Era o desmentido aos que o diziam com ela intransigente, e disposto até a renunciar. A notícia angustiou o Presidente. Anotei então o episódio: *"O Presidente diz-me haver passado a tarde agonizado por causa disso [o noticiário] e acrescenta — 'Ninguém mais acreditará que não foi uma farsa'. Lembro a carta ao senador Krieger e as declarações do líder P. Aleixo, mas ele diz:*

'O brasileiro é muito maldoso. Agora não há conserto.' Tenho penosa impressão do momento que vive.'

No dia 22 houve o segundo escrutínio da prorrogação, que, juntamente com a maioria absoluta, e o adiamento das eleições presidenciais para 1966, integraram a emenda constitucional n.º 9.

Caíra o voto a favor dos analfabetos, proposto pelo Presidente. Nesse dia, por coincidência, alguns amigos jantavam na granja do Ipê, residência do Chefe da Casa Civil, certamente das mais aprazíveis moradias de Brasília. Em meio daquela cidade plana, árida, privada de vegetação, o Ipê representa um oásis. Implantado numa pequena elevação, ostenta soberba e apreciável vegetação, com algumas velhas e belas árvores a sombrearem límpida e sussurrante queda d'água, cujos respingos dão ao ambiente frescura desconhecida na aflitiva secura da nova capital. Entre os convidados contavam-se os ministros Flávio Lacerda e Cordeiro de Farias, que não escondia o contentamento pela vitória da prorrogação, e os deputados Bilac Pinto, Paulo Sarasate e Antônio Carlos Magalhães. Naturalmente, os comentários eram otimistas, e o tempo suscitava novos projetos. Mas, como inquietação e amargura a cair no plácido ambiente da reunião, Bilac mostrou-nos recente carta de Lacerda, que lograra fazê-la mais ferina do que nunca.

Ao Presidente, premido pela impossibilidade de recusar a prorrogação, restava dar uma palavra ao país. Redigiu então uma nota explicativa, transmitida à Nação no dia 24. Expressava sua relutância, ao mesmo tempo que a determinação do Congresso. Dizia, entre outras coisas: *"As pessoas que me falaram sobre o assunto [da prorrogação], sempre respeitaram o meu ponto de vista contrário à proposição do senador João Agripino. Apesar da minha repetida rejeição à idéia, muitos políticos trabalharam para a sua consecução, formando-se mesmo uma corrente favorável e ponderável no meio revolucionário e político. Agora é uma situação de fato. Pessoal e politicamente preferiria terminar o meu mandato a 31 de janeiro de 1966. Aqueles que lideraram e apoiaram a prorrogação parecem desejar que o Governo, com o acréscimo do mandato, tenha mais tempo para reajustar a administração, consolidar a fundo a ordem jurídica, corrigir o mais possível a inflação, restabelecer as condições da melhor marcha do desenvolvimento, terminar a proposição de reformas, dando a tudo uma fase mais ampla de início de aplicação."* Na realidade encontrava-se ante a alternativa *"de não concordar, por um ato pessoal"* ou de cumprir a missão que agora lhe era entregue. Optaria pela segunda hipótese: *"Procuro discernir o que me cumpre fazer. Não quero desertar do destino da Revolução. Decido pelo acatamento à deliberação do Congresso Nacional."*

Entre o que escrevera e o que leu, omitira pequeno trecho, por sugestão do general Geisel e do coronel Meira Matos, pois dele se poderia inferir alusão a Lacerda. Era uma réplica aos que falavam em conluio da politicagem e em pressões militares para alcançar a prorrogação. O Presidente escrevera textualmente: "*Identifico todos os acusadores. São quase os mesmos que, de 1930 para cá, têm ido aos bivaques dos granadeiros como alvoroçadas vivandeiras provocar extravagâncias do poder militar.*" Ao cortar a frase, o Presidente comentara: "*Eles sempre passaram ao largo do meu portão.*" Jamais com eles se encontrara.

Lacerda ainda voltou à carga em carta ao deputado Nina Ribeiro, seu líder na Assembléia, na qual, dizendo que a Revolução estava "sendo transformada num golpe que *michou*", acrescentava irritado: "Em quatro meses a Revolução envelheceu e murchou. Estão esvaziando a Revolução com a estupidez das *reformas* que não reformam coisa alguma, enquanto a grande reforma que consiste em implantar um governo competente e trabalhador no Brasil continua por fazer."

De fato, perdida a partida, ele mudara de objetivo: pleiteava um ministério. Seria o caminho para "um governo competente". Armando Falcão foi o intermediário da nova aspiração. Sabia-se, aliás, que Lacerda enjoara do governo da Guanabara, como uma criança se desinteressa por um brinquedo, considerando encerrada a sua tarefa no Estado. Pelos indícios, parecia sôfrego. E, como resultado dos entendimentos de Falcão, realizaram-se, na sua residência, três encontros. Os dois primeiros com o coronel Meira Matos, e o último, em 20 de julho, com o general Geisel. Em todos eles Lacerda não fez segredo sobre o ministério. Não era apenas aspiração pessoal, pois os seus amigos mais próximos consideravam que a pasta da Educação seria a grande oportunidade, apesar dos riscos que oferecia. Abreu Sodré fazia parte do coro, e já considerava antes Lacerda o homem dos momentos difíceis e do desafio, ao confiar-me esta observação: "A juventude brasileira estava intoxicada pelas idéias de esquerda e só um homem com a sua força de comunicação poderia conquistar essa área. Mas, sabíamos também que em um instante qualquer poderia se incompatibilizar definitivamente como candidato à Presidência da República. Era arriscado, mas se deveria tentar. A idéia entusiasmava não só o Governador, que desejava deixar o Governo da Guanabara e tentar a grande cartada para sua popularidade no pleito direto à Presidência, mas a todos nós."

Fora dos círculos lacerdistas não havia igual entusiasmo. Na ocasião, o coronel Meira Matos referiu-me as duas longas conversas, cada qual se estendendo por mais de três horas, uma delas assistida pelo poeta Augusto Frederico Schmidt. Lacerda queixava-se de haver ficado à margem. E Meira Matos buscara mostrar-lhe que a Revolução era

formada por vários afluentes, sendo ele um destes, embora importante, mas não a caudal. Lacerda conformara-se com a imagem, mas insistia em ser aproveitado pela Revolução. “Como continuar perdendo tempo na Guanabara?”, perguntara afinal. Depois, para mostrar a conveniência da mudança do Ministério, fizera várias observações pessoais com azedume e injustiça. Sobre Bulhões, indagara: “Você acredita que pode ser ministro quem até os sessenta anos foi sempre empregado?” Duas inverdades numa só frase. E sobre Hugo Leme, ilustre professor de agronomia: “Não passa de um agrônomo habituado a observar o quintal da Escola de Piracicaba.” Mas o alvo principal seria Roberto Campos, que ele tinha como dos possíveis candidatos à Presidência: “Tem servido a todos os governos. E afundou todos.” Depois admitiu que aceitaria a Justiça, a Fazenda, ou a Educação.

Inadequado era o tom com que pretendia chegar ao Ministério. Entretanto, bastante paciente, suficientemente hábil para não aceitar a luta num momento impróprio, o Presidente, recusando-lhe embora o ministério, não lhe regatearia um elogio. Resolvera não responder à carta que, em 31 de julho, lhe escrevera Lacerda, pois os objetivos eram mais importantes do que as querelas pessoais. Tendo ido à Bahia no começo de agosto, aproveitou a pergunta de um jornalista para afagar o irritado Governador da Guanabara. “*Política e administrativamente — dissera Castelo — o Presidente da República não considera o Governador da Guanabara fator de intranquilidade. E tenho razão para assim pensar. O governador Carlos Lacerda é um grande brasileiro, um autêntico udenista e um político vigoroso em todas as fases da vida brasileira, desde que ele se lançou na vida pública. Além disso, tenho a honra de considerá-lo um companheiro na luta travada e que hoje se chama a Revolução Brasileira. Ele está com o direito sagrado de criticar o Governo, e, mais ainda, de apresentar suas sugestões, e eu tenho o dever de escutá-lo e de aproveitar tudo aquilo que, no meu julgamento, for útil à administração federal.*”

O elogio frutificou. Mal o Presidente retornou da Bahia, Falcão procurou-o em nome de Lacerda. Nota no “Diário” de Paulo Sarasate: “12 de agosto. Assisto ao fim da conversa do Presidente com Armando [Falcão] sobre o pedido de encontro feito por C. Lacerda. Presidente diz com prazer que receberá, mas não desejaria conversa sobre Ministério.” Encerrava o assunto. À noite, para amenizar-lhe as atribulações, o cinema do Alvorada exibiu um filme sobre o *french can-can*. Era das poucas distrações do Presidente, que preferia o teatro, onde recentemente assistira à peça *Descalços no Parque* e, em seguida, como costumava fazer, cumprimentara o ator Ziembinski, pelo desempenho do papel que aplaudira calorosamente.

CAPÍTULO VI

PELO RESTABELECIMENTO DA ORDEM

A PRIMEIRA CONDIÇÃO, para a estabilidade e a retomada do seu desenvolvimento, consistia em repor a ordem no país. Propositadamente deflagrada pelo Governo Goulart, a agitação abriu o seu caminho, e difícil tornara-se sofreá-la. Invadira principalmente os sindicatos e as universidades, tidos como campos de eleição para a difusão de idéias subversivas. Recompôr a ordem, mais fácil de manter, e mais custosa de recuperar, reclamou ação lenta, paciente, enérgica, da qual Castelo sempre afastou a violência, em cujos frutos não acreditava.

Desde o início do Governo, que iniciava cheio de problemas, a área trabalhista preocupara. Ao certo não se sabia como reagiria, depois de tão sacudida e doutrinada pelos subversivos. Para ela, concomitantemente com a ação nos meios estudantis, haviam convergido os interesses da situação anterior, que provocava clima propício aos seus objetivos. Notória era a integração de organizações sindicais e de previdência social no esquema de convulsão, articulado pelas esquerdas. E os sindicatos, em grande parte dominados pelos comunistas, constituíram-se focos de agitação. Eliminar todo o mal que daí provinha ao país era o desejo do Presidente, mediante esclarecimento dos operários. Precisavam ser desintoxicados a fim de compreenderem quanto haviam sido iludidos com promessas irrealizáveis.

A situação dos sindicatos, manipulados por uma pequena cúpula comunista, era caótica, embora não se lhe possa negar a eficiência dos propósitos. Em 1963, por exemplo, irromperam 105 greves, e o porto de Santos encabeçara a estatística. Praticamente, haviam-se paralisado as atividades portuárias, das quais dependia o estado de São Paulo. Tudo se tornara motivo para greve. Certa ocasião a Estrada de Ferro Leopoldina parou, graças à prisão de um maquinista sindicalizado, que a polícia encontrou alcoolizado e armado.

Era o processo preparatório da subversão. Coordenava-o o Comando Geral dos Trabalhadores, o CGT, transformado em veículo de reivindicação das várias categorias profissionais. Reivindicação feita por seu intermédio devia ser atendida, sob pena de provocar greve apoiada pelo Ministério do Trabalho, cujo titular, o senador Amauri Silva, perdera toda a autoridade, visto nenhuma nomeação de direção, no ministério, se consumar sem a concordância do CGT. Deste era secretário-geral o poderoso Dante Pelacani, gráfico, tão cioso do seu prestígio que, certa vez, interrompeu uma reunião do Presidente Goulart, entrando em mangas de camisa no Palácio do Planalto. Era o líder mais importante do CGT, condição que o elevava a Diretor-Geral do Departamento Nacional de Previdência Social, donde orientava as autarquias previdenciárias.

Outro comunista, Clodismith Riani, presidia o Comando, e elegera-se presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, pelo ostensivo apoio de Goulart. Além dele, integravam o CGT Hércules Correia, tecelão, Benedito Correia, metalúrgico, Tenório de Lima, da indústria de alimentação, Domístocles Batista, ferroviário, Roberto Morena, ex-deputado comunista e Osvaldo Pacheco, estivador, organizador do atuante Pacto de Unidade e Ação, que reunira portuários, marítimos, estivadores e ferroviários. Ativos, experientes, os comunistas não haviam desperdiçado a oportunidade oferecida pelo Governo, ao agitarem e inquietarem o país. Certamente fizeram-no sem medida, contribuindo assim para a reação que derrubou Goulart.

Retomar a direção do setor trabalhista, solapado pela propaganda, representou grave indagação. Tanto mais quanto a Revolução, infensa à demagogia, se cingira à austera política salarial, suprimindo a enganosa linguagem já familiar aos trabalhadores. A persuasão exigiria tempo e esforço. Dentro desse panorama, foi relevante o papel do ministro Sussekind. Nomeado pelo Comando da Revolução, ao qual o indicara Júlio Barata, Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, mantivera-o Castelo, que o conhecia da Escola Superior de Guerra, onde proferira algumas conferências. Ainda moço, pois tinha 46 anos, Sussekind conhecia amplamente o ministério, no qual ingressara ainda estudante, havia 26 anos, e exercera numerosos cargos e funções, além de ter participado da instalação da Justiça do Trabalho e da elaboração de importantes leis trabalhistas. Essa circunstância lhe permitiu convocar auxiliares capazes, também afeitos ao Ministério, dentre os quais o chefe do gabinete, Moacir Cardoso de Oliveira, e o Diretor-Geral do Departamento Nacional do Trabalho, a procuradora Natércia Pinto da Rocha.

Por longo tempo, os trabalhadores conservaram-se distantes da Revolução. Nem custara aos agitadores convencê-los de que a con-

tenção dos salários, ao lado da liberação dos aluguéis e do aumento dos preços pela eliminação dos subsídios ao petróleo e ao trigo, constituíam testemunho pelo menos de insensibilidade ante a difícil situação que atravessavam. Além disso, a necessidade de intervir em sindicatos e autarquias de previdência social (cerca de 15%) se lhe apresentava como indébita intromissão em área peculiar aos trabalhadores, e, mesmo quando os inquéritos mostraram o desvio de receita daquelas entidades para atividades irregulares, a concessão de empréstimos ilegais e a coação nas eleições sindicais, não mudou a atitude dos trabalhadores. Demorariam em convencer-se dessas verdades, por mais que fossem evidentes.

Castelo não ignorava essa hostilidade, que, de algum modo, o angustiava. Em São Paulo, ao comemorar-se o 1.º de maio de 1964, ele respondeu aos que buscavam malquistar a Revolução com os trabalhadores: *"A Revolução não foi feita contra os direitos sociais dos trabalhadores. Pouco importa o que assoalhem os ainda inconformados por haverem perdido os cofres públicos com que levavam, com sacrifício dos pobres, uma artificiosa luta de classe. A verdade, porém, é que estamos interessados não apenas em conservar, mas também em aprimorar as normas de proteção aos trabalhadores, promovendo os meios e os instrumentos adequados à sua efetiva aplicação."* De outra feita, ao falar em jantar oferecido pelos homens de empresa do Rio Grande do Sul, o Presidente também manifestara aspirar a um ponto de equilíbrio entre trabalhadores e empresários. "A revolução, dissera, não é para desamparar o operário, nem para desestimular os capitais, os empreendimentos". Na ocasião, preocupado com a situação do trabalhador, ele me entregara esta síntese sobre a "Promoção Social": "— manter e melhorar a comunidade dos sindicatos — melhorar as condições de realização dos trabalhos — a casa — a assistência, inclusive de saúde e educação — o direito de greve — a defesa do salário adequado ao trabalho e ao custo de vida — a participação nos lucros." Os trabalhadores, no entanto, permaneciam céticos quanto aos bons desígnios do governo em relação a eles.

Uma das primeiras sugestões de Sussekind, para captar a confiança dos operários, foi o desarquivamento, no Senado, do projeto que regulamentava o direito de greve, há muito paralisado. Praticamente, não havia legislação sobre a matéria, pois um rígido decreto que considerava a greve recurso anti-social, caíra em desuso após a Constituição de 1946, que a considerara legítima, determinando a sua regulamentação. Esta, entretanto, jamais fora feita, e, conseqüentemente, não se sabia quando uma greve era ou não legítima. Castelo aceitou a sugestão. E Sussekind, através de emendas por intermédio dos líderes do Governo no Congresso, ajustou o projeto

aos objetivos da Revolução, contrária às greves políticas e às deflagradas sem a responsabilidade do sindicato correspondente. Quando impossível a conciliação, os dissídios trabalhistas seriam submetidos à Justiça do Trabalho.

Em pouco tempo, apesar dos embaraços opostos pelos que desejavam turvar as águas, logrou-se concluir o que se arrastara no Congresso por quatorze anos. A lei, cujo relator, na Câmara, foi o deputado Ulisses Guimarães, a quem se deveu boa parte do êxito, dificilmente poderia satisfazer a todos. Elementos do próprio Governo pleitearam o veto aos dispositivos que asseguravam os salários dos grevistas, e determinavam a promoção de perícia contábil nas empresas, quando houvesse revisão de tarifas ou de preços das utilidades para atender reivindicações dos trabalhadores. Para Ulisses Guimarães, identificado com o projeto, tal possibilidade era contritadora. Além de falar-me, ele me escreveu, pedindo-me transmitir ao Presidente razões contrárias aos vetos pretendidos. Em lugar do veto, Ulisses Guimarães aspirava a uma sanção pomposa e festiva. *“Repito — escreveu-me — a sugestão que lhe dei: o Presidente deverá sancionar o novo Estatuto com solenidade, perante a Hora do Brasil, fazendo resumo do alcance social, humano, cristão da disciplina, que somente agora, após 14 anos da tramitação no Congresso e quase 20 anos depois de inscrita na Constituição, as relações de trabalho passam a ter.”*

O Presidente, como em outras oportunidades, foi sensível aos argumentos. Ele possuía uma tendência favorável aos mais fracos, e, no caso, conveio em amparar os trabalhadores, bem como em promover solene sanção da lei. E, em 1.º de junho de 1964, no Palácio das Laranjeiras, presentes líderes sindicais, representantes da Justiça do Trabalho, parlamentares e altos funcionários do ministério, Castelo, após um discurso de Sussekind sobre a significação da lei, a sancionou entre aplausos dos trabalhadores.

Em outra oportunidade, março de 1965, os ministros responsáveis pela situação financeira e econômica do país, depois de exporem ao Presidente o ônus representado pelo 13.º salário, que dobrava, em dezembro, as folhas de pagamento das empresas, obrigando-as a empréstimos bancários, com repercussão no custo da produção, propuseram que o assunto fôsse reexaminado. Isso não só pela expansão monetária e conseqüente empuxe inflacionário, ao fim de cada ano, como porque psicologicamente se transmitia a impressão de “salário sem esforço”. Prefeririam qualquer destas três fórmulas: gratificação de produtividade, que entretanto apresentaria na prática dificuldades administrativas de avaliação; acréscimo do salário mensal, correspondente ao fracionamento do 13.º salário, o que eliminaria a corcova financeira do fim do ano, mas teria a desvantagem de talvez

agravar o problema se despertasse, de futuro, reivindicações de restauração de um 13.º salário; pagamento parcelado do 13.º salário.

Ainda uma vez o Presidente, que só valorizava as conquistas trabalhistas quando não deterioravam a economia, experimentava a dificuldade de conciliar. Constrangia-o ver-se obrigado a adotar medidas restritivas no campo trabalhista. Contudo, disposto a enfrentar a realidade, ele a comunicou a Sussekind. *“Sei que essa medida vai criar-lhe embaraços na área sindical, pois não é fácil explicá-la aos trabalhadores; mas não é possível dobrar os encargos salariais dos empregadores no mês de dezembro. Se o senhor conseguir uma fórmula que substitua o 13.º salário sem os inconvenientes mencionados, eu a adotarei.”*

Nasceu assim o parcelamento daquela gratificação em duas quotas iguais, uma em dezembro, outra por ocasião das férias do trabalhador se requeridas em janeiro, ou entre fevereiro e novembro, a critério do empregador. Sussekind descobrira a fórmula almejada. Entretanto, para a aceitar, o Presidente, que desejava ficar a salvo de críticas da área trabalhista, condicionou-a a ser postulada pelas próprias Confederações Nacionais dos Trabalhadores, o que ocorreu em memorial a ele entregue em Ipatinga, em 1.º de maio de 1965. Convicto de ser mais importante convencer e conquistar opiniões do que usar a força da autoridade, Castelo jamais abandonaria a catequese, procurando apoio para as iniciativas que lhe pareciam benéficas aos trabalhadores.

Dadas as contingências, contudo, que obrigaram medidas impopulares, e a necessidade de corrigir erros acumulados durante muito tempo, perdurou a imagem desfavorável do Governo entre os operários. Dificilmente estes compreenderiam os malefícios de que tinham sido vítimas inconscientes e indefesas. A situação financeira da Previdência Social, por exemplo, mercê da corrupção, do empreguismo e da desordem administrativa era um descabro. A própria União não pagava as suas contribuições, o que estimulava os empregadores a também atrasarem as suas prestações daí acarretando deficit crescente e completa desorganização dos serviços. Em muitos casos os remédios precisaram ser drásticos, e provocaram reações. Os resultados, porém, não demoraram. Quando se chegou ao fim do ano, a arrecadação de 1964 superara em mais de 100% a do ano anterior, permitindo reajustarem-se os benefícios, ampliarem-se os serviços médicos e concluírem-se hospitais, aumentando o número de leitos para os associados. E mais de doze mil concursados obtiveram as nomeações a que tinham direito.

O clima do Governo Goulart não contaminara, porém, apenas os trabalhadores. Em Pernambuco, em decorrência das agitações ao tempo do governador Miguel Arrais, o ambiente se tornara tão tenso que os empregadores da agro-indústria do açúcar se negavam a sen-

tar-se na mesma mesa com os dirigentes sindicais em busca de soluções para as divergências que afligiam a zona açucareira. Era a impossibilidade do diálogo. Foi necessário anunciar-se que o Presidente desejava assistir, no curso de visita a Recife, à assinatura de uma Convenção Coletiva de Trabalho, com adequada solução aos problemas trabalhistas do mais importante setor da vida econômica daquele Estado, para se alcançar o entendimento de que resultou, pela ação pessoal do ministro Sussekind, a primeira Convenção com aquele objetivo.

Em dezembro de 65, quando Sussekind deixou o ministério, passando para o Superior Tribunal do Trabalho, podia-se considerar terminada a tarefa de saneamento, que a si mesmo se impusera a Revolução, graças ao conhecimento dos problemas e habilidade com que os encaminhara sem maiores atritos. Atendera-se aos interesses dos trabalhadores, ao tempo em que se iniciara um programa de reformas, que transformariam o ministério, retirando-lhe a condição de instrumento de pressão sobre os sindicatos e autarquias a serviço da política.

Ao empossar o novo ministro, o deputado Peracchi Barcelos, personalidade de linhas nítidas, fortes, o Presidente estava satisfeito com o realizado, para imprimir rumos de seriedade ao trabalhismo. Para ele, era a primeira condição de valorização dos trabalhadores, que pareciam compreender a seriedade do esforço à recuperação da economia. O mesmo, entretanto, não ocorreu com os estudantes, que se mantiveram ativos e inconformados.

Ao Presidente foram profundamente desagradáveis os reiterados desentendimentos e conflitos com estudantes e professores. Houvesse dependido dele, tudo seria diferente. Amigo da cultura, tendo passado grande parte da vida no magistério militar, em contato com gerações mais novas, forrara-se de larga compreensão para com os jovens. Numerosas as tentativas com que buscou encontrar um ponto capaz de aplinar os atritos. Os fatos mostraram ser impossível.

A exemplo do acontecido nos meios trabalhistas, a propaganda subversiva criara raízes nas universidades. Vinha, aliás, de longe a infiltração de comunistas nas entidades estudantis. Posto fora da lei, o Partido Comunista empreendera intenso aliciamento de estudantes, e, principalmente no Governo Goulart, a agitação encontrou o seu habitat entre a mocidade estudantil, cujas virtudes de generosidade, de idealismo, de interesse, e solidariedade com os companheiros ele passou a explorar metodicamente. Fomentou a excitação o próprio Ministério da Educação e Cultura, que estimulou greves de estudantes e cerceou as repressões à crescente indisciplina, com o apoio do ministro Paulo de Tarso, e, depois, com a complacência do ministro Júlio Sambaqui, burocrata que se deixou conduzir pelos ventos dominantes.

Em março de 64, a desorganização do Ministério da Educação e Cultura era total. Os programas e planejamentos, bem como os compromissos internacionais de Punta del Este, em 1962, e, depois, em Santiago do Chile, haviam sido postos de lado. Em seu lugar, instalara-se o sectarismo ideológico empenhado na subversão. E as verbas dos Fundos Nacionais de Ensino Primário, Secundário e Superior subvencionaram convênios com entidades alheias ao ensino: associações recreativas, assembléias legislativas, clubes de sargentos e sociedades de marinheiros.

Era a maneira de aliciar prosélitos com sacrifício do ensino. Dois episódios dão idéia do clima que se criara. Em dezembro de 1963, escolhido, por uma minoria dissidente, paraninfo de licenciados da Faculdade Nacional de Filosofia, o governador Carlos Lacerda foi impedido, por estudantes e agitadores outros, de assistir ao ato universitário, ao tempo em que forças militares enviadas pelo ministro da Justiça protegiam os promotores da desordem. De outra feita, na abertura dos cursos na Cidade Universitária da Guanabara, presente o Presidente Goulart, surgiram estudantes empunhando cartazes com *slogans* subversivos. Foi preciso que o Reitor Pedro Calmon lhes proibisse a entrada no recinto, onde se encontrava também o corpo diplomático. Bastou, porém, Goulart ouvir-lhes os gritos, para permitir-lhes o ingresso no salão, onde irromperam tumultuosamente, assustando os desprevenidos convidados.

Nesse ambiente não houve como evitar choques, quando se tentou repor a ordem. Antigo reitor, versado em assuntos educacionais, o ministro Flávio Suplicy era homem íntegro, pouco flexível. As circunstâncias o revelaram intransigente, em face dos estudantes, que acreditava feitos apenas para estudarem. Espírito polêmico, era, porém, desajeitado ao diálogo com os alunos. Esse feitio tornou-lhe ainda mais difícil a tarefa, que exerceu de maneira corajosa, cabendo-lhe iniciativas altamente benéficas ao ensino, mas que não impediram o recrudescimento de generalizada insatisfação. Realmente, após período de acalmia, que se seguira à vitória da Revolução, tornou-se evidente a inquietação entre os estudantes, que certa propaganda facilmente convencera da hostilidade do Governo em relação a eles. Alguns se sentiam "humilhados" diante das medidas impostas pela necessidade de restabelecer a disciplina. De fato, não custaram a ficar em pé de guerra.

Desse estado de espírito, o mais grave episódio foi a manifestação de desagrado ao Presidente Castelo, na abertura dos cursos, em março de 1965. Efetuara-a reduzido grupo de estudantes, que aguardara a saída do Presidente após a imponente solenidade na qual, inteiramente lotado o imenso salão, fora ele vivamente aplaudido. Previsto pelos órgãos de informação, o acontecimento não constituiria surpresa. Contudo, o Presidente preferira correr o risco. Algumas

prisões de estudantes, que o ministro interino, Raimundo Moniz de Aragão, pôs sob a custódia das autoridades universitárias, não impediram prosseguisse a visita a outras unidades da Universidade. No dia seguinte, a imprensa ignorou inteiramente os aplausos, mas deu ênfase às hostilidades, que logo correram mundo.

Do episódio, a maior preocupação do Presidente foram as punições dos estudantes. Até porque, mais do que estes, ele considerava culpados o governo anterior e professores desatentos aos seus deveres. Em junho, na Universidade do Ceará, ele verberara contra *“a grave e lamentável situação que a Revolução encontrou no setor da educação, onde o poder público não pecou apenas pela omissão, mas também pela complacência e, por vezes, pela ação deletéria.”* E havia pouco, no Forum de Reitores, assim se referira ao movimento estudantil: *“Bem sei, e isso é do vosso inteiro conhecimento, que em tal movimento existem setores vinculados à subversão. Cumpre localizá-los e detê-los. Mas, a verdade é que isso jamais será obtido por meio de leis, decretos ou regulamentos.”* Era a sua tendência em admitir a influência pessoal dos responsáveis por alguma coisa. No caso, ele acreditava fosse mais dos professores do que das leis ou do Governo.

No primeiro despacho com Moniz de Aragão, após o incidente, ciente de caber ao Conselho Universitário ditar as penalidades, disse-lhe o Presidente: *“Mas não deve haver expulsões.”* E como o ministro insistisse sobre a imprevisibilidade da decisão, logo acrescentou: *“Mas não desejo que se apliquem penas máximas.”* Era a invariável tolerância, que o fazia compreensivo. No despacho seguinte, informando-o Moniz de Aragão estarem previstas penas de seis meses de suspensão, o Presidente, feito rápido cálculo, retrucou-lhe: *“Assim perderão o ano, pois a suspensão alcançará setembro.”* Era exato. E Castelo voltou à carga: *“Não, não deve ser assim, a penalidade deve ser menor. Ninguém deve perder o ano.”* Certamente, não desejava ferir a autonomia da Universidade, e também não queria ser a causa de punições rigorosas. Por fim, prevaleceu a orientação do Presidente. Modesta suspensão por trinta dias encerrou o rumoroso episódio.

Quando útil o contato pessoal com professores ou alunos, o Presidente a ele não se furtou. Nas numerosas visitas a universidades, encarecia a necessidade de conceder audiências, para perguntar e ouvir pacientemente reclamações ou sugestões, que anotava para exame posterior. Era a inata confiança no diálogo. Mas, das várias conversas com professores nenhuma, possivelmente, de tanta significação quanto a mantida, em agosto ou setembro de 1965, com os da Universidade de Brasília, que seria, durante todo o Governo, motivo de apreensão.

Fundada sob a orientação de Darci Ribeiro, seu primeiro reitor, reconhecidamente propenso para a esquerda, ela não se libertara dessa marca, que tornava mais vivos, aos olhos dos conservadores, os menores indícios de desajustamento aos rumos da Revolução. Dizia-se que, propositadamente, certo número de professores havia sido recrutado entre simpatizantes do marxismo, circunstância que levou o reitor Zeferino Vaz, novo reitor da Universidade de Brasília, a exonerar treze professores e instrutores. Ao assumir a reitoria, Zeferino Vaz trazia o renome de grande educador. Fundador da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da qual foi o primeiro diretor, granjeara a fama de possuir invulgar capacidade organizadora, à qual aliava conhecimentos sobre os problemas do ensino. De baixa estatura, compleição robusta, era ágil, jovial e acolhedor. Os estudantes não o sentiam distante, e ainda menos os professores, predicado que contribuiu para serem superadas as dificuldades iniciais. Houve até a impressão de que as cicatrizes desapareceriam.

Passageira ilusão. Logo no primeiro semestre de 1965, uma série de incidentes mostrava recrudescer a insatisfação e a intranquilidade entre professores e alunos, queixosos, principalmente, do reinício de inquéritos, que atingiram docentes e discentes; da interferência do Comando Militar de Brasília na vida interna da Universidade; e de dificuldades financeiras, que diziam decorrer da má vontade do ministro Suplicy. Na realidade o saudosismo dos "bons tempos" reativara focos de lutas políticas no *campus* da Universidade. Mas, dos fatos que geraram a crise responsável pela exoneração do reitor, o mais grave se prendeu ao contrato do professor Ernani Fiori, pensador católico, demitido da Universidade de Porto Alegre por ato da Revolução. Tornou-se então inevitável o pedido de demissão de Zeferino Vaz, impossibilitado de conciliar as forças em conflito, que passaram a encará-lo com desconfiança, umas a acusá-lo de complacente com a agitação, outras de submisso aos militares. Na realidade era o desfecho de prolongado período de fermentação, do qual aflorava a frustração de ponderáveis parcelas de professores e alunos inconformados com a opção política decorrente da Revolução. Para não ferir o reitor, por cuja obra educacional tinha apreço, conveio o Presidente em mantê-lo no Conselho Diretor da Universidade.

Substituiu-o o prof. Laerte Ramos de Carvalho, diretor da Faculdade de Filosofia de São Paulo. Inicialmente indicado pelo diretor do Ensino Superior, Moniz de Aragão, cogitara-se do prof. Versiani Caldeira, da Universidade de Minas Gerais, onde dirigira a Faculdade de Medicina, dando provas de firmeza e prudência em difícil período de agitação. Inesperadamente, o ministro Suplicy inclinou-se por Laerte Carvalho, então nomeado pelo Presidente. A troca não parece ter sido feliz.

O novo reitor não logrou acalmar as águas. E, desejoso de apaziguar, o Presidente resolveu recebê-lo juntamente com os coordenadores dos vários Institutos Centrais, a fim de ouvir-lhes as reivindicações. Não havia prova mais expressiva de boa vontade. "O encontro com os senhores é o lenitivo cultural da minha jornada", disse o Presidente ao entrar na sala onde os professores o aguardavam. Por todos falou o prof. Aureliano Salmeron, físico nuclear, que, durante algum tempo, antes de vir para a Universidade de Brasília, fora o único não-europeu do Centre Européen de Recherches Scientifiques de Genève. Depois ingressaria na Escola Politécnica de Paris. Ao Presidente encantava uma reunião como aquela. E, atentamente, ele ouviu a exposição de Salmeron sobre a significação da Universidade para o país e o seu desenvolvimento. Decorreu cerca de meia hora, e Castelo não dera mostra de impaciência, quando o reitor interrompeu Salmeron, acimando-o de ocupar excessivamente o precioso tempo do Presidente. Houve ligeiro mal-estar, ao tempo em que este observou parecer-lhe estarem desatentos ao problema dos alunos, que, no seu entender, eram a verdadeira razão de ser das universidades. Em seguida, o diálogo prosseguiu num tom de compreensão, parecendo abrir-se uma janela para o almejado entendimento. O próprio Presidente acreditou nessa possibilidade. Em inequívoca demonstração de ter o espírito desarmado, mandou convidar Salmeron, no dia seguinte, para uma sessão de cinema no Alvorada, como quem desejava lançar a ponte para a continuação do diálogo.

A esperança foi breve. A requisição de uma funcionária e do prof. Las Casas pelo ministério, que os desejava retirar de Brasília, colocou a Universidade novamente em alvoroço, levando o reitor, temeroso da agitação, a suspender as atividades escolares. Por sua vez os estudantes promoveram greve de protesto, os coordenadores de cursos pediram exoneração coletivamente, e, como réplica, o reitor, em 18 de outubro, anunciou o afastamento de quinze professores. Foi a gota d'água. Imediatamente, 210 professores demitiram-se, solidários com os colegas punidos, e a Universidade se ressentiu dessa perda de docentes, embora alguns, posteriormente, aquiescessem em permanecer. Suplicii não demorou em fechar a Universidade.

O incidente, que o Presidente acompanhou atentamente, parece tê-lo feito reconhecer a impossibilidade de entendimento em terreno que os interessados na desordem minavam a cada passo. Sopravam as brasas para provocar o incêndio. Inclinado à tolerância e às concessões, Castelo, entretanto, não ultrapassava limites capazes de comprometerem a ordem, que julgava fundamental ao país. Certa vez, falando na Universidade do Ceará, ele invocou Alceu Amoroso Lima, para quem era uma "ilusão pensarmos em ter universidades modelares, em um país desorganizado e caótico." Daí a intransigência com que buscou preservar o princípio da autoridade, do qual

a ordem é inseparável. De fato, a inquietação estudantil propagara-se a várias universidades, especialmente às de Goiânia, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. A sincronia dos movimentos tornava plausível admitir-se uma coordenação entre elementos desejosos de suscitar dificuldades para o Governo. Contudo, dificilmente se conseguia distinguir os promotores da agitação daqueles que se deixavam levar pelos impulsos generosos da mocidade. Aliás, para Suplicy esse aspecto se afigurou irrelevante: não lhe importavam os motivos da indisciplina.

Na medida em que desacreditava das punições, o Presidente confiava num trabalho persistente e renovador, que acabaria revelando os propósitos do Governo em favor dos estudantes. Daí as leis que estimulou e apoiou para propiciar melhores condições ao ensino. Nesse campo, Suplicy se revelou colaborador valioso. Senhor do ofício, leal, destemido diante das reações, teve iniciativas que representaram a base das transformações operadas na educação. Dentre elas deve-se mencionar o Censo Escolar, em 1964, o primeiro num país das dimensões do Brasil, e que permitiu ter-se a visão dos problemas, deficiências e necessidades do setor educacional. Graças ao censo verificou-se a alarmante cifra de 30 milhões de analfabetos. Para a reduzir, criou-se o salário-educação, meio de obter das empresas industriais recursos destinados à educação primária. O plano era fecundo, e, para 1965, previu-se a arrecadação de 120 milhões de cruzeiros. Conseguiu-se indispensável provisão de recursos para a área educacional, não tendo demorado o empréstimo proveniente do convênio entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Ministério da Educação e Cultura. Aliás, fora difícil a sua consumação, visto a necessidade da intervenção de um banco nacional, como avalista. Inicialmente, cogitara-se do Banco do Brasil, afastado por ser sociedade anônima. Cuidou-se então do Banco de Desenvolvimento, mas um parecer contrário dos seus consultores jurídicos ameaçou lançar tudo por terra. Conta-se que, depois de ouvir essa opinião, dissera Garrido Torres, presidente do banco, aos assessores: "Muito obrigado, os senhores já cumpriram o seu dever de complicar e dificultar as coisas". Uma decisão do Conselho Nacional de Economia, em apoio ao voto de Paulo de Assis Ribeiro, considerando a educação investimento primordial para o desenvolvimento, tornou, porém, possível o empréstimo, que ampliou bolsas de pós-graduação concedidas pela Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior, a CAPES, como era conhecida, e dirigida pela professora Suzana Gonçalves, pessoalmente indicada pelo Presidente.

Das iniciativas de Suplicy, recebidas com insistente hostilidade dos núcleos esquerdistas, nenhuma tão rumorosa quanto a lei de novembro de 1964, logo pejorativamente chamada "lei Suplicy", que

regulamentou a vida estudantil. Era o fim do período no qual fora a União Nacional dos Estudantes fundada, no Estado Novo, para articulação dos órgãos estudantis no território nacional, vigoroso instrumento de ação dos esquerdistas e comunistas. Na realidade, embora proibisse atividades político-partidárias, a lei nada tinha de fascista, como apregoavam os que a combatiam, acolhidos pelos estudantes, em geral mais conduzidos pela emoção do que pela reflexão. Formou-se assim uma imagem deformada e negativa da lei, por vários modos sabotada pelos seus opositores. Em verdade, era democrática, e transpusera para o plano estudantil dispositivos consagrados na legislação eleitoral: obrigatoriedade do voto, colegiado formado pelos estudantes regularmente matriculados, mandato eletivo por prazo certo, registro prévio de candidatos, eleição em dia certo, identificação do votante, garantia do sigilo com inviolabilidade do voto, apuração imediata após a eleição. Nada disso impediu de ser apontada como tipicamente fascista, contrária à livre manifestação dos estudantes, nem de ser o seu inspirador, o ministro Suplicy, acusado de reacionário. O tempo, entretanto, se incumbiria de mostrar a sua face liberal.

Também importante foi a votação, pelo Congresso, do Estatuto do Magistério, proposto pelo Governo. Representava antiga aspiração dos professores, desejosos de se desvincularem do regime burocrático do estatuto dos funcionários. A sua aprovação deu-lhes maiores oportunidades, abrindo novas perspectivas ao ensino. Tornou possível o tempo integral no magistério, permitiu os cursos de pós-graduação e de extensão universitária. Deve ser considerado o passo inicial para a reforma universitária.

Castelo, pelo menos a longo prazo, confiava nos resultados da legislação com que renovou gradativamente o ensino. Contudo, dificilmente reperia a ordem no meio estudantil, que a propaganda subversiva contaminara profundamente. Tanto que, em 1966, decorridos dois anos após a Revolução, houve em Belo Horizonte uma passeata de estudantes com um lenço passado sobre a boca. Exprimia a inconformidade, em face das medidas governamentais. Simbolizava, diziam, a "mordaca" que os oprimia. E tudo levava à crescente incompreensão, que o Presidente procurava contornar, menos pela força do que pela persuasão. Era o seu papel naquele mundo conturbado e apaixonado.

CAPÍTULO VII

A RESTAURAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

O TEMPO ERA CURTO. Principalmente para virar e revirar o país pelo avesso, salvando-o do caos a que estivera tão próximo. Decorridos embora, apenas, meses, pois estávamos em setembro, comemorando o Dia da Pátria com imponente desfile de tropas garbosamente estendidas pela Avenida Presidente Vargas, os aplausos do povo já proporcionavam a imagem de uma nação novamente confiante no futuro.

Era apreciável o conseguido em tão curto prazo, especialmente no campo econômico e no financeiro, fundamentais ao êxito da Revolução. Além da firmeza do Presidente, que não vacilara ante a impopularidade, muito contribuiu para esse resultado o bom entendimento entre os ministros da Fazenda e do Planejamento. Parecia completarem-se. Mário Henrique Simonsen considerou-os “a dupla de economistas de maior prestígio no cenário nacional.” E deles faria esse breve perfil: “Campos, dotado de uma fantástica capacidade de formulação e inovação, e com uma incrível disposição para se expor como o ponta-de-lança da impopularidade. Bulhões, serenamente determinado a sanear o deficit público e a desordem monetária, e com a estrutura psicológica indispensável para suportar uma crise de estabilização como a que adviria em 1965.”¹ Bulhões aproximava-se dos 60 anos e fizera carreira entre o Ministério da Fazenda, que ocupara interinamente no Governo Café Filho, e o Banco do Brasil, como diretor da Superintendência da Moeda e do Crédito. Homem de aspecto calmo, frágil, um tanto calado, dava a impressão de tranqüilidade ancorada em fundas convicções. Tolerante diante das críticas, somente as rebatia para defender o Governo, que servia com exemplar correção. À primeira vista elas não o atingiam. Certamente, não o irritavam, semelhando que, ao ouvi-las, ele preferia repetir o Evangelho: “Pai, perdoai-lhes porque não sabem o que fazem.” Convicto da fatalidade das leis financeiras, julgava a inflação uma calamidade. Dele se dissera, pela segurança com que enfren-

¹ Mário Henrique Simonsen, depoimento dado, a pedido do Autor, sobre “A Política Econômica do Governo Castelo Branco”.

tava os ataques, que preferira ser patriota a ser agradável. Na verdade, era extraordinariamente afável na sua mansidão. Aparentemente, era o reverso de Roberto Campos, de imaginação efervescente, mordaz, pronto a ferir o adversário com uma ironia.

No início da carreira, Roberto Campos serviu na ONU, onde secretariou Gilberto Amado, então trabalhando no Estatuto dos Refugiados. Amado, ao prefaciá-lo o livro *A Moeda, o Governo e o Tempo*, dele faria este entusiástico retrato: “*Atrás de mim sentava-se o secretário que o Itamarati designara para me acompanhar na Comissão. Eu não o conhecia. Era um jovem magro, pálido, vestido sem apuro, olhos finos, sorriso que me pareceu irônico. Tinha sido padre, disseram-me. Estudara em São Paulo. Vinha de Goiás ou de Mato Grosso. Seu papel consistia em passar-me notas, dados, observações sobre o tema em debate, tudo que a discussão fosse sugerindo. Não pensei em recorrer ao jovem itamaratiano. Mas, à primeira nota que ele me comunicou tive que voltar-me e repassá-lo apreciativamente com os olhos. O que rabiscara era não só certo, não só interessante, mas capital para o encaminhamento da questão. Subitamente senti que sob a aparência quase fria, o rapaz brasileiro não estava ali para cumprir distraidamente um dever, para justificar sua presença, ali, no orçamento. Foi uma revelação. Era um cérebro capaz de receber as correntes da vida no seu rolar e de ensaiar sobremonitá-las e de domá-las no sentido humano.*”

Ao tempo, o jovem secretário Campos estudava economia na Universidade de Colúmbia.

Campos considerava-se um tímido. “A timidez dos meninos feios e desengonçados”, dizia. Responsabilizava por essa sua qualidade não somente “o medo da comunicação”, mas também “a mania de nadar contra a corrente.” A ambas deveria possivelmente muitos desafeiçoados que nunca perderam a oportunidade de lembrar-lhe quantos altos postos exercera nos governos de Kubitschek e de Goulart. Abandonara-os, é verdade, confessando ter-se visto ainda na “esquissita posição de defender no exterior políticas que acerbamente combatera intra-muros.” Numa breve autobiografia, Campos escreveu que, no Seminário, que freqüentou até a adolescência, se refugiara “num intelectualismo álgido para escapar ao pânico da comunicação.”² Boa parte dessa algidez ele deve ter deixado no Seminário, donde saiu um moralista de “mordacidade sentenciosa”. Poucos, todavia, lhe aceitarão o retrato do tímido, que ele imagina ser, ou é, mas que não corresponde à sua autêntica “personalidade social.”

Quando esteve no Brasil, John Gunther conheceu-o. “*Dr. Campos me recebeu para um chá — escreveu o viajante — um dia após o*

² Roberto de Oliveira Campos, *A Técnica e o Riso*, p. LXXXV.

passado de barco e me falou vivamente sobre os seus problemas, enquanto bebericávamos uma mistura feita de laranja. O que faz um país rico ou pobre? A Dinamarca é pequena e totalmente dependente de uma agricultura especializada, ainda assim é rica; a Índia é enorme, possuidora de quase todos os tipos de riqueza natural, ainda assim miseravelmente pobre. Desenvolvimento e educação são as chaves. Mas, que deve vir primeiro? Campos então sorriu enigmáticamente, como quem dizia 'esta é a questão.'" Era a preocupação de Campos encontrar o caminho para libertar o país da pobreza. E Gunther, inclinado a fazer comparações com o famoso romance de Alexandre Dumas, fez dele esse retrato: "Se eu posso continuar com a analogia dos Três Mosqueteiros, dr. Roberto Campos, ministro do planejamento nacional, é Atos — um homem de princípios impecáveis, modesto, nem aventureiro, nem bufão, maneiroso, cheio de humor, e também se tornando sério com igual facilidade. Uma de suas melhores qualidades é o seu sutil senso de oportunidade. Todo domingo de manhã, tendo trabalhado duramente durante a semana, o Dr. Campos toma um barco com amigos para um cruzeiro na baía do Rio de Janeiro, uma das vistas supremas da terra, com as suas paisagens incomparáveis combinando com a água azul, salpicada de ilhas e extensas praias louras. O barco casualmente não é dele, mas emprestado por amigos — Campos é um servidor civil, não um milionário."³

Campos gostava de espicaçar o inimigo, para experimentar-lhe a reação, que, possivelmente, enfrentaria com a citação de algum autor famoso, ou mesmo das Escrituras, aprendidas nos anos do Seminário, de que desertara em tempo. Era delicioso vê-lo iniciar, na Câmara dos Deputados, uma árida oração sobre temas econômicos com a evocação de Valéry: "Oh! que doçura poder sobreviver à força desse dia!" E comprazia-se, imaginando quanto o verso irritaria antagonistas desafeitos ao debate nesse tom. Sozinho, sem a parceria de Bulhões, talvez desejasse correr mais. Este, no entanto, poderia dizer como D. Pedro II ao Conselheiro Dantas, de quem temera as idéias abolicionistas: "Quando o senhor correr, eu o puxo pela aba da casaca."

Juntos, integravam-se. Campos, além de aprimorado interesse de grupo à realização de tarefas, sabia bem escolher colaboradores, com que formou uma plêiade de estudiosos cheios de entusiasmo na busca de novos caminhos. Alguns deles eram ligados ao serviço público, que representou ponto de partida para outras atividades, como Dênio Nogueira, Garrido Torres, Casimiro Ribeiro, Eduardo da Silveira Gomes, Alexandre Kafka e Og Leme. A eles Campos reunia

³ John Gunther, *Inside South America*, p. 70. Ed. Pocket Books, 1968.

empresários, economistas e juristas da iniciativa privada, como Mário Henrique Simonsen, Bulhões Pedreira, Nascimento Silva, Ulhoa Canto, Haroldo Polland, Gomes de Almeida e Glycon de Paiva. Dotado de grande talento jurídico e imaginação criadora, Bulhões Pedreira foi autor ou co-autor da maior parte da legislação financeira do período, particularmente a lei do mercado de capitais. Outros começariam logo no EPEA (Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada), espécie de laboratório experimental do Ministério do Planejamento, onde viria a trabalhar Reis Veloso, que retornava do seu mestrado de economia em Yale. Diretamente vinculados ao ministro, estavam Sebastião Sant'Ana, misto de técnico e burocrata; Nazaré Dias, com larga prática do serviço público, Edmar de Sousa, e Artur Amorim, que ajudou na reformulação da SUDAM, do Banco da Amazônia e no estabelecimento da Zona Franca de Manaus. Nestas últimas tarefas participou ativamente o Cel. Moraes Rego, da Casa Militar do Presidente da República. Depois, criado o Conselho Nacional de Planejamento, estuário de várias correntes doutrinárias, outros conhecedores de economia se identificariam com as atividades e concepções governamentais, dentre eles Delfim Neto, que voava semanalmente de São Paulo, trazendo o seu fecundo farnel de idéias. Por indicação de Campos e de Bulhões, Castelo Branco designou Delfim Neto para membro do Conselho Nacional de Economia.

A identidade entre Bulhões e Campos facilitou tarefas de importância. Dentre elas, das primeiras foi o reescalonamento da dívida externa, que asfixiava o país, menos pelo seu montante, que alcançava 3,8 bilhões de dólares em janeiro de 64, do que pelo seu vencimento, numa proporção de 48%, concentrado nos anos de 1964/65. Fora esse um dos legados do governo deposto.

Este, aliás, em certo momento, teve nítida consciência do problema, e aventou, inspirado pelo ministro San Tiago Dantas, a possibilidade da moratória unilateral, que equivalia à bancarrota oficial do Brasil. Graças, contudo, a elementos moderados do Governo, que viam nessa moratória rápido avanço no sentido da comunicação do país, a idéia foi refreada, iniciando-se conversações na área européia, onde se situavam os credores mais impacientes, para a reesquematização da dívida externa brasileira.

O primeiro obstáculo às negociações a cargo do embaixador Sette Câmara, que servia em Berna, onde desfrutava de relações nos círculos europeus, fora o Presidente De Gaulle, que ferido pela ridícula "guerra da lagosta", chegou a dizer não sermos "um país sério". De fato, além de negar aprovação ao embaixador Vasco Leitão da Cunha para representar o Brasil junto ao seu governo, De Gaulle não disfarçava a má vontade com o governo brasileiro. Contudo,

devido a antigos contatos ligados diretamente ao chefe do governo francês, Sette Câmara logrou restabelecer as relações, abrindo caminho para as negociações, preliminarmente iniciadas com a OCDE (Organização do Comércio e Desenvolvimento Econômico), que reunia os credores do Brasil, e onde o senhor Kristensen, secretário-geral, e John Leddy, embaixador dos Estados Unidos, desejosos ambos de afastarem a moratória, ajudavam em alguma solução. Tudo seria em vão, pois, além do imenso descrédito do governo brasileiro, o próprio Goulart não se mostrava interessado numa conclusão.

Sette Câmara, que não participou da Delegação, mas auxiliou as negociações, em Paris, com o Clube de Haia, onde, além de representantes dos países europeus, se reuniam os dos Estados Unidos e Japão, guardou a impressão de que tudo não passava de uma farsa de Goulart, visando a uma decisão negativa, para proclamar a moratória unilateral. Presidida pelo ministro da Fazenda Nei Galvão, a Delegação do Brasil expôs os seus pontos de vista perante o Clube de Haia em 18 de março de 1964, e Sette Câmara assim resume as impressões recebidas de amigos presentes ao encontro: "Ao chegar em Paris fui informado por John Leddy e por de Lattre, delegado francês que presidira a reunião, que tudo fora um lamentável espetáculo. A Delegação brasileira não soubera sequer explicar o comportamento de balanço de pagamentos do Brasil. Deixara uma lamentável impressão e, certamente, na reunião próxima do Clube, marcada para os primeiros dias de abril, a decisão denegatória do reescalonamento seria fatal."⁴

A vitória da Revolução adiou a decisão. Não adiaava, porém, os débitos exigíveis em 64 e 65, entre os quais se incluíam centenas de milhões de dólares de atrasados comerciais devidos a empresas norte-americanas. Regularizá-los representaria o primeiro passo para ordenar a caótica situação das finanças brasileiras. Não seria possível arrumar a casa sem a ordenação dessas finanças. E muito menos cogitar de corrigir a inflação e retomar o desenvolvimento, conforme aspirava o novo governo. Disso, estava certo o Ministro Bullhões, que, antes de reiniciar as negociações, cuidou de medidas capazes de dar aos credores a idéia de haver algo mudado no Brasil, entre elas figurando a taxa cambial correspondente ao valor real do cruzeiro, o que aumentaria as exportações, e a eliminação dos subsídios ao petróleo, ao trigo e ao papel de imprensa.

Para retomar as conversações com o Clube de Haia foi convidado o embaixador Sette Câmara, que chefiou a nova Delegação inte-

⁴ Embaixador Sette Câmara, *in* carta ao Autor, em 8-2-1972.

grada pelo professor Antônio Azeredo Coutinho, o ministro Vilar de Queirós, e o dr. Mata Machado, do Banco do Brasil. Concomitantemente, para tratar com os credores privados norte-americanos, Bulhões convocou Trajano Pupo Neto, advogado identificado com a vida comercial e industrial, e pessoa relacionada nos círculos de Wall Street. Tendo, na mocidade, presidido ao famoso Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito de São Paulo, participara da direção do National City Bank e era presidente da Anderson Clayton, importante e tradicional empresa radicada no Brasil. Estava claro o propósito do Governo ao buscar uma figura da vida empresarial para representá-lo nas negociações. Pupo Neto, entretanto, tão recentes as desconfianças germinadas no Governo Goulart contra os que tinham qualquer vínculo com os grupos estrangeiros, não se sentiu, inicialmente, seguro para bem exercer a missão que lhe atribuíam. Bulhões tranqüilizou-o.

Fixados os nomes dos delegados, cuidou-se da estratégia. Sette Câmara viera de Berna, e, em reuniões no Ministério da Fazenda, levantou-se o panorama verdadeiro da situação e das possibilidades de pagamento do Brasil. O exame desvendava o caos anterior à Revolução. O exato conhecimento da dívida externa somente fora possível com a intervenção de Dênio Nogueira, primeiro presidente, mais tarde, do Banco Central, e então diretor executivo da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito). Das reuniões, além do Ministro Bulhões, participavam, habitualmente, Roberto Campos, Sette Câmara, Pupo Neto, Dênio Nogueira, Casimiro Antônio Ribeiro, então diretor de câmbio do Banco do Brasil, e os integrantes da Delegação junto ao Clube de Haia.

No fim de maio, Sette Câmara regressou à Europa, e, antes da primeira reunião em Paris, em 10 de junho, visitou Berna, Bonn e Londres, pleiteando o apoio dos credores para o esquema que devia ser apresentado pelo Brasil. Ao mesmo tempo, em missão especial, Garrido Torres partiu para o Japão, e, no fim de junho, Pupo Neto seguiu para Nova Iorque, onde deveria manter as necessárias conversações, em caráter officioso, a fim de saber-se qual o espirito com que os credores privados norte-americanos acolheriam uma proposta brasileira. Era a primeira vez que o Brasil, na história da sua dívida externa, ia dirigir-se, não a outro governo, mas a firmas particulares.

Para reforçar essas gestões, Roberto Campos, em rápida visita a Nova Iorque, acompanhado de Luís Biolchini, fez ampla exposição, em uma reunião de banqueiros e industriais credores do Brasil, sobre os planos e perspectivas de recuperação da economia do país.

No Brasil, Castelo, sempre informado pelo ministro Bulhões, acompanhou os pormenores das reuniões em que se assentou o ca-

minho por seguir nas difíceis negociações. Antes de viajar, Pupo Neto foi ao Laranjeiras com o Ministro Bulhões, que o apresentou ao Presidente. Este, demonstrando conhecer a situação em profundidade, manifestou não apenas a satisfação com que via um homem de empresa representar o Governo na importante missão, mas externou a convicção de ser a iniciativa privada vital para o desenvolvimento do país. Quando se retiraram, Pupo Neto escreveu esta lembrança do encontro:

*“Trago a mais favorável das impressões. Ele [Castelo] transmite não apenas confiança, mas, acima de tudo, dignidade. Tem o semblante sério, mas sabe sorrir. Mostrou grande preocupação e respeito pela lei. Impressionou-me sua diversificada e profunda formação cultural. Um excepcional estadista.”*⁵

Era extraordinariamente lenta a mudança da imagem do Brasil no exterior. Principalmente junto aos credores privados norte-americanos — menos informados do que os governos — formara-se, graças a vigorosa campanha de imprensa desencadeada pelos esquerdistas, que acoimavam a Revolução de simples golpe militar em estilo da América Latina, a idéia da existência de uma ditadura, que, em pouco, seria derrubada por outro movimento militar. A Pupo Neto, apesar da ajuda das Câmaras Americanas de Comércio, de São Paulo e Rio de Janeiro, foi custoso incutir a idéia de que algo mudara realmente com a Revolução, embora contasse com o forte apoio de David Rockefeller, presidente do Chase Manhattan, e do sr. K. K. Rounds, vice-presidente do National City Bank, que residira no Brasil. O embaixador Juraci Magalhães, recém-chegado ainda não granjeara a influência que viria a desfrutar em Washington.

Nessa primeira fase, o objetivo básico, para a aquiescência dos credores privados norte-americanos, foi mostrar que o Brasil mudara, não se permitindo a volta à situação anterior, que deprimira no exterior a imagem creditícia do país. Muitos, entretanto, acreditavam que apenas um grupo de generais tomara o poder, com domínio total, devendo seguirem-se as restrições ao capital estrangeiro e a nacionalização de empresas. Foi exaustivo catequizar cada credor de per si, explicando o programa global de restauração econômico-financeira sob a orientação do Ministro Bulhões, sintetizada em três palavras: desinflação, desenvolvimento e reformas. Afinal, quando julgou aplainado o terreno, Pupo Neto retornou ao Brasil.

Na Europa, os entendimentos marcharam satisfatoriamente, e o Clube de Haia, reunido em Paris, sob a presidência do delegado

⁵ Trajano Pupo Neto, carta ao Autor, em 2-5-1972.

francês André de Lattre, após ouvir as pretensões do Brasil, marcou para 30 de junho a possível decisão. Sobre essa reunião daremos a palavra a Sette Câmara: "No dia 30 de junho, na mesma sala do Ministério de Finanças da França, se reuniram os representantes dos seguintes países: França (de Lattre sempre presidindo), Estados Unidos, Alemanha, Itália, Inglaterra, Suíça, Japão, Bélgica, Países-Baixos e Áustria. Participaram também observadores do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e da Organização do Comércio e Desenvolvimento Econômico. Os debates foram bastante acalorados, cabendo-me defender a posição brasileira em circunstâncias bastante difíceis. Todo um passado de obrigações não pagas, de promessas não cumpridas, de leviandade no trato com os problemas da inflação e do deficit orçamentário, de liberalidade nos aumentos salariais, militava contra o Brasil." ⁶

Na realidade, o conceito do Brasil, pela seriedade e segurança de medidas no campo financeiro, inclusive para restringir o deficit orçamentário, começara a melhorar. Roberto Campos, com paciência e capacidade de argumentação, conquistara o importante apoio do Fundo Monetário, que ao Brasil concederia um crédito *stand-by* de 125 milhões de dólares, enquanto o governo americano, através da AID, daria um empréstimo de mais 50 milhões. As portas reabriam-se. Por sua vez, em 1.º de julho, o Clube de Haia aprovou o reescalonamento de 70% da dívida externa brasileira, concedendo-nos dois anos de carência e pagamento nos cinco anos seguintes. Era significativa prova de confiança no Governo Castelo Branco, que ainda não concluía o seu programa de ação, mas cuja honestidade de propósitos, mesmo em relação ao restabelecimento do influxo de capitais privados estrangeiros, fazia voltar o clima de boa vontade por parte dos credores. A decisão do Clube de Haia, para a qual muito contribuíram Paul Jolles, representante da Suíça, e John Bullitt, subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, representou o momento decisivo da credibilidade do Brasil junto aos grandes centros financeiros. Com a dívida externa prorrogada, o país começava a respirar.

Para concluir as negociações nos Estados Unidos, inteiramente diversas das realizadas em Paris, foi nomeada, em outubro, uma Delegação, da qual, além de Pupo Neto, que a chefiou juntamente com Luís Biolchini, diretor de câmbio do Banco do Brasil, participaram os funcionários desse banco José Soares da Fonseca e P. J. da Mata Machado. Comparados com os entendimentos de junho, o ambiente desanuviara-se, deixando entrever a confiança suscitada pelo novo

⁶ Embaixador Sette Câmara, *in* carta citada.

governo do Brasil, que ofereceu aos credores norte-americanos proposta pormenorizada sobre o que pretendia. A proposta era nítida e objetiva. Na ocasião, Juraci Magalhães conquistara a posição de grande embaixador, e colaborou com eficiência para se chegar a bom termo. Tornara-se amigo do subsecretário Thomas Mann, tão influente nas relações com os países sul-americanos, e compreensivo da importância de o Brasil recuperar-se da grave enfermidade que começava a vencer. O difícil, porém, fora convencer Southard, representante dos Estados Unidos no FMI, de que a política brasileira venceria o tempo reclamado pela solução gradualista de combate à inflação. Por fim, um almoço no Chase Manhattan Bank, oferecido por David Rockefeller a Pupo Neto e Luís Biolechini, abriu boas perspectivas.

Convocados para uma reunião em Nova Iorque, credores de todo o território americano acorreram, terminando por aceitar o reescalonamento proposto em bases idênticas às obtidas em Paris. Era a primeira vez que o setor privado de um país concordava em reescalonar a dívida externa de um governo estrangeiro.

Das chamadas “áreas de atrito”, uma das primeiras examinadas foi a do Contencioso Francês. Originara-a a falta de pagamento, desde 1940, aos portadores (franceses na sua quase totalidade) de títulos emitidos, no começo do século, para a construção das ferrovias São Paulo—Rio Grande, e Vitória—Minas. Embora o Governo Getúlio Vargas, quando da incorporação daquelas estradas de ferro ao patrimônio nacional, houvesse se obrigado a reconhecê-los e atendê-los, nada fora feito, e de tempos em tempos uma onda de protestos, e também de especulações, inundava a Bolsa de Paris, provocando ataques ao Brasil. Não fazia muito que circulara haver o ministro Pinay, quando da sua visita ao Brasil, tratado do assunto.

Castelo almejava solver o problema antes da visita de De Gaulle. E, consultado o senador Mem de Sá, designou uma comissão para proceder, na França, negociações que encerrassem o assunto. Integraram-na o próprio Mem de Sá, e os deputados Raimundo Padilha, da UDN, e Guilhermino de Oliveira, do PSD. Como assessores, seguiram os senhores Aché Pilar, reconhecido especialista no assunto, e Vilar Queirós, do Itamarati. Iniciadas com a Association National des Porteurs de Valeurs Mobilières Français, cujos dirigentes logo se descentenderam, as negociações concluíram-se com o Quai d’Orsay e o Ministério do Comércio da França, ambos desejosos de um acordo, que se efetivou em bases substancialmente inferiores às admitidas pelos ministros Bulhões e Roberto Campos. Por último, o Crédit Lyonnais, incumbido do resgate dos títulos, e dadas as nossas dificuldades de divisas, adiantou cerca de quatro

milhões de dólares. Assim, após um quarto de século, chegava-se a feliz desfecho, preparando-se o caminho para a visita de De Gaulle.

Os dois reescalamentos representaram um alívio de cerca de 250 milhões de dólares no balanço de pagamentos de 1964 a 1965.

Igualmente importantes foram a política salarial, pedra angular do edifício levantado sobre as ruínas encontradas pela Revolução, e a gradual contenção do processo inflacionário, em lugar do chamado tratamento de choque, que Bulhões considerava excessivamente penoso para a população, pois com ele se deviam enfrentar não apenas os efeitos da inflação aberta, mas também da inflação reprimida. Uma ou outra medida reclamava coragem, determinação e confiança.

Coube a Roberto Campos convencer os técnicos do Fundo Monetário das vantagens da lenta deflação. Mas, conforme ele próprio diria, os economistas, administradores e políticos discutirão até o dia do juízo final os méritos relativos dos dois métodos. Por isso mesmo não poucos se opuseram à orientação adotada. O próprio Fundo Monetário Internacional receava que um longo período de sacrifícios, como ocorre no tratamento gradualista, ameaçaria a estabilidade política da Revolução, e, portanto, a continuidade do tratamento, ao passo que rápida cirurgia, contendo drasticamente os preços, sem dar tempo à mobilização dos imensos interesses contrariados, propiciaria o reencontro do país com o desenvolvimento. Hoje, com as perspectivas que somente o tempo proporciona, avulta o acerto do caminho escolhido, que evitou sacrifícios talvez impossíveis de se suportar, bem como a hipótese de uma depressão fatal.

Apesar da “suave deflação”, como o chamou ironicamente o deputado Herbert Levi, que ficara a meio caminho entre a política do Governo e as críticas da oposição, as queixas seriam tenazes. Principalmente as classes mais ricas, inteiramente esquecidas do mortal perigo que as rondara no começo de 64, não cessavam as lamúrias contra a deflação, que reconheciam necessária, mas da qual repudiavam as conseqüências inevitáveis. Verdadeiro assédio envolveu destarte o Presidente, pressionando-o para mudar a política financeira. Mensagens, cartas, telegramas, abaixo-assinados, tudo foi usado para o demover. O próprio Augusto Frederico Schmidt, admirador e amigo do Presidente, escreveu-lhe que “o sr. Roberto Campos é uma espécie de *amor de perdição*”.

Tudo em vão. Embora não se saiba a influência que teve no espírito do Presidente, ele lera o livro de Bernard Baruch, *Uma Filosofia para o Nosso Tempo*, sublinhando-lhe este trecho: “A infla-

ção dos últimos anos foi devida em grande parte à luta egoísta de certos grupos influentes por obter vantagens especiais. Cada grupo parece inclinado a obter que o fardo das dificuldades recaia sobre um outro. Cada um deseja facilidades fiscais para si próprio, mas não para outrem." Ainda acrescentara: "Devemos reduzir preços de custo, trabalhar mais, vender mais." ⁷ Os conceitos ajustavam-se como uma luva às circunstâncias que o Presidente teria facilmente observado.

Contudo, a luta mais penosa travou-se em torno da política salarial, pois, embora consciente do sacrifício que representava, o Governo via-se diante de um Rubicão: sem o atravessar, a batalha da recuperação econômica seria perdida. Após vários anos de desordem salarial, com os prazos de reajustamento a se encurtarem gradativamente, sem que os operários tivessem noção dos prejuízos advindos da progressiva diluição dos salários, fora difícil conter as reivindicações oriundas de todos os setores, inclusive das autarquias governamentais. Por vezes, como ocorreu em relação aos ferroviários e aos sindicatos da orla marítima, houve que fazer concessões, sem que faltasse a contrapartida de uma crítica do professor Gudin. Os metalúrgicos pediam salário móvel, e os ferroviários da Leopoldina solicitavam reajustamento, enquanto o problema dos bancários se arrastava ameaçadoramente. E, não fora o ministro Arnaldo Sussekind, que aliava o conhecimento do assunto com inesgotável capacidade de negociação na área trabalhista, dificilmente se teriam evitado greves e incidentes de toda ordem. Somente em novembro, resolvido o caso dos metalúrgicos de São Paulo pela Justiça do Trabalho, clarearam os horizontes da política salarial, cujas normas haviam sido definidas em setembro, pelo decreto 54.228. A inflação recebia um golpe decisivo.

Pequeno balanço mostra quanto se avançara. Passo importante e cheio de conseqüências fora a eliminação do subsídio ao trigo, à gasolina e ao papel de imprensa, implicando essa supressão num ajustamento dos preços à realidade. Aprovava-se a Lei de Greve, há muito se arrastando entre a exploração dos demagogos e a indecisão do Governo Goulart. Um deficit previsto de dois trilhões estava reduzido a cerca de setecentos milhões. Votara-se uma reforma tributária de emergência, que alterara a legislação do Imposto de Renda, estabelecera-se a correção monetária para os débitos fiscais e instituíram-se as Obrigações do Tesouro também com a cláusula de correção. Criara-se um adicional de 30% sobre o Imposto de Consumo, e o Congresso aprovava a emenda constitucional, que permitia

⁷ Bernard Baruch, *Uma filosofia para o nosso tempo*. Exemplar na biblioteca do Presidente Castelo Branco.

a imediata cobrança dos tributos recentemente votados. E fundara-se o Banco Nacional de Habitação, base de nova política habitacional, ao mesmo tempo em que, além dos primeiros sinais de baixa de preços de gêneros alimentícios, em agosto, a Volkswagen e a Refinaria de Cubatão, em setembro, alcançavam a mais alta produção. As águas mudavam.

Êxito relativo, modesto talvez, mas que pareceu estimular reações aos adversários, receosos de outros resultados favoráveis à Revolução. Sabiam chegada a hora da decisão. Para o Governo, porém, não houve surpresa ao recrudescerem as agitações estudantis, especialmente em São Paulo e em Belo Horizonte, estimuladas pelo fechamento da UNE. Também a detenção do professor Florestan Fernandes provocara pequenos distúrbios. Além disso, bem dirigida campanha de publicidade, baseada no *slogan* do terror cultural, propalava torturas em prisioneiros e decaídos especialmente em São Paulo e em Pernambuco.

O tema sensibilizava o Presidente. Não era impossível a existência de torturas, como imprevisível em qualquer parte, mas jamais com a sua tolerância elas se consumariam. Imediatamente ele determinou a ida, aos pontos indicados pelo *Correio da Manhã* e *Última Hora*, da pessoa de sua maior confiança, o General Ernesto Geisel, que ninguém admitiria deturpar uma informação para encobrir qualquer responsabilidade. Uma nota oficial anunciou a decisão presidencial, e o líder Pedro Aleixo a leu na Câmara dos Deputados. O Presidente preparara-a pessoalmente, deixando claro o objetivo da missão do general Geisel "a fim de buscar minuciosas informações para a adoção de providências imediatas e assegurar a vigência de todas as franquias constitucionais". Outrossim, havendo o deputado Chopin Tavares de Lima denunciado a prática de torturas na Base Aérea de Cumbica, o Presidente sugerira ao Comandante da 4.^a Zona Aérea (São Paulo), Brigadeiro Márcio Souza e Melo, convidar altas personalidades locais, entre as quais o Presidente da Assembléia Legislativa, o Presidente da Seção da Ordem dos Advogados, representantes da Imprensa, e autoridades eclesiásticas, para visitarem e ouvirem os presos ali existentes. Nada devia ser omitido ou encoberto. E ao Ministério da Guerra tocara apurar as denúncias relativas à morte, no Hospital Central do Exército, do sargento Manuel Alves de Oliveira. Nessa oportunidade, Augusto Frederico Schmidt, externando o seu conceito sobre o Presidente, escreveu em *O Globo*:

"Só quem não conhece o marechal Castelo Branco poderia imaginá-lo solidário com qualquer violência contra prisioneiros, políticos ou não, contra vencidos ou desprotegidos. Toda a experiência que

se tem do atual Presidente da República leva à convicção de tratar-se de um homem ao mesmo tempo dotado de senso crítico, de isenção no julgamento e de um largo e acentuado sentimento humano. A sua própria e constante malícia intelectual e o gosto da ironia leve e nada amarga traem uma espécie de preocupação de conter, ocultar, disfarçar a sua delicadeza e bondade. Despedindo-me dele, há poucos dias, no Palácio das Laranjeiras, depois de uma conversa dignificante que um dia, bem mais tarde — se Deus me der vida —, revelarei, disse-me o Presidente que já se estava adaptando à solidão e nela achando consolo. É uma solidão povoada a sua, e talvez por isso mesmo ainda maior do que as demais.

Um homem de comando e de autoridade como Castelo Branco não pode encontrar conformação e paz na humilhação alheia, no sofrimento moral, no medo que o Estado provoca nos cidadãos, mormente os caídos em desgraça.”

Os fatos deram razão a Schmidt. Havendo viajado no dia 15 de setembro em companhia do coronel Moraes Rego e tenente-coronel Hélio Mendes, o general Geisel visitou Recife, Fernando de Noronha, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, regressando a 21. Ouvira numerosos presos, inclusive o ex-governador Seixas Dória, e verificara a improcedência das denúncias de violências, apenas ocorridas em Recife, na fase imediata à Revolução e já objeto de inquérito. Representavam lamentáveis incidentes de um período desordenado, mas logo restaurado na forma legal. Em Recife, o general Murici deferira fossem apurados os fatos por uma comissão de que faziam parte o desembargador Adauto Maia, presidente do Tribunal de Justiça, o advogado Carlos Moreira, presidente da Ordem dos Advogados, o jornalista Reinaldo Câmara, presidente da Associação de Imprensa, o procurador do Estado, Guerra Barreto, e o presidente da Assembléia Legislativa, Felipe Coelho. Na Câmara, o deputado Andrade Lima, do PTB, deu testemunho da isenção da comissão, cujo relatório, em 5 de outubro, confirmou quanto informara o general Geisel. Em São Paulo, franqueara-se a visita de parlamentares, jornalistas e pessoas interessadas à Base Aérea de Cumbica, do mesmo modo que se procedera a uma correição a bordo do *Raul Soares*, transformado em navio-presídio, fundeado no porto de Santos, tudo levando à inexistência de torturas.

Edmundo Moraes, redator do *Diário de Pernambuco*, que acompanhou os representantes da Associação de Imprensa e da Ordem dos Advogados, historiou o episódio em que “o Governo Castelo tomou a iniciativa de pôr o caso em pratos limpos”:

“A Fernando de Noronha, onde estavam dois ex-governadores, ex-deputados e outros acusados pelo regime, acompanhamo-lo, este rabiscador de notas e os confrades Vladimir Calheiros e José do

Rego Maciel Júnior, e mais oficiais superiores do Exército, entre os quais o então coronel Antônio Bandeira.

As autoridades, na ilha-prisão, deixaram-nos à vontade para ver, ouvir, filmar e fotografar durante mais de uma hora. Nós e os presos. Sem ninguém por perto. Os 'torturados' — um ex-governador de Pernambuco (que nos acompanhou de volta ao continente, sentados lado a lado e a palestrar todo o tempo), um ex-governador de Sergipe e outros que seriam um grupo de 15, se a lembrança não nos mente — disseram como viviam: banho de sol, banho de mar, exercícios ao ar livre, rancho na cantina dos oficiais, nenhum vexame de ordem física ou moral. A sofrer, como era óbvio, o constrangimento da prisão apenas, a prisão insular."

A exploração dissolvia-se. E, ao concluir a missão confiada pelo Presidente, o general Geisel, em quem nenhum sentimento suprava o de justiça, sugeriu providências para a melhor condição dos presos, entre as quais a liberação daqueles cuja prisão não fosse essencial, a transferência de Fernando de Noronha para Recife, a dos civis para estabelecimentos correcionais do Estado, sempre que possível, bem como a constituição, em Recife, de uma Comissão de Interpretação, composta de altas autoridades, para acompanhar a situação dos detidos por crimes políticos.

A verdade vingava, apesar de não impedir a edição de novas denúncias. Aliás, nesta série de campanhas sobre torturas insere-se o "caso dos chineses". Compunham falsa missão comercial da China Comunista, e haviam sido presos após 31 de março, ocasionando o acontecimento uma onda de pressões contra o Governo, por parte, entre outros, da imprensa européia e da norte-americana, que asseguravam estarem submetidos a sevícias e torturas. O próprio Presidente, para desmascarar o embuste, ordenou convidassem para visitar os presos, que se encontravam no quartel da Rua Barão de Mesquita, ao embaixador da Indonésia, encarregado dos interesses da China, e a uma comissão da Cruz Vermelha. Verificou-se, então, que os chineses, mais tarde expulsos do país, desfrutavam bom tratamento e gozavam ótima saúde. Entretanto, a imprensa esquerdista continuou, em Paris e em Nova Iorque, a atacar a Revolução, cuja imagem deformava propositadamente, para fins políticos. O nosso único aliado era o tempo.

Em julho, concluído o trabalho de Mário Henrique Simonsen e José Luís Bulhões Pedreira, economistas cuja colaboração Roberto Campos solicitara, o Congresso recebeu o projeto que instituiu o Banco Nacional de Habitação (BNH), o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e o Plano Nacional de Habitação. Era o passo inicial para atender ao problema habitacional, até então

insolúvel. Nesse terreno, os governos anteriores haviam perdido todas as batalhas, pois, ao longo de vinte e seis anos, os órgãos governamentais, onde se incluíam a Fundação da Casa Popular, as Caixas Econômicas e os Institutos de Previdência, não lograram mais que 140 mil moradias urbanas. Uma gota d'água diante do deficit estimado em oito milhões de habitações.

Além de fazer casas — setor em que teria pleno êxito, financiando 227 mil residências nos primeiros quarenta meses — o plano habitacional também se destinava a criar empregos e estimular setores da economia, particularmente a construção civil. Tal como o idealizara Roberto Campos, compensaria de algum modo o desemprego previsto como conseqüência da luta contra a inflação. Havia algum tempo, aliás, que a construção civil estagnara, por obra do clima de desconfiança fomentado pelo Governo Goulart em torno da propriedade, e o congelamento de aluguéis, que o ministro Abelardo Jurema, em 1963, anunciara irreversível. Raros se animavam a investir em imóveis.

Agora, ia mudar-se o curso das coisas. O plano era flexível, cheio de imaginação, e se aperfeiçoaria gradativamente. Criava-se um sistema financeiro próprio, com instrumentos e instituições a ele peculiares; coordenava-se o esforço do poder público com a iniciativa privada — à qual caberia sempre a execução — e instituíam-se a correção monetária, pedra angular do sistema, e sustentáculo do poder aquisitivo dos recursos captados e das aplicações realizadas, evitando exaurir-se a capacidade de investimento, tal como ocorrera anteriormente com os órgãos financiadores de imóveis. Manter a correção monetária, objeto de críticas que facilmente angariavam prosélitos, foi a pedra de toque vista pelo Presidente, em relação a uma solução realística e capaz de desdobrar-se indefinidamente. Tornou-se evidente esse interesse governamental quando o Congresso, atendendo a outros motivos, derrubou um veto presidencial e, com ele, a correção monetária. Advertido, o Presidente, em vinte e quatro horas, baixou o Decreto-lei n.º 19, de novembro de 66, anulando o comprometimento da correção, vital para o êxito do sistema. O tempo, aliás, mostraria a necessidade de novas iniciativas para ampliarem e fortalecerem o plano no seu conjunto. Criaram-se assim as sociedades de crédito imobiliário; as Letras Imobiliárias, nas quais poucos acreditavam; o mercado de hipotecas; as associações de poupança e empréstimo, que não contavam com a simpatia do Banco Central; e, por decisão pessoal do Presidente, as cooperativas habitacionais dos trabalhadores.

Destarte, um complexo de leis, algumas das quais com concepções novas, sem paralelo em outras legislações, deu ao país o plano original, capaz de mudar a face do problema. O Presidente gostava

de inovar, ao ponto de alguém dizer que “o Governo Castelo Branco não foi tão revolucionário quanto foi renovador das estruturas econômico-sociais da nação.” O Presidente era, antes de tudo, infenso ao paternalismo, traço que transparece nítido por todo o sistema surgido para a habitação. Do mesmo modo se voltaria principalmente para as classes mais humildes, e, portanto, mais necessitadas da ajuda do Governo na compra da própria habitação. Mário Trindade, figura eminente na consolidação do plano, assim lhe resume a orientação: “O princípio era o de que todos os cidadãos devem ter igual direito à aquisição da casa própria, e nenhum poderia obter a sua moradia através de privilégios.”

O Presidente custou a fixar-se sobre quem, na direção do BNH, deveria implantar o sistema. Afinal, dentre várias sugestões de Roberto Campos, escolheu Sandra Cavalcanti, com boas razões para fazê-lo. Professora, representante da UDN na Assembléia Legislativa da Guanabara, politicamente vinculada ao governador Lacerda, de quem se tornara Secretária de Serviços Sociais, realizava, na ocasião, vitoriosa experiência no campo habitacional, através da COHAB — Companhia de Habitação da Guanabara. Esses títulos granjearam-lhe a indicação, com facilidade. Além disso, seria a primeira mulher que ocupava um alto posto no Governo, circunstância a que o Presidente não pareceu indiferente.

Dentro da nova dimensão, Sandra Cavalcanti, entretanto, não seria feliz. A palavra fácil, inteligente, simpática, habituada à televisão como instrumento de comunicação, ela, inicialmente, suscitou confiança e esperança em dezenas de milhares de pessoas que suspiravam pela casa própria. Abertas as inscrições na primeira das Cooperativas Habitacionais — a da Guanabara — sob a responsabilidade de Carlos Moacir Gomes de Almeida, cerca de trinta mil pessoas formaram extensas filas, subscrevendo modestas economias em busca da casa prometida. Os altos custos, porém, mostraram a impraticabilidade do sistema assegurado aos prestamistas, surgindo daí grave dilema para o Governo: não cumprir o prometido, o que significaria a desmoralização do BNH, ou arcar com os prejuízos, que seriam gradativamente absorvidos. Para contornar a situação, o Presidente instou com Arnaldo Blank, reputado técnico em finanças, ex-presidente do Banco do Brasil, e então presidente da Caixa Econômica Federal da Guanabara, para ser o Superintendente do BNH, onde deveria orientar Sandra Cavalcanti.

As dificuldades evoluíram para uma crise política, pois Carlos Lacerda anunciava tomar a defesa da Cooperativa e de Sandra Cavalcanti, voltando-se contra o próprio Banco. A agitação tornou a situação insuperável, e, embora intervindo na Cooperativa, Sandra não

mais logrou dominar os acontecimentos, fazendo-se inevitável a sua substituição.

Voltou-se assim ao problema da presidência do BNH, sendo lembrados para exercê-la Haroldo Polland e Glycon de Paiva, que figuravam na primeira lista sugerida por Roberto Campos. Mas, no fim de outubro, inesperadamente, o Presidente, por intermédio do ministro Bulhões, convidou o advogado Luís Gonzaga Nascimento e Silva. “Estou pensando naquele advogado mineiro”, dissera a Roberto Campos. Em mais de uma oportunidade, ao se discutirem projetos de lei, Nascimento e Silva, levado por Campos, estivera com o Presidente. Fora assim, ao examinar-se a lei do inquilinato, que alguns, como Mário Leão Ludolf, desejavam simplesmente revogar, desatentos às conseqüências de uma supressão imediata. Por fim Nascimento e Silva sugerira fórmula gradativa, certamente a melhor. Também, ao se debater a lei de incorporações, elaborada por Caio Mário Pereira, eficiente secretário de Milton Campos, o Presidente o ouvira, e as opiniões francas, bem postas, equilibradas, deram-lhe lugar no apreço de Castelo, que o convocou para a tarefa, que sabia difícil. E, para não lhe permitir qualquer recusa, agradecera-lhe antecipadamente a colaboração, que se tornou assim fato consumado.

Não foi tranqüila a saída de Sandra. Espírito combativo, ela desejou um fim ruidoso. E, ao transmitir o cargo, proferiu discurso em que atacou o próprio plano habitacional, dizendo-o inexecutável, e voltou-se contra Bulhões e Roberto Campos, aos quais acusava de lhe não terem propiciado os elementos indispensáveis. Saía batendo as portas, e declarando-se solidária com Lacerda.

Uma nova diretoria assegurou as transformações necessárias. Mário Trindade, vindo da COSIPA, foi o diretor incumbido do planejamento. João Machado Forte representou o sindicato da construção civil. Completaram a direção José Eduardo Oliveira Pena, Cláudio Luís Pinto e Gilberto Coufal. Mário Henrique Simonsen, Hélio Beltrão e Fernando Portela integraram o Conselho Administrativo do BNH, que, daí por diante, progrediu rapidamente. Novas leis, decretos e regulamentos impulsionaram o sistema, permitindo-lhe captar recursos não orçamentários, pois o combate à inflação tornara impossível de outro modo. Ao termo de cinco anos poder-se-ia creditar ao BNH o financiamento de 750.000 habitações — o que provocou a baixa dos aluguéis — e a criação de 600.000 empregos por ano. Incontestavelmente, o êxito era total.

Naquele dedalo de problemas, o Presidente não perdia de vista o Congresso, peça essencial dentro da legalidade. Ganhara o gosto ao diálogo político, o conhecimento dos homens e o tato às composições de cada hora. Tudo era difícil num Congresso em que militavam treze partidos, dos quais os mais numerosos, o PSD e o PTB, haviam

sido virtualmente contrários à Revolução. A própria UDN estava longe de se apresentar como um bloco, dividindo-se ao sabor das ocasionais posições dos governadores da Guanabara e de Minas Gerais. De certa feita, com inata ironia, o Presidente observara ao deputado Sarasate ser a UDN um grande partido e também um partido original, pois, dando os líderes do Governo na Câmara e no Senado, tinha igualmente os líderes da oposição em ambas as casas do Congresso, Herbert Levi e João Agripino, respectivamente, a quem com essa apreciação não queria diminuir a admiração que lhes votava.

No início de agosto, a UDN tanto se distanciara do Governo, que Bilac Pinto julgou de bom aviso uma visita da bancada ao Presidente, o que ocorreu em 6 do mesmo mês, no Alvorada. De algum modo quebrava o ímpeto de Lacerda contra Castelo. Na ocasião, tocou a Bilac externar a solidariedade do partido ao Presidente, que, ao responder, acentuou, embora nunca houvesse sido homem de partido, sempre votar na UDN, que fizera a Revolução com o próprio Bilac à frente. Citou então a "guerra revolucionária", que sensibilizara as forças armadas, e salientou não ser infenso às críticas. Acrescentara: "Um partido de homens livres não dá apoio incondicional, mas sugere, estimula, diverge, critica." Cativava com essa idéia todo um mundo político.

É extraordinária a facilidade com que Castelo aprendera a textura política, sabendo a linguagem adequada para cada qual. Como tecelão, rapidamente se enfronhara no seu ofício. Conta Raimundo de Brito que, certa feita, o Presidente o incumbira e ao general Cordeiro de Farias de entendimentos em torno de um veto. Alguns acederam às ponderações, outros, renitentes, escusaram-se: não aprovariam o veto. Ciente do fato, o Presidente limitou-se a dizer: "Não faz mal." Entretanto, no dia seguinte, convidou os renitentes parlamentares para almoço informal, em que não houve palavra sobre o veto, limitando-se o Presidente, com bom humor, a contar anedota que considerou adequada. Afinal, todos apoiaram o veto.

Na realidade, o Presidente cada vez mais se preocupava com a situação parlamentar, que lhe parecia fluida, insegura na votação de projetos importantes para a política econômica e financeira, como ocorreu com a lei sobre o Imposto de Consumo, cuja aprovação se devera, em grande parte, à colaboração do deputado Amaral Peixoto, presidente do PSD. O tempo passava, sem que Bilac e Pedro Aleixo lograssem estruturar, em bases sólidas, o almejado "bloco governista", que Lacerda não via com bons olhos. De fato, a situação deste com o Presidente afigurava-se cada vez menos lisonjeira, conforme se depreende destes apontamentos redigidos após um almoço,

a 28 de agosto, em casa de Roberto Marinho, que apenas convidara o Presidente e a mim:

“Depois de pequeno intróito sobre coisas gerais, havendo o Presidente recordado que ali estivera por ocasião de uma visita do general Clark, Roberto [Marinho] toma a palavra e pergunta: ‘O senhor não acha inevitável o rompimento de Carlos Lacerda com o Governo?’ — ‘Acredito’, responde o Presidente. E acrescenta: ‘Estou espiritualmente preparado para isso.’ — ‘E politicamente?’ — pergunta Roberto Marinho. O Presidente faz pequena pausa e, encarando o interlocutor, diz-lhe: ‘O senhor já pensou o que poderá fazer o Lacerda?’ E, sem esperar a resposta, continua: ‘O que ele pode fazer de pior é tentar chefiar uma contra-revolução. Não há clima para isso nas forças armadas. Poderá tentar polarizar a oposição ao Governo. E, como não tem tribuna parlamentar, irá para o rádio, a televisão, reuniões em ambientes militares, a tudo enfim que represente parcela da opinião. Estudantes. Mas, nessa tentativa, não contará integralmente com a UDN. O que eu posso assegurar é que não tomarei nunca a iniciativa da luta.’ Em seguida, Roberto Marinho indaga do Presidente se sabe de uma reunião de Lacerda com oficiais, em São Paulo. O Presidente não vacila: ‘Estou completamente informado.’ E acrescenta: — ‘O Lacerda provocou a reunião, mas diz que foi chamado. Eram 48 oficiais, e reuniram-se em casa de um senhor que, antes da Revolução, tinha o hábito de promover encontros idênticos. Houve críticas ao Governo, mas a conversa não passou disso, havendo o Lacerda se mostrado sempre respeitoso com o Presidente.’ E rematou então sobre Lacerda: ‘Ele é frio nos objetivos e temperamental nos métodos de ação’.”

Deduz-se da conversa que Castelo não subestimava o adversário potencial, por quem mantinha a antiga admiração. Nesse mesmo dia, aliás, Assis Chateaubriand, na sua cadeira de enfermo, visitou o Presidente no Laranjeiras. Apesar da paraplegia e da emissão de sons quase inaudíveis, que uma enfermeira se incumbia de traduzir, Chateaubriand conservava a lucidez, o sarcasmo e o gosto às frases de luruor. O diálogo foi um jogo de espírito, tendo como centro as divergências entre o Presidente e Assis, que teimava nas conveniências de se ter fechado o Congresso. Houve pilhérias sobre o Ceará e a Paraíba, e Assis acrescentou ser o Presidente “um mineiro pela astúcia.” Ao que ainda apontava: “Matou o Lacerda com almoços e jantares.” Essa observação, pouco exata e inoportuna, fez o Presidente retrair-se, mudando de assunto.

Realmente as dificuldades já eram suficientemente numerosas. Na ocasião, o Governo estava a braços com dois problemas extraordinariamente explosivos: a modificação da lei de remessa de lucros, e a conclusão dos entendimentos para a compra do patrimônio da Ameri-

can and Foreign Power Company, ou simplesmente a Amforp. Dentro da política de eliminar as "áreas de atrito", para atrair investimentos estrangeiros, constituíam pontos vitais. Entretanto, embora indispensáveis à recuperação econômica, eram propícios para os que usavam do nacionalismo com o fito de atacar os norte-americanos. Só a firme vontade do Presidente impediu sobrassem no torvelinho de um parlamento excessivamente fracionado.

O Presidente tinha velhas e assentadas idéias sobre o nacionalismo, valendo tal circunstância por decisiva luta travada em campo tão maliciosamente minado. A julgar pelas notas e apontamentos encontrados em seu arquivo, a matéria interessara-o bastante, sobre ela devendo ter meditado longamente. Proferiu até uma conferência na Escola de Estado-Maior, da qual deixou muitas páginas. Delas emergem idéias, convicções e objetivos importantes para um seu julgamento. Inicialmente, pelo hábito da análise, buscava definir e limitar a matéria com precisão e clareza:

"O assunto — escreveu — além de controvertido é hoje uma decisiva política para muitos países, e o caminho da traição nacional em outros; é simplesmente agitação emocional em alguns, mas, no momento que sucedeu à Segunda Guerra, é, de qualquer maneira, um recurso de ordem política ou econômica de nações antigas e novas. É a relevância do assunto está em que, em outros lugares, não se pode mais refrear a sua propagação e mesmo reivindicações que se aprumam acima da demagogia e de interesse de grupos. Em toda parte, quando a maré nacionalista monta e abala a segurança nacional, acontece quase sempre que as elites, sobretudo os responsáveis pelos negócios governamentais, se omitem ou contempORIZAM, e não têm de qualquer modo a coragem ou o saber para condicioná-la exclusivamente aos objetivos da nação, deixando o nacionalismo se transformar num antagonismo interno e externo. Para as nações fracas e subdesenvolvidas, o nacionalismo pode ser uma política de independência e de desenvolvimento. Para as nações fortes e desenvolvidas, é às vezes, uma política de conservação de poder ou de intercâmbio relativamente ao nacionalismo daquelas nações, quando não tem um sentido de opressão."

A análise, sobre objetiva, revela um espírito livre de preconceito, senhor do assunto, das suas implicações e do que representava para uma nação em desenvolvimento. Contudo, em vez de fazer do nacionalismo arma de agressão aos países ricos, desejava-o como instrumento de desenvolvimento. Bem resumia a idéia nesta síntese: *"No século XX, encontramos a época da história dos povos em que o nacionalismo se impôs como força política e força econômica. Ele é criador, institui, emancipa, dá unidade e constitui nações."* Por certo, o enunciado é vigorosamente nacionalista. Nada, contudo, o

desviaria do objetivo, fazendo-o perder o equilíbrio habitual, como ressaltava dessas considerações: *"Somente um esforço ordenado pode tornar a economia e a vida nacional de um país subdesenvolvido não exploradas por países adiantados, ou não submissas a estes... E o nacionalismo econômico será a sua arma emancipadora."* Ao que acrescentava com lucidez: *"Há inevitavelmente o choque de uma concepção imperialista, colonizadora de desenvolvimento, com uma concepção nacionalista de desenvolvimento, ou, no mínimo, uma economia complementar de economias industrializadas que reivindicam uma infra-estrutura própria. Só o nacionalismo econômico pode impulsionar um país subdesenvolvido para ele mesmo formular a sua política econômica, segundo o primado do interesse nacional. Trata-se quase sempre de aproveitar o próprio país as suas matérias-primas, de aumentar a produtividade e dominar o mercado interno e conquistar o mercado externo."*

Tudo indica que buscara inteirar-se do tema controvertido. Lera bastante, vendo-se nas suas estantes os trabalhos de Gabriel Passos, Adolfo Casais Monteiro, Ivá Pedro Martins, Paulo Shaw, Antônio de Faria, Arturo Frondizi, Paulo de Castro e Hermes Lima, cuja conferência, na Escola Superior de Guerra, anotara cuidadoso, especialmente quanto à integração do nacionalismo com o patriotismo, que considerou *"uma brilhante conceituação"*. Possivelmente pensara mais do que lera, resultando daí uma série de conceitos que traduzem conclusões nítidas e escoimadas de qualquer dúvida. Revela-o exemplos como este: *"O nacionalismo é uma posição decisiva para uma nação, sobretudo na época atual."* Por sobre esse aduzira estoutro pensamento: *"É também grande penacho de ditadores e de candidatos a ditadores."* E adiante: *"Desenvolvimento sem nacionalismo é uma obra desnaturada, desvinculada do primado do interesse nacional."*

Mas, fugindo à confusão, bastante comum e por vezes propositada, Castelo separava os meios do objetivo. Este era o mais importante. Daí afirmar com segurança: *"O nacionalismo econômico não pode ser suicida, não pode ser hostil à colaboração estrangeira em capitais e técnicas, nem isolar-se da economia internacional."* Enunciado muito antes da Presidência, o conceito lhe assinalaria, no particular, a ação governamental. Dele não se afastaria, certo de que o essencial era fazer do nacionalismo um instrumento de prosperidade e bem-estar para o país. Com esse objetivo, e fiel aos interesses nacionais, ele convocaria capitais e técnicos estrangeiros, ambos imprescindíveis ao acelerar do desenvolvimento.

Fobres ainda de conhecimentos técnicos e sem capacidade para a poupança exigida pelos investimentos, tornara-se óbvio precisarmos abrir as portas e readquirir a confiança dos estrangeiros. Para tanto

era necessário alterar a legislação sobre a remessa de lucros. O debate vinha desde 1962, quando, apesar das severas advertências do senador Mem de Sá, se votara tumultuariamente a Lei 4.131, agora em processo de revisão. Na sua vigência, reduzira-se a entrada de capitais estrangeiros, ao tempo em que a saída aumentava sensivelmente. Conforme o previsto, o assunto provocou uma tempestade no parlamento e na imprensa. Para os esquerdistas era tema admirável.

No parlamento, os debates foram ardorosos. No Senado, onde, entre outros, Aurélio Viana, José Ermírio e Artur Virgílio formavam aguerrida oposição, Mem de Sá, que elaborou o substitutivo da Comissão Mista, reiterou vigorosamente os argumentos de 1962. A Câmara costumava ser trepidante, e os deputados João Herculino e Roberto Saturnino lutaram para derrotar a proposição governamental, relatada, na Comissão de Finanças, pelo deputado Peracchi Barcelos. No plenário, Raimundo Padilha e Aliomar Baleeiro incumbiram-se da defesa do projeto. Baleeiro, na linguagem que usava ao considerar os adversários desinformados sobre a matéria, mostrou, à saciedade, que o problema era de pobreza, pois não estávamos afeitos à poupança, querendo todos os brasileiros padrão de vida acima das suas possibilidades. Tal nos obrigaria a empréstimos para “uma aceleração no processo de desenvolvimento econômico”, sob pena de esperarmos até depois do ano dois mil. Ao que ainda acrescentara: “A verdade histórica é que os países, quase todos, que cresceram rapidamente cresceram com dinheiro dos gringos, inclusive a Inglaterra.” O mesmo acontecera com os Estados Unidos, que, até à guerra de 1914, deviam à França, à Inglaterra, à Holanda e à Alemanha. “Eram devedores de todo o mundo e eram caloteiros”, esclarecera. Que caminho preferiríamos? “O único meio de fazer ficar o capital — dissera de modo categórico — é deixar a porta aberta. Paradoxalmente, a maneira de reter o capital do gringo é não assustá-lo com a hipótese de prendê-lo. Se não prender, ele fica.” Assim, aprovou-se a política da porta aberta.

A vitória fora extenuante. Previa-se, no entanto, embate ainda duro, no caso da Amforp, visto que a política se agitava cada vez mais, embora o Presidente, disposto a acalmar os ímpetos de Lacerda, lhe houvesse dado dois importantes postos na administração: a presidência do Banco Nacional da Habitação, entregue à senhora Sandra Cavalcanti, e a Superintendência Nacional do Abastecimento, confiado ao secretário Guilherme Borghoff, recém-chegado da Europa.

Em Minas, também as coisas haviam piorado sensivelmente. Desde a prorrogação do mandato presidencial, surgira igual problema em

relação aos governadores. Magalhães Pinto acedia à própria prorrogação, que muitos tinham como inconstitucional, se declarada pela Assembléa do Estado. Concomitantemente, o Presidente buscava encontrar uma fórmula para o assunto.

Dizia-se ser aziago o mês de agosto para a vida política do Brasil. Realmente, minhas notas, de 22 de agosto, mostram que o dia fora intranquillizador. Após breve reunião, logo pela manhã, com o ministro Milton Campos, o procurador Osvaldo Trigueiro e Wagner Estelita, diretor do DASP, para cuidar-se dos vencimentos da magistratura, o Presidente convocara os líderes Pedro Aleixo, da Câmara, e Daniel Krieger, do Senado, para tratar do mandato dos governadores. Inicialmente, formulou cinco hipóteses: 1) prorrogação; 2) vice-governador assumiria por um ano; 3) eleger-se-ia um governador por cinco anos; 4) a Assembléa elegeria um governador pelo prazo de um ano; 5) o presidente da Assembléa assumiria por um ano.

Em seguida, as hipóteses reduziram-se a duas: prorrogação, ou eleição de um governador com mandato de um ano. Contudo, o senador Krieger informou que o Senado se inclinava pela eleição através da Assembléa, por quorum de 2/3, que, se não alcançado, provocaria a eleição direta. Pedro Aleixo, indeciso, concordara com a prorrogação ou eleição por um ano pela Assembléa, abolidas as inelegibilidades. Ambos se propunham a sondar o Congresso, devendo-se aguardar o senador Filinto Müller, que regressava da Europa. Feitas as despedidas, todos se retiraram.

Na ante-sala estava o ministro Costa e Silva, pouco depois recebido pelo Presidente. E o capitão Mendes de Moraes confidenciou-me: "O senhor sabe que o Presidente está aborrecido?" E acrescentou: "Quando entrei na sala ele batia com a mão sobre um papel e dizia: *'Não me submeto a isso. Se quiserem, dêem o golpe e tirem-me do governo'*." Trato então de saber o que há e sou informado de que o ministro da Guerra pretende fazer, no dia 25, um discurso que o Presidente considera uma tutela, embora Costa e Silva não tenha tal intenção. Ignora-se quem redigiu o discurso. Mas, o Presidente parece reconhecer agora que teria sido melhor substituir todos os membros do Comando Revolucionário. A audiência prolongou-se por mais de duas horas. Por volta das treze horas, o Presidente e o ministro saem juntos do gabinete, e ambos parecem satisfeitos. Costa e Silva diz-me que seguirá logo para o Rio. Não haverá o imaginado discurso, e a tranqüillidade desce sobre o Planalto: os fados venciam o 22 de agosto.

As nuvens passavam. No dia 25, participando das festividades do Dia do Soldado, Castelo falou aos generais, no auditório do Esta-

do-Maior do Exército. Ali, em outubro de 63, encerrando um estágio sobre "guerra revolucionária", ele dissera que competia à democracia brasileira "robustecer as instituições republicanas e promover reformas de ordem política, econômica e social." Agora, só tinha "motivos para insistir na execução de um programa reformista." E não esqueceria esta frase, exprimindo a preservação das instituições, que deveriam ficar acima de contingências passageiras: "A Revolução não é um estado de espírito desajustado ao funcionamento dos Poderes, nem, muito menos, uma ocupação militar do Poder Político Nacional." Entendiam-no? Como sempre, Castelo voltava as costas à hipótese de se tornar um ditador.

Logo depois, o Presidente deslocou-se para o 9.º andar, onde ficava o gabinete de Costa e Silva. Era a oportunidade para manifestar quanto lhe agradara o cancelamento do discurso inconveniente, e exprimir, em calorosa saudação, os sentimentos com que evocou o passado recente: "Aqui, neste salão, eu vi V. Exa. na chefia do Comando Revolucionário, dominando acontecimentos e se entregando decisivamente à erradicação de um governo deposto, antes de tudo, por sua própria subversão. Assisti V. Exa. criando as condições iniciais para o surgimento de um governo impelido pela vontade brasileira." O céu voltara a ser azul.

Em Minas, os ponteiros continuavam desajustados. A tal ponto que, em 3 de setembro, Golberi e o seu secretário Heitor Ferreira dirigiram-se num taxi aéreo à Ponta dos Cordeiros, em Cabo Frio, residência de Roberto Marinho, onde o governador Magalhães Pinto repousava.

Como nas Escrituras, pretendiam evitar que a ovelha desgarrasse. Por esse tempo, depois de almoçar com Manuel Bandeira e Raquel de Queirós, fui um dia ao Guanabara falar com Marcelo Garcia, que me pedira para vê-lo. Sempre a mesma inquietação dos amigos de Lacerda, temerosos de que algo lhe barrasse os passos para a presidência. Marcelo pergunta-me o que penso sobre a reeleição. Respondendo-lhe ignorar totalmente o assunto, e, com isso, o tranqüilizo e desafogo, ao ponto de dizer-me: "É uma boa notícia, pois é o que mais preocupa o Lacerda, pois seria o fim das suas pretensões." Mas, ao retornar ao Laranjeiras, o Presidente refere-me a conversa com Magalhães, a quem convidara para almoçar. Eu ainda o encontrara e o ouvira extravasar terrível pessimismo: Minas Gerais estava abandonada politicamente, e ele, que se dizia entre a renúncia e o rompimento, declarava jamais proceder como Lacerda. "Você sabe o que já foi feito para prestigiar Minas?", perguntara-me. E ele próprio respondeu, dizendo que nenhum ministro ouve Minas ou dá qualquer atenção aos seus planos de governo.

Entretanto pelo que o Presidente conta, a conversa transcorreu ainda mais dramática. No começo, querendo tirar as responsabilidades do Presidente em relação à política econômica e financeira, a fim de ficar livre para a atacar, Magalhães imputou-a a Roberto Campos, ao qual atribuiu a condição de Primeiro-Ministro, de fato. Era a maneira sutil de colocar o Presidente na simples posição de Chefe de Estado, irresponsável quanto à administração, em contraposição à de Chefe do Governo, como ocorre no sistema parlamentar. Mas a reação de Castelo foi imediata. Apesar do conceito em que tinha Roberto Campos, a quem ouvia com frequência, o Presidente não abria mão da sua responsabilidade na orientação do Governo. Fez então sentir a Magalhães quanto o suscetibilizava aquela afirmação sobre a posição de Campos. Foi o suficiente para Magalhães mudar de tom propondo, contudo, que o Ministério fosse reformulado afirmando ser melhor menos eficiência dos ministros, porém, maior repercussão política. O Presidente diz-me que não mudará os ministros. Depois, para mostrar-lhe quanto o havia ajudado politicamente, o Presidente dissera a Magalhães haver substituído o general Guedes, desejoso de sobrepor-se ao Governador, bem como os generais Mourão, que criaria casos no I Exército, e Bragança, que desejava o *impeachment* de Magalhães. Ao que este indagara: "O sr. sabia disso?" Como natural, o Presidente preocupara-se com o estado de espírito do Governador, que lhe falara em renúncia, oposição, e, veladamente, numa aliança com Lacerda. Mas, o que mais o preocupou foi a insistência com que o Governador sustentou a tese da reformulação do Ministério, defendendo ser melhor um ministério menos capaz e mais imbuído de espírito revolucionário. De quando em quando, o Presidente repete-me esta frase: "Não posso fazer isso." E comenta a certa altura: "Seria um ato de Jango."

Intranquilo, desejoso de contribuir para uma reaproximação do Presidente com Magalhães Pinto, meu amigo e colega, fui, antes do jantar, a sua casa, onde encontrei o deputado Monteiro de Castro. Conversa longa, e sem perspectivas, pois Magalhães repete as mesmas coisas ditas ao Presidente, e, naquele clima de recriminações, não vejo como se chegar a uma conciliação. Ao retirar-me, eu me perguntava que conseqüências resultariam desse desentendimento.

Em geral, as recepções de posse, na Academia Brasileira de Letras, oferecem espetáculo magnífico. São num tom de grandiosidade que parece emergir do passado. Os vistosos fardões acadêmicos, alguns a ostentarem condecorações, as esguias espadas lavradas com arte, numa revivescência da sua congênere fundada pelo cardeal Richelieu, os agasalhos e os longos vestidos das senhoras com os seus ade-

reços, tudo dá à solenidade singular aspecto de beleza. A dignidade acadêmica, ali, exhibe-se intensamente, até com certo esplendor, e ainda os que não apreciem os discursos encontram muito com que alegrar os olhos.

Há, entretanto, as "grandes posses", que reúnem, no mesmo festivo colorido, o mundano, o político e o intelectual. Uma dessas foi a de Gilberto Amado, que atingia a Academia depois de lhe haver batido à porta meio século antes, à flor da idade do imortal autor de *A Chave de Salomão*. Chegava tarde, vergado ao peso da glória.

O Presidente resolvera comparecer à solenidade, realizada em 29 de agosto. Era uma homenagem a Gilberto Amado, por quem nutria especial admiração, e também o atendimento à sua habitual inclinação às coisas de cultura e inteligência, em cujo ambiente parecia sentir-se feliz e à vontade. Como se esperava, a festa foi deslumbrante. O salão repleto, o recipiendário aplaudido de pé pelo auditório à colocação das insígnias acadêmicas, tudo parecia haver sido prelibado por Gilberto, que as acolhia com um largo sorriso de juventude. Alceu de Amoroso Lima saudou-o com rara beleza e elevação, evocando, entre elogios, a caminhada do glorioso filho de Itaporanga. Gilberto proferira discurso que era todo ele, na maneira extrovertida, brilhante, cheio de centelhas, que tanto agradavam a ele quanto aos que o ouviam. Na realidade, ele não lera o discurso, senão, que, de quando em quando, abandonando o texto escrito, dava vazão a um incontido pensamento de ocasião. Depois das felicitações ao novo acadêmico, uma longa fila de cumprimentos ao Presidente se formara espontaneamente.

Ao retornarmos ao Laranjeiras, senti quanto a sessão lhe agradara. A festa o aliviara, após um dia de trabalho e preocupações. Dele, o acontecimento de maior vulto fora o tormentoso problema da aviação embarcada, que de certo tempo a esta parte o atribulava. Nesse dia, para falar desse assunto, recebera, conjuntamente, e depois em separado, os ministros da Marinha e da Aeronáutica, e, posteriormente, o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Indaguei então do Presidente se tomara alguma decisão. Respondeu-me restarem quatro etapas, das quais a mais difícil seria a segunda. Vencida esta, haveria boas perspectivas para uma solução. O problema lhe consumira horas de estudo, conversas e debates com os seus assessores, e ele me dissera há dias com indisfarçável preocupação: "Posso incumbir o senhor de fazer o decreto fechando o Congresso, mas não posso delegar a ninguém esse caso da aviação embarcada." No Laranjeiras o Presidente ainda comentou os discursos acadêmicos, dos quais gostara imensamente, ressaltando o valor dos oradores.

Com impaciência via-se estar longe uma conclusão para a aviação embarcada. Por algum tempo, a Amforp havia de encher os nossos dias.

Um governo não vive sem estar preso à rotina do cotidiano. Mas somente as suas grandes decisões, inseparáveis da bravura e alta visão, permitindo-lhe antever o futuro, lhe dão a dimensão do valor. Das heranças recebidas pela Revolução, uma das mais polêmicas foi a compra da Amforp, a American and Foreign Power Company, antiga subsidiária da Electric Bond and Share Company, e detentora do controle de dez empresas de energia elétrica, que operavam do Rio Grande do Sul ao Rio Grande do Norte. Iniciada pelo Presidente Goulart, deixara-se este vencer pela fácil e ruidosa campanha dos antiamericanos, sempre propensos a provocarem a dissolução de nossas relações com os Estados Unidos. Encalhara a operação à falta de coragem no decidir-se.

Na medida em que a inflação se agravava, a partir da segunda metade da década de 50, sem a correspondente atualização de tarifas, aquelas empresas viram-se impossibilitadas de atender à crescente demanda de energia, constituindo-se em ponto de estrangulamento no desenvolvimento nacional. Naturalmente o povo voltara-se contra elas, exigindo melhores serviços. Uma área de dificuldades surgira, se não um pomo de discórdias. Dois meios havia de remover o embaraço: ou por uma compra negociada amigavelmente, ou por desapropriação, fonte de atritos, como ocorrera no Rio Grande do Sul, onde o governador Brizola, demagogicamente, encampara duas das empresas integrantes da Amforp. O atrito fora tão áspero que o Presidente Kennedy, conforme depôs na Câmara o deputado Herbert Levi, presente ao diálogo na Casa Branca, manifestara ao representante do Brasil a conveniência de removerem tais motivos de desentendimento.

Quando Goulart visitou os Estados Unidos, em abril de 1962, a aquisição da Amforp, que formulara proposta de venda na base de 153 milhões de dólares, constou do comunicado conjunto divulgado pelos dois governos. Nele declarou o Presidente do Brasil que, na compra de empresas de utilidade pública, seria mantido "o princípio da justa compensação". Acrescentara-se depois que "o Presidente Kennedy manifestou grande interesse nessa orientação". Evitava-se assim a aplicação da emenda Hickenlooper, que proibia ao Governo dos Estados Unidos conceder empréstimo a países que houvessem expropriado e não pago a empresas americanas, como ocorrera com a Companhia Telefônica do Rio Grande do Sul.

Seguiu-se, no Brasil, em maio, a organização da Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos —

CONESP —, que recebeu formalmente a proposta da Amforp, e, em fevereiro de 63, avaliado o acervo em US\$ 142.700.000,00, concluíram-se as negociações numa base de 135 milhões, dos quais seriam pagos inicialmente 10 milhões, e o restante em 25 anos, com 3 de carência, um reinvestimento compulsório de 75%, e juros de 6% e 6,5% respectivamente sobre a parte livre e a parte a reinvestir.

A conclusão parecia à vista, e, para a impedir, os esquerdistas uniram-se numa ampla campanha de publicidade contra a compra do que chamavam “um monte de ferro velho”. Goulart, indeciso, preferiu extinguir a CONESP e transferir o assunto a uma comissão composta dos titulares da Fazenda, da Guerra, da Viação, das Minas e Energia, e da Indústria e Comércio. Esta não se demorou. Em 20 de abril, San Tiago Dantas, ministro da Fazenda, influente personalidade do Partido Trabalhista, telegrafou a Roberto Campos, embaixador do Brasil em Washington, comunicando-lhe que a comissão interministerial, reunida no Ministério da Guerra, aprovara unanimemente as negociações com a Amforp, e autorizando-o a firmar o memorando de entendimento. Em seguida, solicitava-lhe obter um adiamento por trinta dias do pagamento da parcela inicial. Assim, munido de credenciais, Roberto Campos assinou com o vice-presidente da Amforp, William Nydorff, o memorando que, praticamente, sagrava a compra rumorosa.

San Tiago Dantas, professor de Direito, homem extraordinariamente lúcido, a calva precoce, os óculos de espessas lentes, tinha o físico adequado à sua personalidade. Vendo-o, adivinhavam-se-lhe o talento e a erudição. Mas, dificilmente se acreditaria que se sentisse confortavelmente ajustado à demagogia do petebismo, para o qual ingressara graças à tardia vocação política, que reclamava postos já ocupados na hierarquia de outros partidos. Desde a juventude, participante do movimento integralista, revelara capacidade de liderança, que o acompanharia em todo o curso da vida, fazendo-o sempre um centro em torno do qual se moviam amigos dedicados e fascinados. Agora, próximo da morte prematura, o alto nível das negociações parecia satisfazê-lo, dando-lhe a efêmera ilusão de um trabalhismo britânico. E, em junho, ao regressar dos Estados Unidos, ele compareceu à Câmara para expor e explicar aquelas negociações, que dizia nos afastarem da “via dos atritos, das dificuldades, dos incidentes e das mutações de valores”, para nos encaminharem na busca de “uma negociação ativa e sincera”. E aduzira com segurança: “Não podemos ter receio de enfrentar, de cabeça erguida, o Congresso e o País por esta transação!” Nada se previa que o pudesse interromper a meio do caminho.

Entretanto, a dubiedade era inseparável de Goulart. E, em março de 1963, quando San Tiago viajou para Washington, ele escreveu a Kennedy, justificando a protelação. Desculpava-se: "Era meu desejo poder anunciar-lhe, antes da visita a Washington do meu ministro da Fazenda, a conclusão das negociações, mediante compra, das empresas concessionárias de serviços públicos filiadas à American and Foreign Power e à International Telephone and Telegraph que operam no Brasil."⁸ Tratava-se das duas empresas expropriadas por Brizola, não valendo aquelas escusas de Goulart senão como tentativa de ganhar tempo, para enganar os dois lados. Faria tudo, menos decidir. Em julho, indo à coroação de Paulo VI, em Roma, avistou-se com Kennedy, para novamente explicar-lhe os sucessivos adiamentos, e, já no Brasil, em 23 de julho, voltou a escrever ao Presidente dos Estados Unidos: "Baseado nas palavras de V. Exa. e no seu amistoso espírito de colaboração, entreguei aos meus ministros da Fazenda e das Minas e Energia a tarefa de discutir com as autoridades americanas e com a Amforp os nossos problemas financeiros, os quais não podem ser encarados isoladamente, mas como parte de todo um complexo de questões que recaem no âmbito de uma colaboração entre o Brasil e os Estados Unidos da América."⁹ Inserido como parte "de todo um complexo de questões", o problema, tal como desejava Goulart, tornava-se interminável. Ele encontrava sempre como encobrir o pensamento: "No tocante ao problema das concessionárias — lia-se na carta a Kennedy — minha intenção, Senhor Presidente, é, como lhe disse em Roma, evitar que o mesmo, se mal conduzido por nossos governos, venha a ampliar áreas de atrito ao invés de eliminá-las, como era o propósito que nos inspirava." Na realidade, o assunto entrava em novas procrastinações.

Quando Goulart perdeu o governo, a compra da Amforp, graças à propaganda esquerdista, que o levara a repudiá-la por espúria, fora abandonada a meio caminho. Era difícil retomar o problema. Entretanto, convicto da necessidade de nacionalizar aquelas empresas, Castelo não vacilou. Estudara o assunto, logo que apresentado pelo ministro Thibau, através de Exposição de Motivos. Depois, principalmente depois da Câmara proibir à Eletrobrás de financiar empresas estrangeiras, tornou-se imperiosa uma solução, sob pena de prejudicar-se o crédito externo do país, e impedir o indispensável aumento da produção de energia elétrica, da qual dependia o nosso desenvolvimento.

⁸ Carta de 8 de março de 1963.

⁹ Carta de 23 de julho de 1963.

No começo de junho, a diretoria da Amforp compareceu ao Ministério de Minas e Energia. Encabeçava-a o presidente Henry B. Sargent, a quem o ministro perguntou, inicialmente, se havia como reconsiderar os entendimentos consubstanciados no memorando de abril de 62. O senhor Sargent respondeu que as negociações haviam chegado a tal ponto, que o prosseguimento da venda, nas bases estipuladas, constituía a melhor solução, inclusive para o Brasil. Estava escolhido um caminho, e não se dispunham a abrir mão do convencionado ao tempo de Goulart. Nessa ocasião, aliás, o deputado Celso Passos, conhecido por seu exaltado nacionalismo herdado do pai, o falecido ministro Gabriel Passos, indagara do Presidente Castelo se pretendia continuar as negociações de San Tiago. A resposta viera-lhe pronta: "Não, não vou prosseguir nas negociações, vou concluí-las." No mesmo dia, o *Diário de Notícias* fez este comentário sobre o Presidente: "O fantasma da impopularidade, se o atormenta, não o intimida." Nunca, em verdade, o receio de impopularidade lhe mudaria os passos.

Para retomar o assunto, Castelo sugeriu a Thibau a conveniência de ser acompanhado pelos ministros da Fazenda, do Exterior e do Planejamento, cabendo a cada qual designar um representante à Comissão presidida pelo presidente da Eletrobrás, cujos trabalhos se estenderam até agosto, quando, em Exposição de Motivos conjunta, os ministros deram por concluída a incumbência. Para eles, o acordo era do interesse nacional, constituindo a transação um bom negócio comercial, e a sua realização um inequívoco compromisso internacional. Acompanhava a conclusão um projeto de mensagem ao Congresso, solicitando-lhe a garantia da operação pelo Tesouro, autorização à Eletrobrás para comprar as ações de propriedade estrangeira, e enquadramento da transação na lei de remessa de lucros, a isenção de ônus fiscais e a previsão de recursos para a Eletrobrás.

Apesar de infenso a qualquer promoção pessoal, Castelo tinha apreço à opinião pública, que acreditava não dever violentar. De fato, ele desejava conquistar prosélitos à sua política de reformas no país, que devia aceitar consciente e voluntariamente as necessárias. E certo da tempestade por desencadear-se ante a compra da Amforp, assunto magnífico em que havia de cevar-se a oposição, ele, antes de encaminhar a mensagem, julgou indispensável esclarecer o público, a imprensa, os congressistas e governadores. Todos deviam conhecer a verdade. Dos primeiros atos, em busca de apoio à discutida decisão, foi convocar o Conselho de Segurança Nacional, que se reuniu em 21 de agosto. Inicialmente, Thibau fez amplo relatório, dando conta do acordo dos governadores dos estados interessados, excetuado o de Minas Gerais, que solicitara maior prazo

para exame, ressaltando não pretender hostilizar o governo federal. No Congresso — informou Thibau — o senador João Agripino não reconhecia o memorando de 1963 como “documento hábil, e desejava reformular a operação”, embora reconhecesse a necessidade da encampação das empresas. Também falaram Marcondes Ferraz, presidente da Eletrobrás, o ministro Távora, que pediu esclarecimentos, e o general Peri Bevilaqua, chefe do Estado-Maior do Exército, que lembrou o parecer de San Tiago Dantas, em junho de 63, favorável à encampação da Amforp e da Light. Antes do Presidente, que acentuou a urgência de se “fazer limpeza da área”, declarando ter em mãos o Relatório unanimemente apoiado pelos ministros da Fazenda, Exterior, Planejamento e Minas e Energia, Milton Campos também externou a sua conformidade com a operação. Praticamente, não houve voz discordante no Conselho.

Depois, o ministro Thibau levou o assunto às comissões técnicas do Senado e da Câmara, onde logo se sentiu o estado de espírito dos representantes do PTB, aos quais se somara o senador João Agripino, mais contrário aos juros estipulados do que propriamente à nacionalização das empresas. Para o Governo significou uma defecção. Também a imprensa se reuniu em entrevista coletiva, de que participou o presidente da Eletrobrás, antigo partidário da solução e conhecedor de todas as minúcias: para ele a Amforp não tinha segredos. A verdade, porém, é que, no longo debate desde o período de Goulart, cada qual tomara uma posição, de que dificilmente se afastaria. Os que divergiam do Governo parecia sentirem-se agradavelmente acalentados por uma aura de popularidade. Por fim, também os governadores Magalhães Pinto e Carlos Lacerda se pronunciaram contra a compra.

Como esperado, as baterias da oposição, disposta a tirar vantagens políticas, sob a capa do nacionalismo, concentram-se no Congresso. No Senado, José Ermírio de Moraes, rico empresário paulista, liderou o combate contra o Governo, que o venceu facilmente. Na Câmara, o ambiente era sempre mais ardoroso, e os antigos correligionários de Goulart fizeram tábula rasa de quanto ele acordara sobre a Amforp. O deputado Andrade Lima colocara nestes termos o assunto: “O problema, entretanto, não é comprar ou não comprar. É saber o que se vai comprar, por quanto se vai comprar, como se vai comprar.” Era a maneira de afastar do debate a interrogação que o Governo tinha como essencial: por que íamos comprar? Na verdade, o âmago da questão não residia em saber-se como e por quanto íamos comprar, mas por quais motivos precisávamos concluir a transação. No fundo o Governo atendia à conveniência de eliminar uma área permanente de atrito, que expunha o nosso crédito externo, bem como ao interesse de desempear o

programa que visava à multiplicação das disponibilidades de energia. De fato, eliminada a Amforp e criada a realidade tarifária, logrou-se, até março de 67, elevar a potência instalada de 6.355.000 kw para 8.013.500 kw, além das obras em curso, que fariam atingir-se doze milhões de kw em 1970.

A oposição, entretanto, não queria ver, tal qual os cegos das Escrituras. E o deputado João Herculino, líder do PTB, anunciou que o partido resolvera ser o voto contra a mensagem "uma questão fechada", visto considerarem o memorando de 1962 "apenas um telex do então ministro da Fazenda", segundo a expressão do deputado Mateus Schmidt, e o acervo da Amforp como "ferro velho" a adquirir-se a preço exorbitante. Nada era exato, pois em média o acervo não passava de quinze anos, e o preço, conforme estipulado, seria fixado por avaliação da Scandinavian Engineering Corporation, podendo reduzir-se, se tal fosse a conclusão da avaliação, mas nunca elevar-se acima dos cento e trinta e cinco milhões de dólares estabelecidos. Em junho de 65, os peritos concluíram por um valor de US\$ 151.400.000,00.

Na Câmara, o último a falar foi Pedro Aleixo, que não deixou pedra sobre pedra. Antigo advogado, tinha o gosto e a arte da dialética, e comprazia-se em dissecar um por um todos aqueles argumentos artificiais e cuidadosamente alinhados pela oposição. Na verdade escalpelava os adversários desejosos de conquistarem os aplausos da esquerda, e preocupados com a hora que passava, enquanto o Governo olhava para o futuro. A mensagem foi aprovada por larga margem, pondo termo a um dos mais ásperos debates. E, em 14 de outubro, justamente no dia seguinte à chegada de De Gaulle ao Brasil, era sancionada a lei 4.428, sem qualquer solenidade. Para o Presidente significava apenas o cumprimento de uma etapa da sua missão. No primeiro despacho com o ministro Thibau, limitou-se a dizer-lhe, como se houvesse esquecido as canseiras e preocupações: "Então o assunto Amforp está liquidado... Muito obrigado, o senhor fez a sua parte." Omitira a dele, certamente a maior e a mais corajosa.

Seriam os passos iniciais para a extraordinária expansão no setor da produção de energia elétrica, que se elevou de uma potência instalada, em março de 1964, de seis milhões e trezentos mil kw para oito milhões de kw, três anos depois. O que permitiu incrementar-se o consumo, entre 64 e 66, na base de 5,5%, quando anteriormente esse crescimento fora de 4% e acarretara constantes racionamentos. Certamente, como afirmou o governador Lucas Garcez, era o fruto da corajosa opção do Presidente "pela verdade tarifária nos serviços de utilidade pública."

Pouco depois, em 12 de novembro, assinou-se em Washington o contrato pelo qual as dez empresas passavam para o controle da Eletrobrás. Tirava-se um obstáculo do caminho do progresso do país. Em seguida a AID emprestou ao Brasil, a longo prazo e juros reduzidos (25 anos a 5,5%), vinte milhões de dólares para elevar a 300.000 kw a Usina de Peixoto, e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento aprestava-se para um financiamento de 50 milhões de dólares, destinados a melhorar e expandir as subsidiárias da Amforp.

Era tempo de semear... Na medida em que Ademar de Queirós recuperou a Petrobrás, restituindo-lhe seriedade e tranqüilidade, perdidas pela preocupação ideológica nela instalada de cima a baixo, começou a avultar o problema da petroquímica, que alguns julgavam incluída no monopólio estatal do petróleo. Por certo tempo, a Petrobrás voltara-se para a subversão, da qual se fizera peça essencial, e somente uma ação drástica, afastados numerosos servidores, permitiu repô-la no seu caminho natural.

No início de 1965, o Grupo Executivo da Indústria Química (GEIQUIM) — do qual era influente secretário executivo Juvenal Osório Gomes, e participavam Paulo Belotti, Paulo Ribeiro e Francisco Melo Franco — redigiu um decreto para a exploração da petroquímica, aceitando, praticamente, o monopólio estatal. Roberto Campos, com o apoio dos ministros Bulhões e Thibau, se opôs. Campos, notoriamente favorável à iniciativa privada, considerava importante, no momento, evitar-se quanto pudesse assustar o capital estrangeiro, que se buscava atrair. No Governo, o problema não era pacífico e o decreto, instituindo os estímulos ao desenvolvimento da indústria química, não deixou claro o problema do monopólio.

Em seguida, a comissão do Conselho Nacional do Petróleo, composta dos senhores José Batista Pereira, Paulo Ribeiro, Ivo Ribeiro, Paulo Figueiredo, e Kurt Politzer, concluiu exaustivo trabalho. O Conselho aprovou-o em 6 de maio, dando origem à Resolução n.º 5/65. Esta era expressa: "Fica assegurada, na implantação e no desenvolvimento da indústria petroquímica, a liberdade de participação tanto da iniciativa privada quanto da iniciativa estatal." Dividia-se o queijo. Para os privatistas era meio caminho andado, pois restava apenas a palavra final do Governo. Antes de a dar, porém, tal a emoção e a controvérsia em torno do assunto, Castelo ouviu o Conselho de Segurança, reunido no começo de julho.

Na ocasião também se examinou a encampação das refinarias de petróleo, cujo processo de desapropriação, iniciado por Goulart no comício de 13 de março de 1964, permanecera inconcluso. Era a

indecisão de Goulart. O Conselho de Segurança, de acordo com anteriores manifestações da Comissão Parlamentar de Inquérito, do Conselho Nacional do Petróleo, e também da Comissão Especial nomeada pelo Governo, acompanhou o voto de Juarez Távora favorável à revogação da desapropriação.

Quanto à petroquímica, ressaltada a importância dessa indústria, o Conselho formulou a minuta do decreto que regularia a matéria. O Presidente assinou-o em 9 de julho, referendado pelo ministro Thibau. Fixaram-se assim os rumos em favor da participação da iniciativa privada na expansão da nova indústria. À Petrobrás caberia associar-se para esforço comum.

O dinheiro costuma andar à frente das oportunidades, que presente longe. Havia algum tempo que os meios financeiros oficiais percebiam a pujança da petroquímica, e, desde fevereiro, Garrido Torres, presidente do BNDE, preocupado com os setores básicos da economia nacional, em particular a petroquímica, “de grande poder germinativo para o desenvolvimento de várias atividades produtoras”, consultara Ademar de Queirós sobre um grupo de trabalho comum, para um programa petroquímico e o seu financiamento. Era a maneira de atender ao PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo) que previa substancial acréscimo da fabricação de produtos petroquímicos, e Otto Perroni, engenheiro químico, e Ivo Ribeiro, químico industrial, representaram a Petrobrás. Para representá-lo, o Banco designou os engenheiros José Pelúcio e Paulo Belotti.

Foi o início da ação conjunta das duas entidades. Em agosto concluiu-se a minuta de um Convênio, logo aprovado pelo Conselho de Administração da Petrobrás, e estabelecendo o programa de investimentos. Era modesto, aliás. Mas, Ademar de Queirós observou representar estímulo e complementação à iniciativa privada, ansiosa por ingressar nesse setor, cujas atividades multiplicavam-se como cogumelos. Por sinal, preservara-se cuidadosamente a Petrobrás, determinando-se que o lucro proveniente de subprodutos privativos do seu monopólio a ela reverteria. É impossível saber-se como as coisas se passariam, caso se houvesse escolhido caminho diferente. A verdade, porém, é que a petroquímica avançou a passos gigantes.

Eram inesgotáveis a energia e a determinação do Presidente no enfrentar os problemas e resolvê-los, a modo de quem prepara o caminho do futuro. Quanto se retardara pelo receio de impopularidade ou temor de conflitos de opinião, ele o fez retornar ao debate e acabou por solucioná-lo com a sua inteira responsabilidade. Jamais se omitia.

Entre os assuntos postergados estava o da exploração de minérios e consequente exportação, há muito à espera de decisão governamental. Por exigir a participação de capitais estrangeiros, tornara-se polêmico, ruidoso, quase um tabu em que se preferia não tocar. Reconhecia-se, contudo, quanto era imperioso e inseparável da nossa prosperidade exportarmos cada vez mais.

Aumentar a exportação tornou-se, portanto, um dos objetivos do Governo, para fortalecer as bases do desenvolvimento do país, que, entre suas riquezas inexploradas, contava os minérios, à frente dos quais o de ferro.

Orgulhávam-se de possuir imensas jazidas, especialmente em Minas Gerais, mas contribuíamos apenas com dois por cento das exportações mundiais, o que era irrisório. Daí o empenho do Presidente em voltar-se para o problema, de modo a fazer do subsolo fonte de trabalho, de bem-estar e de divisas. Além desse aspecto, havia ainda a possibilidade de diminuir o terrível deficit da Rede Ferroviária Federal, eliminar um dos pontos de atrito na área internacional (graças ao problema da Hanna Mining Company) e fomentar assim a vinda de capitais estrangeiros. Com essa finalidade, o Presidente, em 1.º de julho de 64, aprovou a Exposição de Motivos do ministro de Minas e Energia, esboçando as linhas que se deviam seguir.

Facilitar a exploração do ferro era o que havia de mais premente. Contudo, tema carregado de emotividade nacional. Quase meio século passara depois que a Itabira Iron sacudira incipiente nacionalismo. Agora, a Hanna Mining, ou abreviadamente a Hanna, tornara-se alvo preferido das campanhas antiamericanas ou de algum conteúdo nacionalista. Confundia-se o aspecto geral do problema com um caso particular, como se o primordial não fosse adotar uma política benéfica ao Brasil, mas sim destruir a Hanna. Sua história não era antiga. Em 1958, período de boas perspectivas para os minérios de ferro, adquirira ela o domínio da Saint John del Rey Mining Co., famosa pelas suas profundas minas de ouro, e possuidora de extensas jazidas de ferro, que, no ano seguinte, foram transferidas para a Cia. Mineração Novalimense, então fundada. Formulara grandes projetos, obtivera numerosas concessões no Governo Kubitschek, mas acabara arrefecendo por força da paralisação do plano de incentivos à exportação. Voltara-se para jazidas no Canadá, em Lavrador. Enquanto isso, apaixonada campanha na imprensa, no rádio, na televisão e no parlamento abatia-se sobre o grupo Hanna, apontando-o como inidóneo e pernicioso aos interesses do país. Deixava-se de lado a solução do problema do ferro, para cuidar da eliminação da companhia. Muitos o faziam de boa fé, certos de em-

punham a bandeira patriótica. Até que, em 15 de junho de 1962, já gravemente enfermo o ministro Gabriel Passos, que faleceu quatro dias depois, o *Diário Oficial* publicou o despacho deste, determinando a cessação das atividades da Novalimense e a desapropriação das suas jazidas. Era o início do "caso Hanna", então deslocado para o Supremo Tribunal Federal, perante o qual a empresa requêrera mandado de segurança, com efeito suspensivo.

Castelo encontrou o assunto nesse pé. Significava a indefinida protelação de qualquer desfecho que podia parecer cômodo, pois desobrigava o Presidente de se envolver em assunto altamente controvertido, além de estarem nele fincados todos os *slogans* do esquerdismo. Na realidade, seria incompatível com o caráter do Presidente omitir-se numa questão de monta para o país, sobre a qual ele próprio, mais tarde, diria ser preciso pensar-se "com realismo e clareza". Foi o que fez, acentuando com estas observações: "*O bom entendimento da questão exige o reconhecimento de certos fatos fundamentais, que não estão ao nosso alcance alterar. O minério de ferro é produto abundante no mundo, registrando-se contínua incorporação de novas áreas produtoras, daí resultando um mercado de aguda competição entre empresas e entre países. As reservas minerais só deixam de ser matéria inerte quando encontram mercado.*" Eram verdades simples, mas que muitos insistiam em ignorar. Castelo, porém, não as perderia de vista, na tentativa de transformar o ferro em efetiva riqueza nacional.

Praticamente, constituiu-se uma comissão interministerial com os ministros Mauro Thibau (Minas e Energia), Otávio Bulhões (Fazenda), Roberto Campos (Planejamento), Daniel Faraco (Indústria e Comércio) e Juarez Távora (Viação), para dar implemento à orientação aprovada pelo Presidente. Depois, se lhe reuniria o general Geisel (Casa Militar). Os pontos fundamentais por alcançar: aproveitamento intenso e imediato dos recursos minerais; ampliação, a curto prazo, do conhecimento do subsolo do país; regulamentação dos dispositivos legais imprecisos ou inoperantes; revisão do Código de Minas; prioridade da produção mineral; caráter supletivo da ação estatal; aprovação dos grandes projetos de mineração por meio de negociações; e atendimento à segurança nacional.

A estrada não foi suave. Além dos movidos por espírito de oposição ou motivos ideológicos, na própria área governamental alguns se preocupavam apenas com a Hanna, esquecidos de outros interesses do país. Viam as árvores, mas não percebiam a floresta. A direção da Companhia Vale do Rio Doce, por exemplo, arrepiara-se ao conhecer a Exposição de Motivos aprovada pelo Presidente, a quem enviou extensas considerações sobre o problema de "Novos termi-

nais de minério de ferro". Acima de tudo, era contrária à concessão de terminais particulares, por não julgá-los essenciais ao aumento das exportações. Bastariam os portos de Tubarão e do Rio de Janeiro, além do terminal já aprovado da Cosigua. No máximo, admitia um terminal coletivo, sob controle do Governo, pois o fundamental, segundo afirmava, eram as ligações ferroviárias programadas com o Vale do Paraopeba. No fundo, temia o aviltamento dos preços pelo excesso da oferta de minério. E, ao vislumbrar o decreto específico sobre a exportação de minério de ferro, o presidente da Vale do Rio Doce, engenheiro Lima Vieira, que antes dirigira a Companhia Siderúrgica Nacional e a Metamig (Metais de Minas Gerais, S. A.), e se fizera acatado entre os especialistas em siderurgia, escreveu ao Presidente, acusando a Hanna de haver burlado o Código de Minas, para obter cerca de 27 concessões de mineração, o que o fazia temeroso de uma "ação monopolística e corrutora", "tantas e tão potentes são as armas de que eles dispõem no âmbito internacional."¹⁰

Meses depois, depondo perante uma comissão parlamentar de inquérito, Lima Vieira seria ainda mais explícito sobre os receios que o inquietavam. Partidário da intervenção estatal no campo da mineração de ferro, cujo mercado, em 1975, acreditava reclamar o transporte de 18 milhões de toneladas de minério de ferro, além do calcário e do carvão, não confiava na capacidade ou disposição da iniciativa privada para atender aos reclamos do país. Para ele, a liderança devia ser do governo, do mesmo modo que não confiava na fiscalização dos preços, que se deteriorariam pela influência de fatores internacionais. De fato, afastava-se das concepções do Governo.

No Senado, João Agripino, que tratara do assunto como ministro de Jânio Quadros, não poupava a Hanna. E o governador Lacerda fez longa exposição, defendendo a exclusividade, pelo menos temporária, do terminal de minérios, na baía de Sepetiba, para a Cosigua, empresa siderúrgica do Estado da Guanabara.¹¹ Magalhães Pinto, entretanto, dava mostras de ser o mais precavido.

Três cartas ao Presidente registraram a posição de Magalhães: são datadas de 16 e 29 de outubro, e 15 de dezembro de 1964.¹² A primeira, cheia de conjecturas, era uma carga contra a Hanna,

¹⁰ Carta de José Paulo de Lima Vieira. Vitória, 17-11-1964. *In* Arq. C.B.

¹¹ Exposição de Motivos n.º 945, de 29-9-1964, do governador Carlos Lacerda ao Presidente Castelo Branco. *In* Arq. C.B.

¹² Os originais das três cartas encontram-se no Arq. C.B.

ao tempo que falava da “melancolia e crescente frustração” com que o povo e o governo de Minas Gerais assistiam à transferência gratuita de suas riquezas para grupos alheios aos seus interesses, graças às concessões obtidas no Governo Kubitschek, que outorgara à Hanna reservas num montante de 4,5 bilhões de toneladas de minério. “*Em uma palavra — dizia a carta — um grupo estrangeiro se apropriou das riquezas minerais nacionais e deste estado [Minas Gerais], sem nada pagar.*” Concluía pedindo a direta intervenção do Presidente no assunto, de que, certamente, não teria “conhecimento direto ou próprio”. Ao Presidente não agradava admitir-se que, em matéria de tal gravidade, não se houvesse ele empenhado pessoalmente, como era notório, e dela não possuísse “conhecimento direto ou próprio”.

Castelo preferiu deixar a resposta para outra oportunidade, e pediu sugestões a Magalhães Pinto. Estas vieram com a carta de 29 de outubro, cujo tom era diferente, embora repetisse os ataques à Hanna. Ao contrário do Governador Lacerda, defendia um porto federal (e não estadual) em Sepetiba, e, pleiteando alterarem-se os artigos 152 e 153 da Constituição, os subsídios apresentados podem assim resumir-se: apoio federal à Companhia Vale do Rio Doce, inclusive com a construção do ramal ferroviário de Itabira a Belo Horizonte; constituição de uma sociedade por ações — assegurado um mínimo de 51% às entidades governamentais — para construção e exploração do terminal de Sepetiba; preservação dos tradicionais mercados da Vale do Rio Doce; obrigatoriedade para os mineradores privados de reinvestimento, no Estado produtor, de 50% dos lucros; colocação de 40% do capital das empresas estrangeiras à disposição do público brasileiro; tarifas da Rede Ferroviária Federal que não prejudiquem a competição entre os mineradores do Vale do Paraopeba e do Vale do Rio Doce; e manutenção de reservas que assegurem o abastecimento da siderurgia nacional. Boa parte já integrava a orientação do Governo, e, no fundo, o pomo da discórdia parecia estar no “porto único, sob controle governamental”, de que o governador não abria mão.

Entre esta carta e a seguinte, a última, o tempo não passou em vão: o Congresso aprovava a compra da Amforp. Para o Presidente significou poder carregar novas pedras. Ao falar nessa ocasião na Assembléia Legislativa do Espírito Santo, não deixou dúvida sobre a disposição em que se encontrava, ao passo que verberou os que, dificultando o desenvolvimento, faziam “*rufar os tambores em torno das expressões ‘nacionalismo’ e ‘entreguismo’, ambas sem a marca de qualquer autenticidade, mas inegavelmente com um largo fator emocional. . . Quem não lesse pela cartilha dos seus pregoeiros, logo*

estaria esmagado sob a pecha aviltante da traição." Agora, libertado "desse fantasma", o Presidente decidiria "considerando única e exclusivamente os interesses do Brasil." Era corajoso, e o *Jornal do Brasil* o aplaudiu sem reservas: "Rompeu-se num dia o dilema que atrasava o Brasil de muitos anos. O país sabe hoje o que fazer de uma riqueza até então prisioneira do interesse político e do terror ideológico!" Uma nova trincheira deveria ser tomada.

Também ao ministro Thibau solicitou ele acelerar a questão dos minérios, que, superada a Amforp, polarizou com intensidade os ataques da oposição, à qual, praticamente, se unira o governador Lacerda, a julgar pelo seu depoimento na comissão de inquérito da Câmara, desaguadouro de todas as paixões. No desabrimento destas, salvo a pessoa do Presidente, que pareciam respeitar, nada se poupava. E o fato de Roberto Campos ser fundador da Consultec, da qual logo se afastara, e Thibau ter sido um dos técnicos contratados por essa empresa de consultoria, para avaliar anteriormente o acervo mineiro da St. John del Rey Mining Co., abria campo a difamações, que também envolviam o ministro Bulhões. Todos eles tomaram a iniciativa de mover vários processos por crime de calúnia.

No Parlamento, o furor contra a Hanna era sem limites. Deliberadamente estabelecera-se confusão entre o caso específico dessa empresa, que pendia de decisão judicial, além de não entrar nas cogitações do Governo, e o problema geral da política de minérios, especialmente do ferro. A oposição, surda às explicações mais evidentes, insistia nos seguintes pontos: existência de um só embarcadouro, pois, se algum a Hanna tivesse, esmagaria a Vale do Rio Doce; o Governo não deveria conceder favor algum, nem mesmo aval, aos particulares interessados em exportar minério; o Governo não dispunha de meios para fiscalizar um *trust* tipo Hanna, empresa inidônea nos Estados Unidos; enfim, o assunto, a exemplo do verificado com a Amforp, devia ser submetido ao Congresso.

Como sempre, os ataques não mudaram a rota do Presidente, para quem, menos preocupado com a Hanna do que com o país, a empresa se enquadraria naturalmente dentro dos objetivos brasileiros, uma vez encontrada a solução correta e adequada aos interesses comuns. Para ele, a Hanna não era um espantalho, mas uma pedra por afastar. E, no dia 6 de novembro, acompanhado do embaixador Lincoln Gordon, em cujo avião viajara, chegava a Brasília o senhor John McCloy, diretor da Hanna. Viera entender-se com o Presidente, que convocara os senhores Guedes Muniz, da Consigua, Lima Vieira, da Rio Doce, e Anthony Salomon e Donald Palmer, da Agência Interamericana para o Desenvolvimento. Podia-se admitir um

debate capaz de esclarecer o que tantos perturbavam. Para os oponentes à Hanna, a visita constituía um acinte, esquecidos de que McCloy era ex-Alto Comissário na Alemanha Ocidental, primeiro presidente do Banco Mundial, antigo *chairman* do Chase Bank, e figura de conceito em vários países. Na Câmara, as invectivas foram as mais violentas. Na ocasião, aliás, o Presidente já tomara a sua decisão, e a transmitira ao embaixador Lincoln Gordon, de viagem para os Estados Unidos, no meado de outubro. Gordon assim refere o episódio:

“Antes de partir estava ansioso por ter uma compreensão do pensamento do próprio Castelo Branco, em linhas amplas do programa econômico, para suplementar minhas muitas discussões nesse período com os ministros Bulhões e Campos e outros membros da equipe brasileira da organização da política econômica. O Presidente concordou com uma agradável conversa em Brasília, no dia 14 de outubro, logo após a partida de De Gaulle para São Paulo. Nossa conversa começou com uma discussão de questões globais suscitadas pela visita de De Gaulle e então focalizadas sob o ângulo das suas possibilidades na batalha contra a inflação. Confirmou-se a minha impressão de que os ministros Bulhões e Campos tinham total e desenganado apoio de Castelo Branco. O Presidente então apresentou o assunto do projeto da Hanna, pois esperava receber John McCloy na semana seguinte (enquanto eu estaria fora em Washington) e queria que eu soubesse da posição que tomaria na conversa com John McCloy, que tinha sido designado para representar os interesses da Hanna. Castelo Branco disse que as linhas básicas do programa tinham sido planejadas por ele, ajudado pelos ministros de Minas e Energia, Transporte, Finanças e Planejamento.” Castelo não desejou qualquer comentário de Gordon: *“Ele estava simplesmente me informando das decisões governamentais”*, acrescentaria o embaixador.

Aos poucos, o Presidente, como do seu feitio, fazia o seu ente de razão. Mas, antes que decidisse, Magalhães Pinto voltou a escrever-lhe em 15 de dezembro. No fundo, não aduzia nada de novo: era a reafirmação de pontos de vista anteriores, e a renovação dos ataques à Hanna, aos quais buscava associar o pensamento popular, referindo-se a “inqueritos de opinião pública”, que indicavam as tendências do povo contrárias àquela empresa. Ao que acrescentava com ênfase: “Sabe muito bem Vossa Excelência que não se deve contrariar o sentimento popular”. A carta, lida com atenção, foi anotada pelo Presidente, que a certa altura, amante da caricatura, ao deparar o trecho em que o governador falava em “assegurar-se a independência

econômica e o progresso do país”, escreveu à margem: “*neonacionismo*”. Evidentemente, a carta não lhe agradara.

Contudo, o Presidente, vistas as três cartas com “*atenção e cuidado que o meu cargo exige*”, mandou resposta formal, tratando, ponto por ponto das sugestões recebidas.¹³ Na realidade, era uma réplica cheia de alfinetes, embora polida na forma, e minuciosa nos esclarecimentos. Continha todo o pensamento do Presidente, que, sem se dispensar de uma ponta de ironia, depois de falar da “*seriedade e profundidade*” com que se examinava a matéria, e tranqüilizar o governador “*quanto à análise do problema sob o ângulo dos interesses nacionais*”, dizia não ver como conciliar “*matéria de tal delicadeza*” à “*consulta a opiniões leigas, em que pese à boa fé e sentimento patriótico que as anima.*” Em seguida, expunha e justificava os pontos de vista, por serem adotados, muitos deles coincidentes com as sugestões recebidas, e concluía atento às justas reivindicações de Minas Gerais: “*Parece-me, senhor governador, que o meio certo pelo qual o povo mineiro obterá o nível industrial pelo qual tão legitimamente anseia e que, pela informação que tenho, vem valentemente perseguindo, é precisamente o de abrir à livre iniciativa a exploração intensiva e extensiva das suas riquezas potenciais para sua receita financiar as indústrias de transformação. Tal é o sentido das medidas condicionantes da minha política de minérios, que prevê a obrigatoriedade de reinvestimento dos lucros auferidos, pela permissionária de terminais privados, nos estados produtores de minério de ferro.*”

Determinado a fazer do minério de ferro fonte real de riqueza, favorável à iniciativa privada, que acreditava capaz de promover a prosperidade do país, o Presidente não se emaranhou em argumentos emocionais. Separava o principal do secundário, para decidir com objetividade, apenas preocupado em abrir caminhos melhores ao futuro.

Antes de decidir, e já de posse da minuta de decreto formulada, após paciente trabalho, pela comissão interministerial, o Presidente quis ouvir o Conselho Nacional de Segurança. Era a maneira de auscultar novas opiniões, e convocou-o para 18 de dezembro. A reunião foi memorável pela franqueza dos debates, surgindo alvitres que integraram o texto do decreto. Anunciado o projeto pelo Presidente, o primeiro a se manifestar foi Juarez Távora, que apoiou a solução por considerar as medidas “bem pesadas no sentido de acautelar razoavelmente os interesses da Rede Ferroviária Federal, o Porto do Rio de Janeiro e a Vale do Rio Doce.” E acrescentou: “Não se beneficiou este ou aquele interesse privado.” Daniel Faraco acentuou

¹³ Cópia existente no Arq. C.B.

a premência de se incrementar a exportação de minérios, e Roberto Campos, lembrando serem 40 bilhões de toneladas de minério de ferro existente no Brasil simples reserva e não riqueza, informou que o grupo Thyssen, dada a indecisão do Brasil, iniciara conversas com a Mauritània. O ministro Cordeiro apresentou um voto escrito, sem maiores restrições ao projeto submetido ao Conselho. E o general Geisel, que integrava a comissão ministerial desde outubro, aceitou a sugestão de Juarez Távora no sentido de se desvincular o porto de Tubarão do de Vitória. Na realidade, o debate levava ao entendimento e ao aprimoramento do projeto. O ministro Melo Batista também levara voto escrito: era um louvor ao "governo resolutivo, digno, e austero" do Presidente. E, considerando a orientação proposta imprescindível à segurança nacional, concluía de modo desenganado: "Não vejo outro meio, além da exportação em larga escala do minério de ferro, de conseguir elementos para elevar os índices de produção de aço e de energia elétrica, que a meu ver são os únicos instrumentos capazes de arrancar o Brasil do nível de subdesenvolvimento acima apontado, em tempo útil capaz de se antecipar à desordem econômica e social."

Não foi tranqüilo o voto do general Peri Bevilacqua, que parecia uma espécie de porta-voz da imprensa esquerdista, cujos *slogans* esposava. Tendo citado trabalho do engenheiro Ranulfo Shettino sobre a capacidade ferroviária reservada à mineração e à siderurgia, voltou-se contra a Hanna, que declarou "useira e vezeira na prática de advocacia administrativa." Em seguida, ao evocar o inquérito em que fora parte o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Humphrey, estranhou que o senhor MacCloy houvesse sido acompanhado pelo embaixador Gordon, numa audiência com o Presidente Castelo. A observação era impertinente, e o Presidente não a deixou passar em branco: "*Quanto à audiência do senhor MacCloy, diretor da Hanna — replicou com a vivacidade e energia que lhe eram peculiares nessas oportunidades — foi presidida pelo Presidente da República com dignidade igual àquela que os nacionalistas mais tenham.*" Os presentes se entreolharam, e o Presidente encerrou a reunião, declarando que examinaria as sugestões com a comissão interministerial. Infenso a decidir de afogadilho, aliava-se ao tempo, para meditar.

Somente em 22 de dezembro, aceitando o texto apresentado pela comissão interministerial, sancionou o Presidente o Decreto número 55.282, que punha termo à longa controvérsia. E na exposição de motivos, redigida pela comissão, ele exarara o seguinte despacho: "*Acompanhei a evolução do trato do assunto, iniciado com uma diretiva do Presidente da República. Presidi debates da Comissão Interministerial e, assim, aprovei por partes as minutas do decreto e*

das instruções. Depois de haver ouvido as apreciações sobre esta questão enunciadas por todos os membros do CSN, em sua reunião de 18 do corrente, mais me capacitei a exarar a aprovação integral e final, o que agora expresso."

O decreto traçava a norma geral concernente à exportação do minério de ferro, deixando o caso da Hanna pendente de decisão do Supremo Tribunal, resolver-se talvez como mera consequência do que ali se prescrevera. Atendia os interesses de Minas Gerais, ficando as empresas obrigadas a reinvestir, no Estado produtor, a totalidade dos lucros nos primeiros cinco anos, e o excedente de 12% no período subsequente. Era mais do que pedira Magalhães Pinto. Os mercados da Vale do Rio Doce ficavam preservados, graças a um sistema de controle governamental baseado no licenciamento de exportação, na verificação de preços, no transporte e na permissão para a construção de embarcadouros. Também se asseguraram reservas para a siderurgia nacional, do mesmo modo que o Porto do Rio de Janeiro e a Rede Ferroviária Federal ficavam com as suas ampliações definidas. Num terreno tão minado por interesses e paixões, a solução atendia às aspirações, pois, prevendo um montante de 200 milhões de dólares em divisas, eximia a Vale do Rio Doce e os mineradores do Vale do Paraopeba de ruínosa competição, e dava à Cosigua a condição de ser a única a ter um porto com auxílio federal. Certamente, não poderia atender a todos, como Lima Vieira, que, a 28 de dezembro, se exonerou de presidente da Vale do Rio Doce.¹⁴

O melhor argumento, todavia, são os fatos. Estes, tal como se desdobraram, mostraram ter-se chegado a solução frutuosa. Em julho de 1966, o Supremo Tribunal deu provimento, em parte, ao recurso da Novalimense (Hanna) e julgou prejudicados os da União, a cuja decisão administrativa restituiu a controvérsia. Por fim, já no Governo Costa e Silva, anularam-se os discutidos despachos do ministro Gabriel Passos que suspenderam as concessões da Hanna. Esta, entretanto, diante das inovações do decreto de Castelo, julgou melhor associar-se à CAEMI (Grupo Azevedo Antunes), que apresentara à comissão interministerial ambicioso projeto integrado de siderurgia e mineração. Da fusão dos dois grupos, Antunes e Hanna, nasceu, sob a designação de Minerações Brasileiras Reunidas, nova empresa acionariamente controlada por brasileiros. Era a morte do dragão da lenda: a Hanna desaparecia. E graças à execução em curso daquele projeto, vinte milhões de toneladas de minério até 1975 estarão ser-

¹⁴ Carta de José Paulo de Lima Vieira. Rio de Janeiro, 28-12-1964. In Arq. C.B.

do transportados pela Rede Ferroviária Federal (Central do Brasil), embarcados em Sepetiba, e dando ao país cerca de 160 milhões de dólares, que, sem a determinação do Presidente, se teriam perdido numa querela interminável.

Como acontece em peças de teatro, nas quais, no último ato, as soluções lisonjeiras aparecem, o caso Hanna, após tantas e tão desagradáveis peripécias, ultimou-se por modo imprevisto aos próprios adversários do Governo. Com a fusão Hanna-Antunes os dois rumbrosos terminais, que haviam ameaçado céus e terras, ficaram reduzidos a um, desaparecendo assim qualquer celeuma. A Cosigua, da qual o governador Lacerda fizera cavalo de batalha, acabou vendida à Companhia Siderúrgica Rio-grandense. A Central do Brasil passou a atender melhor o Vale do Paraopeba. E a Companhia Vale do Rio Doce, que diziam ameaçada de desaparecer com a solução do Presidente Castelo, ampliou as exportações, que passaram de 7 milhões de toneladas em 1964, para 28 milhões em 1970.

CAPÍTULO VIII

O REFORMADOR

RARO É TER-SE em casa um herói. A 3 de agosto, em carta eloqüentemente simples, papel encimado pelo nome lendário — *Le Général De Gaulle* — silenciado o título de Presidente da França, ele aceitara o convite para vir ao Brasil. De Gaulle a Castelo: “*Je vous remercie très vivement cette invitation que j’accepte avec un très grand plaisir.*”

Depois da visita ao México, De Gaulle voltava-se para a América do Sul, buscando nova dimensão para a grandeza da França. Até quase o derradeiro momento houvera dúvidas sobre a visita, precedida de uma série de incidentes, que haviam feito se deteriorarem as velhas e boas relações franco-brasileiras. Houvera o chamado Contencioso França-Brasil; em seguida a suspensão do acordo *stand-by*, negociado pela missão Roberto Campos em 1961, e a questão da frequência da Air France no Brasil; sobre isso a questão da pesca da lagosta, e, por último, o episódio da entrevista de Carlos Lacerda, em Orly. Era, porém, difícil imaginar o Brasil excluído do roteiro de De Gaulle. Por certo, a viagem, feita após convalescença de grave operação, representava imenso sacrifício. Mas, do que não seria capaz, para reerguer a França na posição de potência mundial, ao mesmo nível pelo menos da Grã-Bretanha? Principalmente depois de os Estados Unidos lhe haverem negado interessar-se na bomba atômica e da direção da OTAN, resolvera ele fazer da França um “centro de poder”, no qual empenharia as suas reservas financeiras e os altos conhecimentos técnicos das suas universidades e laboratórios. Seria o “poli-centrismo ocidental”, destinado a oferecer, especialmente aos países sul-americanos, novas alternativas, para ajuda técnica e financeira, embora de menor porte do que a norte-americana. A julgar, contudo, pelas informações então disponíveis, os especialistas franceses haviam procedido a estudo muito mais rigoroso e bem calculado do emprego estratégico da ajuda financeira aos países subdesenvolvidos, e deveríamos captá-la da melhor maneira possível. Também o setor nuclear nos interessava substancialmente.

Castelo nunca se entregava de improviso aos assuntos governamentais. Preferia, ao contrário, estudá-los. Na ocasião, num breve memorial sobre questões em pauta com vistas à área internacional, ele provocou o Itamarati com observações, que levavam o timbre de “segredo”, sobre as implicações da viagem. “*A visita do General De Gaulle — dizia o Presidente — não pode ter apenas o significado de restabelecimento total de antigas e históricas relações, nem de passear, num outro continente, a sua glória. Constituinte a França a mais importante dissensão no bloco ocidental, e cuidando o seu governo de uma “terceira bomba”, é possível vislumbrar-se as reais finalidades da longa viagem do presidente francês. Poderá procurar adeptos para sua terceira posição, esboçando mesmo um tipo de proteção com a sua terceira bomba armazenada. É possível acenar para Frei, dando-lhe o relevo de liderança sul-americana. Aproveitar-se do enfraquecimento da OEA, é admissível, bem como da falta de coesão sul-americana face à política norte-americana. Não é admissível que deixe de lado o Brasil no enunciado de sua proposição de ordem internacional.*” Restava ao Governo “estabelecer a base de sua ação e conduta”, e ao Itamarati caberia apresentar sugestões.

Para desempenhar o seu papel, Castelo leu a coleção de documentos preparada pelo Itamarati, bem como a dos que organizara a embaixada da França, a cargo de um diplomata aposentado, De la Chauvinière, que a idade tornara cauto e exigente. Era um velho de movimentos lentos, que se retiraria da cena, após a viagem de De Gaulle. Este, aliás, não fora devidamente instruído sobre Castelo, a quem possivelmente imaginava um presidente como muitos que conhecera. A surpresa, que nesse contato experimentara, o faria dizer mais tarde, em Paris, ao general Vernon Walthers: “*Rien et personne ne m'avait préparé pour le maréchal Castelo Branco.*” E, ao ser apresentado, no Quirinal, ao embaixador D'Alamo Lousada, De Gaulle não calaria a inesperada impressão: “*Votre Président, le maréchal Castelo Branco, m'a beaucoup impressionné, comme homme d'Etat et pour sa culture.*”

São numerosos os testemunhos dos laços de recíproca admiração que aproximariam de Gaulle de Castelo. Georges Albertini, diretor da revista *Est et Ouest*, divulgaria estas observações de De Gaulle a um dos seus colaboradores: “*Le Brésil c'est une nation, un peuple et un gouvernement qui les gouverne.*” E, dizendo não cometer uma indiscrição, Albertini acrescentaria que De Gaulle não possuía opinião idêntica sobre todos os países visitados.

Afinal, tudo precisava ser previsto, inclusive pequenos hospitais de urgência nos lugares por serem visitados. Castelo, num almoço no Laranjeiras para o qual convocou altos funcionários diplomáticos, discutiu os problemas que poderiam surgir. Faltou-se muito da ONU,

assunto em que era versada a conselheira Lourdes de Vicenzi, pois se admitia vir a ser tema tratado por De Gaulle, que tinha profundo desprezo a essa organização internacional, a que se referia como "ce machin". Era numeroso e ilustre o séquito do presidente da França. Nele se incluíam o chanceler Couve de Murville, o embaixador Burin des Rozières, secretário da Presidência, e o ministro Jean Jungersen.

Foi incômodo conciliar o protocolo com o desejo do visitante de manter o menor contato possível com o governador Lacerda.

Não esquecera Orly. Realmente, em carta de Roma, de 14 de setembro, Mendes Viana, embaixador do Brasil na França, transmitira a conversa, na tarde do dia 11, com De Gaulle, que, externando quanto o êxito dessa viagem de "grande significação política" dependia das soluções práticas que dela decorressem a exemplo do ocorrido no México, tratou da presença de Lacerda no desembarque. Dizia a carta: *"Em seguida, no decorrer da conversa, o Presidente tratou do programa de sua visita ao Brasil, que considerou muito bom, mas disse-me que fora informado por sua Embaixada no Rio que o governador do Estado da Guanabara estaria na sua chegada e partida do Rio de Janeiro ao lado de Vossa Excelência. Como esta decisão era do Governo brasileiro, nada podia dizer, mas esperava não ter maior contato com o governador do Estado da Guanabara, que, na capital da França, declarara que de sua visita à América Latina e ao Brasil resultariam apenas discursos e banquetes."*¹

Perdurava, pois, a contrariedade, cujo ponto nevrálgico estava no banquete que De Gaulle ofereceria no cruzador *Colbert*, fundeado na Guanabara. Como deixar de convidar o Governador? Contudo, desconfiado de que o rigor do protocolo não demoveria o visitante, Mendes Viana logo advertira: *"O Presidente De Gaulle tem uma noção de grandeza bem diferente do comum dos homens, e seu passado histórico é uma linha dura de atitudes e gestos para com os grandes políticos internacionais que não tiveram para com ele, em dado momento, as atenções que esperava destes."*² Não se queixara Eisenhower da pesada cruz de Lorena? De Gaulle não possuía a nítida idéia sobre a realidade brasileira. "Inicialmente — escreveu mais tarde Roberto Campos — parecia não distinguir muito a Revolução de 1964 de uma típica quartelada sul-americana. E sobrestimava vastamente a influência norte-americana na política brasileira." O contato com Castelo, em quem encontrou uma forte personalidade, de idéias reformistas, constituiria surpresa.

¹ Carta do embaixador Mendes Viana ao Presidente Castelo Branco, de Roma, em 19-9-1964.

² Idem, idem.

O curioso é que, tanto quanto De Gaulle, Lacerda também se considerava ofendido, e reclamara satisfação de que Mendes Viana dava conta: “O doutor Carlos Lacerda telefonou-me sexta-feira, antes de minha visita ao General De Gaulle. Disse-me esperava uma certa manifestação por parte da França por ter o embaixador francês no Brasil, Senhor Sebilleau, dito em São Paulo, que o General De Gaulle não aceitaria a hipótese de ser recebido pelo doutor Carlos Lacerda quando no Rio. A interpelação de Lacerda irritou alguns jornais franceses, havendo sobre ele escrito o Figaro: “Ele se comporta como a primeira bailarina de um teatro de província.”

Tudo, porém, se resolveu do melhor modo. Lacerda ignorou De Gaulle, e este, por sua vez, não teve o desprazer de o ver na chegada, que foi apoteótica. Ainda no cais do Arsenal de Marinha, Castelo lhe dera as boas-vindas: “Vossa Excelência daqui a pouco estará no meio do povo que possui uma Nação pacífica e democrática. Ele revelará a Vossa Excelência a estima que os brasileiros têm pela França e a admiração pela pessoa do Presidente Charles De Gaulle.” Não se enganara. Por todo o percurso, até o Monumento aos Mortos da Segunda Grande Guerra, o povo o aplaudira e aclamara com entusiasmo. Era a calorosa manifestação ao herói e ao estadista, cuja figura como que se confundia com a própria França. No monumento, pouco antes do embarque para Brasília, houve simples e expressiva cerimônia. Castelo fizera questão de a organizar pessoalmente. E, lado a lado, os dois presidentes, ambos velhos combatentes, percorreram a pé, sozinhos, longo trecho, propositadamente vazio, até à alta escadaria, numa homenagem aos mortos da guerra.

O ato selaria recíproca estima. No avião, cuja cabina fora especialmente preparada, tomaram assento o Presidente De Gaulle e a Senhora De Gaulle, juntamente com o Presidente e a filha, Nieta Diniz. Estava-se a 13 de outubro, e são desse dia estas minhas observações: “A Senhora De Gaulle conserva sempre um ar simples, simpático, e o marido não se mostra menos afável.” Na cabina presidencial almoçaram o casal De Gaulle, o Presidente Castelo e a filha, D. Antonieta Diniz, que me disse depois: “O general é muito inteligente, mas como sempre, a mulher tem o sexto sentido. Frequentemente, no meio da conversa, a Senhora De Gaulle interrompia um pouco o marido para dizer: ‘Não é tanto assim; você exagera um pouco’. E o reparo era sempre oportuno.” De Gaulle perguntara a Castelo por que Vargas se suicidara. A resposta: “Porque amava demais o poder e não se conformava com a idéia de entregá-lo a substituto.” Depois a conversa se encaminhara para ditaduras sul-americanas, que De Gaulle não compreendia bem. Contou Roberto Campos que, já ao regressarem de Brasília, ainda houve este diálogo:

“*Senhor Marechal — perguntou De Gaulle com agressividade quase impertinente, — sempre me preocupou saber o que é um ditador sul-americano e por que a história os registra tão numerosos.*” — *Senhor Presidente — respondeu Castelo Branco, — um ditador sul-americano é um homem, não necessariamente um militar como nós dois, que acha extremamente agradável agarrar o poder e extremamente desagradável deixá-lo. Eu deixarei o poder em 15 de março de 1967. E o Senhor que planos tem?*”³

Era a habitual malícia de Castelo, pois De Gaulle, então no auge, por certo não pensava ainda em abandonar o poder.

Na realidade, ambos se entenderam bem. E, como falavam da guerra, nos momentos em que os assuntos fugiam, puderam conversar longamente, como ocorreu na sala do comando do Colbert, onde se entretiveram por bem mais de meia hora. Algum tempo depois, de Gaulle diria haver sido Castelo o presidente com o qual mais largamente lhe fora dado falar, durante a rígida excursão sul-americana. Aliás, entre as duas personalidades havia pontos de contato. Desde a austera noção militar do dever até a lúcida concepção da grandeza nacional. Ambos extremamente ciosos da autoridade dos cargos que exerciam, ambos suficientemente orgulhosos para não temerem o isolamento, quando possuídos de uma convicção. Lembra-me esta frase que Malraux atribui a De Gaulle: “Tive todo o mundo contra mim, cada vez que tive razão.”

Quantas vezes não parecera que Castelo tinha todos contra ele? Ambos, entretanto, como que se bastavam a si próprios.

À noite, no Planalto, realizou-se o banquete. A solidão de Brasília mais ressaltava a grandeza do espetáculo, enquanto os relâmpagos cortavam e iluminavam o horizonte sem fim. Ao recordar a *pintade aux marrons*, servida ao jantar, não esqueço Malraux, tão duradouramente vinculado a De Gaulle, quando nos fala, em *Les chènes qu'on abat...*, nos grandes jantares do Eliseu a que ele não assistia sem sentir que “partiam para o nada com os seus duzentos e cinquenta talheres.”

Teria idêntico destino o de que participávamos? Ao saudar o homenageado, que chamou “*o igual entre os maiores*”, Castelo aproveitou a oportunidade para acentuar que, certamente, a viagem proporcionara “*à alta visão do estadista*” a segurança de “*que na América Latina é mister pensar numa escola nova e diferente.*” Depois parecera querer falar de soldado para soldado: “*Neste Brasil renovado — dissera — somos e permanecemos fiéis ao espírito latino, essa flama cristã e democrática que tem o homem como a supre-*

³ Roberto Campos, “O Ocaso do Carisma”, in *O Globo*, 18-11-1970.

ma finalidade de todas as coisas... A Revolução, em seu conteúdo, representa os mesmos ideais por que — despertados pelo eco imortal do chamamento de Vossa Excelência — lutaram os soldados da França Livre e os combatentes da Resistência. Luta da qual, com o seu sangue e o seu sacrifício, também participaram gloriosamente os expedicionários brasileiros.”⁴ De Gaulle não foi menos cativante na resposta. O velho guerreiro viera para conquistar apoio e simpatias para a causa da França, e parecia despidido do orgulho de que tanto o acusaram. E, na recepção seguida ao banquete, conservou sempre uma palavra amável, por vezes calorosa, para quantos dele se acercavam, como se se aproximassem de uma imagem da Glória. A fadiga não o fazia impaciente. Embora alquebrado pelo tempo, a fisionomia apenas uma sombra da popularizada nos anos da Resistência, o olhar amortecido e os alvos cabelos a rarearem, De Gaulle, durante longo tempo, permaneceu de pé, atendendo aos que desfrutavam a honra de falar-lhe.

Intelectualmente, o clímax seria no dia seguinte. De acordo com o programa, De Gaulle se dirigiria aos jovens, no próprio *campus* da Universidade. Disposto a não perder uma palavra, postei-me atrás do general, no pequeno palanque. Antes, para o entenderem com maior facilidade, distribuíram-se cópias da oração, que durou bem mais de uma hora. Contudo, para surpresa geral, o orador falou como se fosse um improvisado. Nem sequer segurara o discurso, deixado às mãos de um jovem ajudante-de-ordens, oficial de marinha, René Besnault que, de quando em quando, visando proteger-lhe a voz, disfarçadamente passava a De Gaulle uma pastilha, por este posta logo à boca, para continuar na mesma cadência, sem faltar uma palavra do texto que eu lia simultaneamente. Não sabia o que mais admirar, se a clareza do clássico da língua francesa ou a memória verdadeiramente singular. E, por mais de uma hora, e no mais completo silêncio, o herói falou à juventude maravilhada com o espetáculo. Ao final, os aplausos estrugiram unânimes. E um dos assessores do general, ao qual externei minha admiração, informou-me que, durante a viagem, De Gaulle proferira, nas mesmas condições, inteiramente de memória, dezessete discursos. Por causa sobretudo das dificuldades da visão, acrescentara, pois detesta os óculos, que tem como inadequados à figura de chefe, que deve ser hígida e vigorosa.

Era indisfarçável a satisfação de Castelo pela visita de De Gaulle, a quem conhecera logo após a guerra, apresentado pelo marechal Mascarenhas de Moraes. Agora reencontravam-se como responsáveis pelo destino dos seus povos. Havendo estudado algum tempo na

⁴ Discurso do Presidente Castelo Branco, em 13-10-1964.

França, e convívio com a sua missão militar no Brasil, Castelo mantivera o pensamento voltado para a cultura francesa. É o que, pelo menos em parte, explica o especial interesse que, nas conversações e entendimentos, dispensara àquela cooperação técnica e cultural, ressaltada na declaração conjunta e divulgada no dia 15, onde se assinalou a *“satisfação do Governo brasileiro pela franca cooperação entre os dois países no campo da utilização pacífica da energia nuclear, a ser ampliada.”* Afinal, era *“um largo passo no caminho da amizade franco-brasileira, da segurança internacional e da paz.”*

Podia-se dizer que tudo correria com felicidade. O palco fora magnífico. E, nos bastidores, Couve de Murville, funcionário discreto, cheio de zelo ao ministério que exercia, entendera-se perfeitamente com o chanceler Leitão da Cunha. A única discórdia ocorrera na habitual troca de condecorações, pois as diferenças entre as normas do Quai d'Orsay e as do Itamarati não permitiram um entendimento. O próprio De Gaulle magoara-se com a intransigência do ministro Lampraia, que representava o Itamarati, e parecia radiante com o episódio. E, apesar da mediação do coronel Lallart, estimado adido militar, as condecorações foram canceladas de lado a lado.

A última cena seria a bordo do cruzador *Colbert*, fundeado no cais da Praça Mauá. Aí, o Presidente da França e a Senhora De Gaulle, retribuindo as homenagens recebidas, ofereceram um banquete a Castelo, seguindo-se-lhe uma recepção. Antes, De Gaulle conduziu o convidado às instalações do comando, a ele destinadas, onde conversaram reservadamente. Em dois dias desaparecera o tom cerimonioso do primeiro encontro, sendo visível a cordialidade entre os dois Chefes de Estado. As palavras já não se afiguravam meramente formais. E a De Gaulle devia ser grato ouvir Castelo dizer-lhe, ao agradecer a homenagem: *“Há dois dias era Vossa Excelência o hóspede ilustre a quem dávamos as boas-vindas; hoje é Vossa Excelência o amigo que parte, depois de haver conquistado a todos pela cordialidade em que tanto pudemos ver a França de todos os tempos.”* De fato, o homem que muitos acreditavam distante, fizera-se acolhedor.

A tranquilidade tornara-se aspiração inatingível. Na véspera da partida de De Gaulle, soube-se da prisão, em Fortaleza, por oficiais da guarnição local, de quatro deputados estaduais, sobre os quais pesavam várias acusações. O arbítrio chocou o Presidente, que, logo no dia 17, convocou o ministro Costa e Silva, e o deputado Sarasate, em busca de solução. Tornara-se esta difícil pela posição contemporizadora do ministro, que, sem convicções idênticas às do Presidente, não tratara inicialmente o assunto com a energia por este desejada, e se tornara insensivelmente uma esperança para os ortodoxos. Circulara até a notícia de que se exonerara.

Por fim, assentou-se a ida do coronel Meira Matos a Fortaleza, em companhia do procurador Eraldo Gueiros. O general Geisel trouxe os planos da missão. Em Recife, o avião tomou o general Lira Tavares, comandante do IV Exército. E não fora a presteza das providências, e o poder de persuasão dos seus executores junto aos oficiais, que insistiam em manter presos os deputados, o assunto teria assumido maiores repercussões. Aliás, por feliz coincidência, encontrava-se na ocasião em Fortaleza o deputado Vitorino James, presidente da Associação das Assembléias Legislativas, cuja isenção lhe permitiu negociar com a Assembléia, pondo termo ao incidente.

Todos podiam transigir, menos o Presidente, a quem cumpria velar pela lei. No domingo, como de hábito, fui ao Laranjeiras, pelas dez e meia, encontrando o Presidente, em companhia dos generais Geisel e Golberi, na sala da radiofonia. Comunicava-se com Meira Matos, em Fortaleza, pois o general Lira ficara afônico, vítima de um ataque de gripe. Depois de o ouvir, disse-lhe com ênfase: *“Aqui fala o Presidente da República. Entendido o que diz a respeito à situação política. Entendido o relativo aos inquéritos. O Presidente também é sensível à corrupção e à subversão. Os homens devem ser soltos imediatamente. Depois, se for o caso, por inquéritos regulares poderão ser presos novamente. Mas devem ser soltos imediatamente...”* Era a lei. Em seguida, o operador transmitiu breve mensagem do general Lira, dizendo que cumprirá as ordens do Presidente e este, antes de encerrar a conferência, acrescenta: *“Tenho toda a confiança na ação do general Lira, e desejo que compreendam também a situação nacional.”* Retiramo-nos, e o Presidente telefona para o Ministro Costa e Silva, não o encontrando porque fora à missa. Falou, então com o Governador do Ceará. Na ocasião, escrevi no “Diário”: *“Após essa conversa, o Presidente se dirige a nós, para observar que é freqüente o militar confinar-se, perdendo a perspectiva geral. E diz: “O major ou o coronel podem fazê-lo, nunca o general.” Lembra que mesmo na guerra, era freqüente um comandante perder horas ou dia por estar vivendo emocionalmente algum episódio, que desviava a atenção do principal.”*

Ainda uma vez chegou-se a entendimento, que atendeu aos ortodoxos e preservou a lei, como o exigia o Presidente. Sensível às provas exibidas, a Assembléia cassou o mandato dos deputados que, em respeito às imunidades parlamentares, haviam sido soltos.

O ano, entretanto, não acabaria monótono. No início de novembro, realizou-se a VIII Convenção Extraordinária da UDN, para lançar a candidatura de Lacerda à presidência da República. Era o desfecho de uma luta obstinada que, desde o começo do ano, dividia o partido. Magalhães Pinto, notoriamente candidato, batera-se pelo

adiamento, que, agora, considerava ainda mais imperioso. Em fevereiro, Juraci Magalhães escrevera a Bilac Pinto, presidente do partido: *“Decerto, os defensores da candidatura do eminente Governador de Minas Gerais desejam adiar o pronunciamento da UDN, em busca da obtenção de um esperado e desejado apoio, ao seu honrado nome, de outras correntes políticas, o que permitiria aumentar as suas chances de vitória eleitoral. Mas, o nosso bravo companheiro das Alterosas está se defrontando com uma posição muito semelhante à minha, nos idos de 1959. Queria eu, então, que a convenção udenista fosse protelada por algum tempo, a ver se se criariam as mesmas condições hoje disputadas pelo nosso ilustre ex-presidente. E foi exatamente ele quem, com os extremos de sua fidalguia e apreço de correigionário, mostrou-me que não poderia, como presidente, deixar de fazer valer a vontade da maioria do partido, que preferia antecipar a convenção.”*⁵

Na ocasião, também o deputado Ernani Sátiro, que se tornaria o presidente da UDN com o apoio de Lacerda, comunicou a Bilac a necessidade da convenção partidária, consoante o desejo de várias seções estaduais. Contudo, o mais apressurado era o Governador da Guanabara. Lacerda a Bilac em 23 de janeiro de 1964: *“Não devo e não quero sofrer o desgaste de parecer submetido à maceração de ficar como um postulante à espera de uma sinecura. Não mereço, pois, e não quero ser tratado como um político carreirista e ambicioso, atrás de candidaturas e posições. Conto com o amigo e com os eminentes membros do Diretório Nacional para, mediante decisão rápida, evitarem tal confusão que seria prejudicial ao partido e à nação, e, para mim, intolerável.”* Contudo, somente agora efetuava-se a convenção e o partido continuava dividido. Realmente, enquanto Magalhães Pinto, propositadamente, se escusara de comparecer, Afonso Arinos e Amaral Neto representaram os contrários à decisão, por muitos recebida de má cara.

Quanto ao Presidente, nada indica que julgasse oportuna a convenção. Manteve-se, porém, inabalável no propósito de não intervir, embora se lhe atribuissem frases que poderiam exprimir sua opinião. Carlos Castelo Branco, por exemplo, publicou que o Presidente dissera que um candidato apresentado em novembro ficaria longo tempo exposto “ao sol e ao sereno”. Outro jornalista, Evandro Carlos Andrade, atribuiu-lhe haver certificado a Lacerda: *“Governador, se o sr. for eleito, eu lhe darei posse custe o que custar. Mas, se o eleito for seu adversário, o sr. terá de me ajudar a dar posse a ele.”* Ao certo, sabemos haver, dias antes da convenção, declarado em

⁵ Carta de Juraci Magalhães a Bilac Pinto, de Washington.

São Paulo, aos jornalistas que o entrevistaram: *“Alguns presidentes e governantes mostram-se às vezes amuados ou aborrecidos com as atividades preparatórias de sua sucessão. Receio de declínio da autoridade governamental ou de perturbação do programa administrativo, ou mesmo propósito de buscar uma oportunidade para lançar os seus sucessores ou ainda a busca de um jeito para continuar. Quanto a mim, desejo ser categórico: não intervir nas deliberações partidárias, garantir as eleições de 66, não comprometer a administração do país em qualquer campanha sucessória, assegurar a posse dos eleitos.”* Oportunamente manter-se-ia como magistrado. Por enquanto, como espectador. Embora aplaudido, admirado, Lacerda de fato inquietava os próprios correligionários. De Washington, para onde ele embarcara após a convenção, Juraci Magalhães, desejo de tranquilizar Bilac Pinto, escreveu-lhe em 24 de novembro:

*“Os defeitos emocionais do Carlos, verdadeiramente incorrigíveis, poderão contudo ser minimizados com a colaboração e os conselhos dos companheiros como você e muitos outros que passam pela minha memória. Disse ainda ao Carlos da importância que dou ao apoio ao governo do Presidente Castelo Branco, sem o qual dificilmente poderemos sobreviver ao caos e à desordem. Continuo a considerar mais que um ato de madureza dos nossos homens públicos, uma verdadeira dádiva dos Céus, a presença de um líder como o nosso Presidente Castelo na chefia da Nação, numa hora em que tanto precisamos das qualidades de equilíbrio, competência, bravura, honestidade e patriotismo que lhe ornaram a excelsa personalidade.”*⁶

A primeira consequência da candidatura de Lacerda foi uma carta sua ao Presidente, que o desobrigou do convite para chefiar a delegação do Brasil na Assembléia da ONU. Na realidade, essa exoneração decorria do diálogo mantido com Castelo, pouco antes da convenção, quando este lhe dissera querer “mandá-lo como figura nacional, acima dos partidos.” Essa posição afigurou-se-lhe inconciliável com a sua pretensão de candidato. Tal se depreende do artigo de Lacerda em *O Estado de S. Paulo*, em fevereiro de 66. Não perdoaria jamais a retirada do convite, comunicada por carta de 22 de novembro, ao regressar dos Estados Unidos. Amargurado talvez pelo desfecho, Lacerda enviou ao Presidente, no fim de novembro, áspere crítica sobre a orientação do governo. A política econômica, dizia, estava sendo conduzida a “um desastre nacional e internacional.”⁷ Era a desnacionalização da indústria, como no caso do grupo Jaffet, dado como vendido a americanos, que teriam como testa de ferro

⁶ Carta de Juraci Magalhães a Bilac Pinto, de Washington, em 24-11-1964.

⁷ Carta de Carlos Lacerda a Castelo Branco, em 22-11-1964.

os srs. Jorge Serpa e Walter Moreira Sales. Depois, vinha a importação de máquinas usadas, a desnacionalização das grandes propriedades agrícolas pelo novo Estatuto da Terra, e, por último, após aludir maldosamente ao sr. Roberto Marinho, o caso da Hanna, que dizia contaria com a proteção dos Ministros Bulhões e Thibau, que a haviam servido através de uma empresa de consultoria técnica, a Consultec. Ao acre do ataque seguia-se-lhe a doçura: *“Está em jogo a dignidade do Governo e, com ele, a autenticidade da Revolução. V. Exa. não precisa que lhe diga quanto confio na sua dignidade e na limpidez do seu patriotismo. É para tais sentimentos que apelo, para que destrua essas alegações, já comprovadas, ou tome as providências que delas naturalmente decorrem.”* O Presidente não fugia ao debate. Mas, no dia 30, antes da resposta, veio a segunda carta, que confirmava a primeira, e assim concluía: *“Não posso mais calar a minha reprovação à política econômica que está sendo imposta à Revolução pela inexplicável ascendência, inacessível à crítica construtiva, impermeável à razão e ao bom senso, que têm no seu Governo elementos comprometidos com as idéias e métodos do adversário, como é o caso do sr. Roberto Campos.”*

A agressão servia também para encobrir a derrota sofrida pelo Governador da Guanabara, cujos atos, com fundamentos no Ato Institucional n.º 1, haviam sido declarados inconstitucionais pela unanimidade do Supremo Tribunal Federal, e cujo presidente, ministro Ribeiro da Costa, repelira as injúrias de Lacerda a vários ministros, por este declarados suspeitos. Agora, voltava-se contra o Presidente Castelo, que replicou no mesmo tom, examinando item por item as críticas formuladas:

“Brasília, 3 de dezembro de 1964.

Senhor Governador Carlos Lacerda

Respondo à sua carta de 28 do mês último e o faço pelo compromisso pessoal que lhe expressei por telefone de Brasília, no dia seguinte a seu recebimento. Apesar da descortês sentença, constante de sua carta complementar, de 30 do mesmo mês me cientificar de que os problemas que está levantando ‘não precisam de contestação’, eu preferi, assim mesmo, enviar-lhe esta resposta.

Quanto às suas críticas acerbas e injustas, esclareço o seguinte:

1.º — A política do Governo conduz o país a um desastre nacional e internacional. Estou convencido honestamente do contrário, e nisso sou apoiado por muita gente de alto valor, não pertencente ao Ministério. É perigosamente impopular a nossa política financeira. Mas o pior é que nem todos os opositores me apontam outra solução. Procurarei não desanimar e me esforçarei por não desgovernar a

Nação. Como a sua carta não apresenta, sobre esta parte, argumentos, passo adiante."

O começo da réplica dá a medida da indignação. Em seguida, o Presidente analisava cada uma das críticas, rebatendo-as de maneira clara e enérgica. Nada ficava de pé daquela catilinária. Para o fim deixara as objurgatórias à atuação dos ministros, que tinha como própria, e Castelo continuava:

Dois ministros de Estado fazem a proteção da Hanna. Isso é muito mais contra mim do que contra os dois ministros. Seria muito grave se tal acontecesse. As informações que chegam a seu conhecimento são mentirosas. Os ministros Thibau e Roberto Campos têm tido uma irrepreensível conduta moral e política. Nenhum ministro isoladamente formula ou formulará a política brasileira de minério. Há uma comissão interministerial, formada por cinco ministros de Estado e pelo Secretário-Geral do CSN, por mim presidida. A decisão depende deste, depois de ouvido o Conselho de Segurança Nacional. A acusação do Senhor Governador ultrapassa os dois Ministros e atinge em cheio outros ministros e o Presidente da República. Creia, Senhor Governador, que nós também temos fibra e espírito público para tratar dos interesses nacionais.

Está em jogo a dignidade do Governo e, com ela, a autenticidade da Revolução. É o que pensa, sem razão e sob a forma inusitada de um insulto, um dos mais eminentes Chefes da Revolução. Isso é o que pensa o Senhor Governador. Mas o que se passa é isto: não periclita a dignidade do Governo e a Revolução não está sendo coberta de indignidade; não periclita mesmo com os seus renovados e redobrados ataques. A nossa conduta assenta em seriedade e em homens sérios. Se algum dia tomar parte em nossos estudos e decisões, a sua honradez não irá corar.

Li ontem, penosamente, o seu artigo da Tribuna de Imprensa, sem compreender os motivos que o ditaram, nem atinar com o objetivo dos inesperados ataques ao meu Governo e à minha pessoa.

Eu deploro a sua resolução de se associar à campanha que a Tribuna de Imprensa empreende contra a ação governamental e, pessoalmente, contra o Chefe do Governo. É, sem dúvida, um direito seu. Mas me pertence o dever de assumir a responsabilidade das decisões do Governo. As provocações já são inúmeras. Mas eu, além de não me intimidar, não perderei a serenidade e a dignidade do meu cargo.

Não desejo absolutamente entrar em polêmica. Estou pronto, no entanto, para mais esclarecê-lo, caso seja do seu interesse.

Expresso o meu profundo pesar por perder a ajuda de um dos mais autênticos e históricos revolucionários e ao mesmo tempo por ganhar um opositor. A iniciativa é do Senhor Governador."

Era o rompimento. Se não o provocara, por certo o Presidente também não o temia. E à noite, tranqüilamente, Castelo foi aplaudir Procópio Ferreira, que representava *Como Vencer na Vida sem Fazer Força*.

Contudo, ao circular a notícia, os amigos de Lacerda assustaram-se. Chegara a hora dos apaziguadores, e, segundo corrente na ocasião, Armando Falcão, Abreu Sodré, Danilo Nunes, Prudente de Moraes Neto e Júlio de Mesquita Filho puseram-se em campo para remover o choque inesperado e perigoso. E a 5 de dezembro Júlio de Mesquita foi o pacífico portador de nova carta de Lacerda a Castelo. Era o recuo: o leão vestia a pele do cordeiro. E, num ar surpreso com a reação, dizia:

“Mas, de sua carta o que mais me impressionou — é o essencial — foi a sua reação de mágoa e até de revolta ante o que reputou insultuoso à sua intenção e à sua conduta.

Isto seria muito grave para mim, pelo apreço que lhe demonstrei e que mantenho. E ainda mais grave para a sorte da Revolução e do país a que ambos servimos.

Não posso lhe dar prova maior de sinceridade para com o amigo, e de responsabilidade para com o Brasil de que entregar, em suas mãos, a decisão dos assuntos que motivaram a minha divergência, que não é passional nem motivada por qualquer interesse que não seja o seu êxito, que é o de todos nós.”

O arrependimento não se detinha aí. Por fim, num reconhecimento à chefia do Presidente, acrescentava em tom submisso:

“Fica em suas mãos a decisão de tudo isso a que aludi, o conteúdo político do Governo da Revolução, o rumo de sua política econômica, o problema da opinião pública, a necessidade das lideranças políticas e da autenticidade revolucionária na transformação do país cujo comando lhe pertence.

V. Exa. receba estas palavras como o sinal da minha amizade e da minha confiança na sua integridade.

Se é isto que lhe faltou, aqui o tem. V. Exa. merece isto. E ainda mais, o Brasil.

Seria injusto não acrescentar que devo estas palavras ao bom conselho dos que são melhores do que eu.”

E, com essa volta de 180 graus, subscrevia-se de modo inusitado: *“Com um aperto de mão, aceite a amizade do Carlos Lacerda.”*

A narrativa do episódio, contudo, estaria incompleta, se não mencionado que, na véspera de mandar a carta de conciliação, Lacerda compareceu à televisão, para agredir de modo desabrido os ministros Thibau e Roberto Campos, por causa da Hanna. “Campos na rua!”, exclamara, dando murros na mesa, “Hanna na rua!” Aliás, uma hora depois de Lacerda, também Roberto Campos apareceu no

vídeo para rebater as acusações. Trazia uma Bíblia, e boa dose de paciência. E, lamentando o total desconhecimento de Lacerda sobre os assuntos de que tratava, Campos, no tom de descaço que usa nessas oportunidades, concluía dizendo que o Governo não era “de prima-donas que fiquem a dar trinados solitários.”

De qualquer modo os lacerdistas, sensatamente, haviam apagado o vulcão. Agora era aguardar o rescaldo. Profundamente ferido, Castelo jamais perdoaria a agressão, embora ela não interferisse nos deveres do Presidente em relação ao Governador.

Certamente, as batalhas prejudicavam substancialmente a atividade do Governo, obrigando-o a combater em frentes diversas. A luta desgastava e perturbava. Gustavo Corção fixou de modo exato os frutos perdidos à conta das tormentas de acusações: “Os resultados — diria — poderiam ser melhores, certamente, se esse Governo providencial não tivesse sido atacado por todos os lados, não somente por aqueles que ele apeara do poder e expulsara do Brasil, mas também por aqueles que salvara.” Realmente, era terrível enfrentar-se simultaneamente adversários e correligionários, estes impacientes, desejosos aqueles de se desvencilharem da inevitável impopularidade de medidas do Governo. Somente extraordinária energia interior mantinha o ânimo do Presidente. Era a força das convicções. Habitado a equacionar situações militares, nas quais o menor erro poderia custar muitas vidas, as suas decisões decorriam de análise minuciosa. Em cada caso, conhecia os caminhos e o ponto de chegada, e nada o afastava da rota estabelecida, que acreditava certa. Daí a tranqüilidade e confiança com que, em face das graves decisões, suportou críticas, advertências e ataques, sem alterar o rumo. Não tateava no escuro, senão caminhava à luz de convicções próprias, mesmo em matérias alheias aos seus conhecimentos anteriores, mas das quais se informava paciente e detidamente, sobretudo nos despachos com os ministros, dos quais indagava fatos ou tendências doutrinárias, até formar juízo sobre o assunto submetido à sua conclusão.

Daí, possivelmente, o irritar-se com alguma insinuação que sugerisse a hipótese de decidir sob a influência de qualquer auxiliar, e, portanto, sem adequado conhecimento. Sem pecar por injustificável boa fé, imperdoável num Presidente, depositava ampla confiança nos auxiliares, que somente compreendia, quando lealmente identificados com o pensamento e os objetivos do responsável pela decisão. Atitude a que associava permanente humildade. É do embaixador Lincoln Gordon esta observação sobre o Presidente:

“Alguns críticos de Castelo Branco na imprensa brasileira costumavam acusá-lo de excessiva vaidade e indiferença — uma espécie

de despotismo frente à presidência. Eu não compartilho dessa impressão. Sua atitude era mais de humildade face à grave responsabilidade.”

Além dessa atitude, que decorria da sua personalidade, as longas e meditadas leituras, principalmente sobre História, sem afastar as de apreciável número de bons escritores, devem tê-lo ensinado tanto quanto o trato com as responsabilidades da guerra. Frequentemente, estrangeiros que o visitavam surpreendiam-se, ouvindo-o discorrer sobre temas não só literários, senão também de alta penetração intelectual. Noah Mozes, redator do *Yediot Aharenot*, de Israel, escreveu, após uma audiência com Castelo: “Eu esperava encontrar um soldado, um militar dentro do mais puro sentido filosófico da palavra, mas o homem com quem conversei durante meia hora era acima de tudo um homem de pensamento, de elevada intelectualidade.” Também E. Gillon, que, em companhia do editor M. A. Koogan, visitou o Presidente juntamente com J. L. Moreau, ambos diretores das edições Larousse, dele escreveria, em *Les Nouvelles Littéraires*, estas recordações:

“É um sexagenário de refinada cortesia, o espírito vivo, possuindo sedutora cultura clássica. Expressando-se com desembaraço em francês, ele evoca as suas estadas em Paris. Primeiro nos anos trinta, quando jovem tenente e aluno da Escola de Guerra, ele aí ouviu uma conferência do marechal Pétain, que pregava uma estratégia essencialmente defensiva apoiada sobre a linha Maginot — mas concomitantemente o jovem oficial brasileiro lia as primeiras obras, encarando-as de maneira muito diferente, do coronel De Gaulle. Exibindo suas baterias literárias, o marechal cita Anatole France — que leu quase todo — Giraudoux, Anouilh, Sartre — Le Mur, todas as peças. Ah! o Jouvett de Knock! E J. L. Barrault! E Maurice Chevalier! Deixando o nosso hospedeiro, temos o sentimento de haver encontrado um amigo sincero e lúcido de nossa cultura.”

Essa surpresa, aliás, sobre a personalidade de Castelo era comum entre escritores e jornalistas estrangeiros que o visitavam. Max Lerner, o famoso colunista norte-americano, escreveu no *Evening Star*, pouco após regressar do Brasil: “Quando se fala com o General Castelo Branco é de todo inútil ter em mente a imagem clássica do reacionário caudilho sul-americano, ou ditador militar. É tímido, introvertido, inteiramente desprovido de aparência carismática...” Conservava, entretanto, as virtudes do militar. Georges Albertini, que o encontrou em várias oportunidades, esboçaria este perfil: “Cada vez tive diante de mim, sob a aparência do civil, um militar no sentido mais nobre do termo. Tudo nele era correção, aptidão para o comando, atenção completa ao interlocutor, que buscavaapai-

xonadamente compreender, e que interrogava com afável rigor. Com ele não convinha refugiar-se em vagas generalidades.”

O Governo parecia alargar-lhe a curiosidade intelectual. Corção surpreendeu-se por encontrá-lo à procura de um artigo de Maritain, publicado em *Nova et Vetera*. Com enorme interesse, ele lera e agradecera o livro de Alceu Amoroso Lima, que lho oferecera, sobre o Papa João XXIII; e tivera como “um bom presente” o livro de Sorensen — *Como se Tomam Decisões na Casa Branca* — mandado por antigo companheiro da FEB, o coronel Malvino Reis. Mesmo ao fim de um dia de trabalho, estava sempre bem disposto para estender a conversa sobre escritor ou livro de sua preferência, não sendo raro, antes de tocar o assunto principal, discorrer sobre variados temas. Certa feita, tendo convocado Aliomar Baleeiro, dividiu a conversa entre Caxias, que admirava intensamente, Napoleão, o Marquês de Paraná, a Rainha Vitória e o Príncipe Alberto. Depois lamentou a antipatia de Anatole France pelos militares, ao que lhe retorquiu Baleeiro não ser menor a que nutria pelos magistrados. Graças a comum inclinação à História, sentia-se muito ligado ao cunhado Hélio Viana, cujos méritos enunciava, e em cuja companhia esquecia as dificuldades do Governo.

Desvanecendo-se de pertencer ao clã dos Alencar, Castelo tinha especial predileção também por outra descendente do romancista ilustre, a escritora Rachel de Queiroz. Ao comemorar-se em 1965 o centenário de *Iracema*, o Presidente inaugurou a exposição que, sobre a obra, a Editora José Olympio fez realizar em sua sede. Na ocasião, Manuel Bandeira ofereceu a Castelo Branco o manuscrito do “Louvado ao Centenário de Iracema”, que o poeta compusera sobre o imortal romance.

A segurança dava-lhe paciência, do mesmo modo que a coragem o fazia inflexível. Somente esses atributos pessoais explicam a tenacidade com que, especialmente no campo econômico e financeiro, cujos frutos sabia remotos, resistiu a qualquer tentação de experimentar outros caminhos, certamente mais fáceis e menos dolorosos. Nada o fazia abandonar as próprias convicções. Pôde repelir assim as sereias que desejavam suprimir o Congresso, cuja permanência intranquilizava muitos revolucionários. Um Congresso que o obrigava a consumir horas e horas numa afanosa catequese em favor dos projetos governamentais. De fato, excetuado pequeno número de “fiéis”, que acompanhavam a Revolução, cada projeto oferecia panorama de votação diferente, reclamando novos entendimentos, novas conversas, tudo tanto mais difícil quanto o Governo nada oferecia, nada prometia, e afastava qualquer hipótese de compensações. Tenaz, articulando-se amiúde com os seus líderes na Câmara e no Senado, aos quais, por ocasião das votações, telefonava numerosas

vezes no mesmo dia, o Presidente, vigilante, infatigável, acompanhava a vida parlamentar com extraordinário interesse. Era a maneira de prestigiá-la, aproximando-a da Revolução, pois sabia que esta removeria os obstáculos inexoravelmente.

Daniel Faraco, que se tornara ministro após longa experiência parlamentar, pôde fazer essas observações sobre a maneira de agir do Presidente: *"Nele, a paciência era fruto da compreensão e era, também, instrumento de ação. Ele sabia cozinhar os problemas (e os seus causadores) em água fria, mas sempre com a condição de que o cozimento prosseguisse. A firmeza era a paciência afirmada em tom mais alto e, por vezes em ritmo mais rápido e mais arriscado. A sua técnica era a do risco friamente calculado, o que incluía os riscos desnecessários, inclusive, e diria até sobretudo os riscos da jactância."* De fato, ele possuía a grandeza da humildade. Por vezes ainda bem cedo, telefonava pessoalmente para algum dos líderes, que se surpreendia ao ouvi-lo dizer com simplicidade: — *"É o Presidente"*. Iniciava-se então longa palestra sobre assuntos legislativos. O deputado Raimundo Padilha, sucessor de Pedro Aleixo na liderança da Câmara, costuma referir como Castelo entremeava a conversa com agudo senso de humor, *"que aflorava num verbo ou num substantivo imprevistos, por vezes na original intitulação de algum homem público."* A ironia que cultivava integrava-lhe a personalidade, sendo notada pelos que o conheceram. Corria parelha com natural reserva. *"Éramos de gerações diferentes — escreveu Lincoln Gordon — e Castelo era marcado por uma reserva pessoal fora do comum. Tinha aprimorado senso de humor, com uma capacidade de ironia que eu apreciava particularmente, e da qual posso dizer que partilhava."*

Ameno no trato, ele depressa fizera dos colaboradores amigos e admiradores dedicados, aos quais costumava pedir sugestões sobre a melhor maneira de se mover naquele mundo político, que conhecera tão recentemente, e em cuja conquista se mostrou incansável, no afã de preservar as instituições.

O trabalho não fora perdido. Embora houvesse tardado, começava a formar-se uma consciência sobre a fidelidade do Presidente ao regime. Por esse tempo, o ministro Ribeiro da Costa, presidente do Supremo Tribunal Federal, homem franco, extrovertido, por vezes impulsivo, mas livre de malícia, dissera aos jornalistas: *"Sem ele a democracia vai embora."* Ao que acrescentara: *"É imprescindível que todos nós democratas emprestemos apoio ao Presidente Castelo Branco. O Presidente da República alia às qualidades de Chefe de Estado, as de brasileiro que no chão da Itália combateu pela democracia."*

Declaração tanto mais importante quanto feita em seguida ao decreto de intervenção em Goiás, desfecho inevitável e certamente indesejado pelo Presidente, como solução da crise que envolvia aquele Estado. Desde maio, uma Subcomissão de Investigações dirigida pelo general reformado Castro e Silva apurara denúncias contra o governador Mauro Borges, filho do senador Pedro Ludovico, importante figura do PSD. Depois instaurara-se um Inquérito Policial Militar sob a presidência do tenente-coronel Danilo Cunha Melo, o qual suscitou crescente animosidade dos oficiais sediados em Goiás contra o governador. Consideravam-no vinculado a subversivos, havendo sido cassados os direitos políticos de alguns de seus secretários e auxiliares do governo. A medida não acalmara os ânimos, pois os próprios órgãos federais de informação insistiam na articulação de um movimento contra a Revolução.

Dois fatos entretanto, demoveram o Presidente da posição apaziguadora, mantida até se convencer do perigo. Um deles foi um furto de armas em Anápolis, no meado de novembro, ao qual o general Riograndino Kruehl, Chefe da Polícia Federal, atribuíra grande alcance, como prova de que algo estava no ar. O outro, o habeas-corpus solicitado pelo Governador ao Supremo Tribunal Federal cuja concessão criaria um clima de insubordinação entre a oficialidade de Goiás. Na realidade, o habeas-corpus deixava de ser um remédio para se tornar uma provocação.

A principio houvera dúvidas sobre a decisão do Supremo Tribunal, e os generais Geisel e Golberi não escondiam a apreensão. Adauto Cardoso, que mantinha contatos na área do Judiciário, considerava a situação confusa, ao passo que Pedro Aleixo se dizia certo de ser o pedido denegado. Quando me informei, convenci-me da concessão da medida, por larga margem, se não por unanimidade. E na véspera do julgamento, à noite, procurei o Presidente no Alvorada para cientificá-lo. Inicialmente não devíamos ser surpreendidos, e além disso, eu estava convicto da inconformidade da guarnição, sendo melhor o Governo se antecipar do que resolver sob a pressão dos acontecimentos. De uma sessão de cinema, o Presidente se retirou em meio, e nessa ocasião pude manifestar-lhe o meu pensamento. Ouviu-me e, em seguida, deu-me as diretrizes da nota, que devíamos ter pronta, para a hipótese da concessão da ordem pelo Supremo Tribunal.

A precaução foi benéfica, pois permitiu ao Governo adiantar-se a qualquer manifestação de militares. Realmente, mal se anunciou o último voto concedendo o habeas-corpus, divulgava-se, concomitantemente a nota em que o Presidente, reiterando o desejo de acatar as decisões judiciais, assegurava também o propósito de não transi-

gir com a ameaça representada pelo Governo de Goiás. Era o melhor calmante.

“Com essa ameaça — dizia a nota — não deve, não pode e não transigirá o Governo da Revolução. A Democracia será mantida. E o Governo sabe bem discernir entre oposição e contra-revolução. Seria impatriótico permitir que, tentando abrigar-se nos refolhos da Lei, pudessem os adversários da Revolução preparar livremente a sua destruição. De fato, eles não o farão. Pode, pois, a Nação estar certa de que, dentro das atribuições conferidas pela Constituição e pelas Leis, há uma determinação para impedir que subsista a atual ameaça à integridade nacional e ao futuro da Revolução.”

Não precisava dizer mais. Era evidente abrir-se o caminho para a intervenção.

O Presidente jamais se precipitava, ou imprimia às soluções decisão pessoal. Antes de uma conclusão, era certo ter auscultado outras opiniões. No dia seguinte, convocou Milton Campos, Krieger e Pedro Aleixo, aos quais expôs a necessidade de intervir. Relutara muito. Agora, deter-se seria arriscar o futuro da Revolução. Todos concordaram com o Presidente. Contudo, esperou mais um dia pela chegada do general Ademar de Queirós, em quem reconhecia uma palavra moderada, mas firme, e decidiu decretar a intervenção. Nessa noite, como fazia nas horas graves, Golberi dormiu na sala 17.

A intervenção fez-se em 26 de novembro, e o Presidente, parecendo ter certo pudor de a decretar, pensara em limitá-la ao exíguo prazo de 15 dias, evidentemente insuficiente para a eleição de novo governador. Somente graças à insistência do coronel Meira Matos, incumbido pelo general Geisel de planejar a intervenção, e, afinal, escolhido interventor, acedeu o Presidente em dilatar o prazo até sessenta dias. A execução do decreto lembrava uma dessas tempestades que escurecem o céu, mas não desabam. Sabia-se que o governador imaginava resistir, e, para arrefecer qualquer veleidade nesse sentido, Meira Matos, usando a tática da dissuasão, mobilizou força muito superior à de que dispunham os adversários. Até um batalhão aeroterrestre sobrevoou Goiânia, na hora da intervenção, e a inutilidade de qualquer reação se tornou tão evidente que Mauro Borges deixou o Palácio das Esmeraldas, sede do governo, no prazo determinado.

Para o Presidente, restava o problema que se esboçava assim com o PSD, cujas relações não desejava perder. Escreveu então a Amaral Peixoto, dando-lhe as razões da intervenção. *“Devo-lhe uma explicação — dizia a carta — e estou aqui para transmiti-la. Reconheço, antes de tudo, o alto e modelar espírito público de sua intervenção, ontem e anteontem, no caso de Goiás. Por outro lado, eu lhe declarei que aguardava o resultado de seus propósitos e que,*

ao mesmo tempo, não desejava transacionar com o governador goiano. Hoje pela manhã tive conhecimento das atitudes do Executivo e do Legislativo do Estado de Goiás. O que me compete, entretanto, é restaurar a normalidade no Executivo goiano. Trata-se de eliminar um foco de perturbação da integridade nacional e das realizações pacíficas da Revolução. Não é um objetivo que envolve uma ação contrária a qualquer agremiação partidária, nem a grupos oposicionistas. Não me cabe, pois, participar de processo que é movido contra o Governador Mauro Borges, quer como denunciante, quer como elemento regulador de seus atos. Nesse assunto eu cumprirei as decisões da Justiça, como já estou cumprindo o último acórdão do Supremo Tribunal Federal. Penso que, dessa maneira, lhe explico a intervenção que agora se processa em Goiás." De algum modo amortecia o impacto, vendo embora a representação do PSD no Congresso dividir-se em torno do episódio. Amaral Peixoto, somente bem mais tarde, no fim de janeiro, respondeu ao Presidente. Resolvera "esperar que serenassem as paixões", o que lhe permitiu não cortar as amarras. "Pode, entretanto, V. Exa. estar certo de que, em relação aos altos interesses nacionais que exigem de todos nós compreensão e espírito de sacrifício, permanecem os mesmos os sentimentos do meu Partido, que tão valiosa contribuição tem dado à vida política nacional."

Nessas ocasiões, o Presidente não cruzava os braços. Punha-se em campo, num trabalho de catequese. Um dos então convocados foi o deputado Gustavo Capanema a quem Baleeiro respondera, e que dias antes discursara apoiando o habeas-corpus do governador Mauro Borges. Embora reconhecesse que a intervenção em nada interferia com aquela medida judiciária, considerou-se impedido de atender à solicitação do Presidente. Este não insistiu.

Para obter a aprovação do Congresso, o Presidente assumiu o comando das articulações políticas. Até porque, apesar da carta, grande parte do PSD considerava-se atingida em cheio pela intervenção, e empenhou-se para a derrubar, alcançando êxito inicial com o parecer da Comissão de Justiça da Câmara, favorável à suspensão do ato presidencial. A luta deslocou-se para o plenário e percebia-se que nenhuma outra seria tão árdua e difícil, nem também tão importante, pois se jogava ali o rumo da Revolução. Os deputados Martins Rodrigues e Doutel de Andrade, líderes, respectivamente, do PSD e do PTB, puseram-se em campo com ânimo de vitória, apoiados pelos partidos Socialista e Social Trabalhista. E, quando Pedro Aleixo apresentou emenda substitutiva à aprovação do decreto governamental, seria difícil um prognóstico. Favoráveis à intervenção, além da UDN, eram o Libertador, o Republicano e o PRP, chefiado por Plínio Salgado.

Foram quarenta e oito horas sem descanso. Na realidade, embora a oposição invocasse argumentos jurídicos, a luta era essencialmente política, e nesse terreno deveria decidir-se. Muitos compreendiam que a Revolução não recuaria. Infatigável, o Presidente comunicava-se com um grande número de deputados. Era a catequese dos incrédulos. Na verdade, todo o Governo se movimentara, especialmente o ministro Cordeiro de Farias, que tinha o gosto e o tato à conversa política. E, ao votar-se a emenda Pedro Aleixo, a intervenção foi aprovada por 192 votos contra 140.

Excedia a expectativa. Poder-se-ia até dizer que fora inesperada. No dia seguinte, sem esconder a satisfação pelo resultado, o Presidente, que evitava ser surpreendido pelos acontecimentos, informou-me haver concebido três hipóteses à eventualidade de uma derrota: 1) congelar-se a intervenção no Senado; 2) aprovação dela pelo Senado, ficando o assunto a depender de nova votação na Câmara; 3) novo decreto de intervenção.

No Senado, como esperado, não houve problema para a aprovação. Agora restava arrumar a casa e eleger novo governador. Durante quase dois meses, Meira Matos teceu planos para chegar a bom termo. Inicialmente, para dividir a bancada do ex-governador na Assembléia de Goiás, o Presidente inclinara-se pela candidatura do deputado Benedito Vaz. Meira Matos pleiteava, porém, solução ortodoxa, e, embora advertido sobre as responsabilidades que assumia em caso de malogro, insistiu e logrou o Presidente conviesse em apoiá-lo. Frequentemente, o caminho certo é o mais árduo. O primeiro nome lembrado foi o do marechal Nelson de Melo, que recusou, surgindo depois a candidatura do marechal Emilio Ribas, eleito sem maiores percalços. E, dias antes de vencido o prazo da intervenção, Meira Matos, que enfrentava uma crise renal, deu por terminada a sua missão e transmitiu o governo. Tranquilizado, Goiás retornava à normalidade constitucional, e a Revolução podia seguir o seu caminho.

Reformar e renovar haviam constituído nesses primeiros meses de Governo — como aconteceria até o fim — a ambição do Presidente, que aí encontrava o meio de preservar e fortalecer as instituições. Renovar a gente e reformar as estruturas, criando novas condições para o país, justificariam os sacrifícios impostos pela Revolução. Lincoln Gordon, que, em sucessivos encontros, pôde sentir o esforço desenvolvido ao longo dos seis primeiros meses do Governo, a eles assim se refere:

“Em sua tentativa na organização da política governamental, seu estilo refletia os métodos e treinamento de um oficial de Estado-Maior de primeira categoria. Em nosso encontro inicial, em 18 de abril de 1964, ele já tinha verificado várias áreas críticas da

política interna e externa, e descreveu como pretendia organizar uma equipe adequada para as suas soluções. Em nosso segundo encontro, sete semanas mais tarde, ele tinha em mãos um relatório de sua equipe sobre 'áreas de atrito no exterior', com linhas de ação recomendadas, e ele fez então uma relação dos cinco planos mais importantes para a reforma interna, todos adaptados à meta tripla de contenção da inflação, fomento do desenvolvimento e realização das reformas.

Em outubro, mostrou notável controle das questões da política econômica, que seis meses antes parecera terreno incerto para ele. Tinha feito sem dúvida, um grande trabalho interno, e, embora confiasse nos seus ministros da área econômica, queria saber claramente o que eles recomendavam, e por que, antes de lhes assegurar apoio. Em minha longa conversa com ele naquele mês, ele acentuou de novo a importância do trabalho de equipe sistemático, consulta minuciosa aos ministros respectivos, divisões definidas no programa político e manutenção dos programas, uma vez assentados."

Não diferiam as opiniões dos que integravam o Governo. Dia a dia aqueles propósitos, tenazmente incutidos pelo Presidente, se tornavam mais presentes nas metas governamentais. Em setembro, reunido o Ministério às vésperas do aniversário de Castelo, Milton Campos foi solicitado pelos colegas a expressar-lhe as manifestações. E na linguagem simples e eloquente que lhe era própria, ele se referiu ao Presidente, dizendo ser "o homem que trouxe o vinho novo que não pode ser depositado em odres velhos, que se quebram, e o vinho se derrama." Na realidade seria a árdua tarefa de Castelo durante todo o Governo — buscar novos odres para que o vinho novo não se perdesse, e com ele a Revolução.